

Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais

2018

Secretaria do Tesouro Nacional

Ministério da Fazenda

Ministro da Fazenda

Eduardo Refinetti Guardia

Subsecretário de Assuntos Corporativos

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Secretária-Executiva

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Subsecretário de Gestão Fiscal

Adriano Pereira de Paula

Secretário do Tesouro Nacional

Mansueto Facundo de Almeida Junior

Subsecretário da Dívida Pública

José Franco Medeiros de Moraes

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretária de Relações Financeiras**Intergovernamentais**

Pricilla Maria Santana

Subsecretário de Planejamento**Estratégico da Política Fiscal**

Pedro Jucá Maciel

Subsecretária de Contabilidade Pública

Gildenora Batista Dantas Milhomem

Diretor de Riscos, Controles e Conformidade

Waldeir Machado da Silva

InformaçõesTelefone **(061) 3412-1843**Correio eletrônico **ascom@tesouro.gov.br**Disponível em: **www.tesourotransparente.gov.br**

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Última alteração: 13/11/2018**Arte**

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Projeto Gráfico e Diagramação - Viviane Barros e Hugo Edgar Povia Pullen Parente

Estagiários de Criação - Júlia Mundim

COAFI**Coordenação-Geral de Haveres Financeiros**

Coordenador-Geral - Denis do Prado Netto

Coordenador - Rafael Souza Pena

COREM**Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios**

Coordenador-Geral - Leonardo Lobo Pires

Coordenadora - Sarah Tarsila Araújo Andreozzi

Coordenador - Itanielson Dantas Silveira Cruz

COPEM**Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios**

Coordenador-Geral - Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador - Marcelo Callegari Hoertel

COINT**Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências****Financeiras Intergovernamentais**

Coordenador-Geral - Ernesto Carneiro Preciado

Coordenadora - Yohana Valeria Zavattiero Tog

CCONF**Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação**

Coordenador-Geral - Leonardo Silveira do Nascimento

Coordenador - Bruno Ramos Mangualde

Equipe Técnica

Laércio Marques da Afonseca Junior

Paulo Ernesto Monteiro Gomes

Weidner da Costa Barbosa

Sumário

Apresentação 4

Panorama Fiscal..... 7

Resultado Orçamentário	8
Resultado Primário	11
Receitas Primárias	15
Transferências da União para Estados e Distrito Federal	17
Despesas Primárias	18
Despesa com Pessoal	20
Previdência	25
Serviço das Dívidas	27
Operações de Crédito.....	28
Investimento	30
Dívida Consolidada.....	31

Panorama Fiscal – Municípios . 32

Situação Fiscal – Municípios	33
Perfil do Endividamento – Municípios	34

Indicadores das Capitais Estaduais 35

Endividamento.....	36
Solvência Fiscal	37
Autonomia Financeira.....	38
Financiamento dos Investimentos.....	39
Rigidez das Despesas.....	40
Planejamento.....	41

CAPAG

Capacidade de Pagamento 44

CAPAG 2018 - Estados e Capitais.....	45
CAPAG 2018 - Estados	48
CAPAG 2018 - Municípios.....	49
Melhorando a situação fiscal.....	53

Análise Crítica 56

Apresentação.....	57
ICMS.....	58
Previdência	64

Informações Fiscais 70

Acre.....	71
Alagoas	73
Amapá	75
Amazonas	77
Bahia.....	79
Ceará.....	81
Distrito Federal.....	83
Espírito Santo	85
Goiás	87
Maranhão	89
Mato Grosso	91
Mato Grosso do Sul	93
Minas Gerais	95
Pará.....	97
Paraíba	99

Paraná.....	101
Pernambuco.....	103
Piauí	105
Rio de Janeiro.....	107
Rio Grande do Norte	109
Rio Grande do Sul	111
Rondônia	113
Roraima.....	115
Santa Catarina.....	117
São Paulo	119
Sergipe.....	121
Tocantins.....	123

Apresentação

Apresentação

Em continuidade aos esforços de aprofundar a transparência das finanças públicas, o Tesouro Nacional publica a 3ª Edição do Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais de 2018. Esta versão apresenta os dados definitivos dos Estados e dos Municípios.

O estímulo à divulgação de informações sobre o quadro fiscal dos Governos Regionais integra o diagnóstico do Tesouro Nacional e apresenta-se como ferramenta necessária à elaboração de soluções estruturadoras para a situação fiscal dos Entes.

O acesso à informação padronizada e confiável permitirá a adoção de políticas públicas adequadas e capazes de atender aos diferentes matizes que caracterizam os Entes integrantes da Federação. Reconhecer as singularidades e as especificidades de Estados e Municípios é parte integrante do processo de elaboração de políticas públicas mais efetivas. A informação e o conhecimento, entende-se, são imprescindíveis para o equacionamento dos desafios fiscais da Federação.

As informações utilizadas neste relatório são produzidas no âmbito dos Programas de Reestruturação de Ajuste Fiscal (PAF), que com a Lei Complementar nº 156/2016, alterou a metodologia da avaliação de metas e compromissos, com a finalidade de adotar os indicadores e conceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Neste sentido, em busca da padronização contábil e consolidação das contas públicas, a STN edita periodicamente o Manual de Demonstrativos Fiscais e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme previsto na LRF. Assim, as metas e avaliações de cumprimento do Programa seguem agora os conceitos e orientações desses Manuais.

Dessa forma, em 2017, ocorreu a primeira revisão do PAF com as novas metas e conceitos. Além disso, a fim de construir uma série histórica que permitisse a análise da evolução dos indicadores fiscais dos Estados,

os dados de 2015 e 2016 também foram adequados aos novos conceitos. É possível, portanto, que existam diferenças entre os dados apresentados nesta publicação e nas versões anteriores do Boletim, que utilizavam os conceitos antigos do PAF.

Feitos esses comentários, é oportuno apresentar a estrutura deste Boletim, composto pelo Panorama Fiscal, que contém informações fiscais dos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma agregada. Posteriormente, utiliza-se de nove indicadores para analisar a situação fiscal das capitais estaduais em 2017.

A segunda parte do Boletim tem o foco na Capacidade de Pagamento (CAPAG). Primeiramente, apresenta-se as notas e os indicadores dos Estados e das capitais estaduais, de acordo com a Portaria MF nº 501/2017. Posteriormente, faz-se análise mais agregada da Capacidade de Pagamento dos Municípios, buscando evidências de indicadores que possuem mais influência na Nota Final. E se há alguma tendência entre o tamanho populacional e a nota dos três indicadores que compõem a CAPAG. Finalizando esse capítulo, são sugeridas recomendações para os Entes subnacionais ajustarem suas contas na finalidade de obter *rating* “A” ou “B”.

A terceira parte da publicação aborda questões relacionadas ao federalismo e sustentabilidade fiscal dos Entes. Nessa edição, tem-se textos relacionados aos temas da arrecadação de ICMS e previdência estadual.

Para os Municípios, essa publicação traz uma novidade: as análises sobre a situação fiscal, o perfil do endividamento e a capacidade de pagamento englobam todos os Municípios com dados disponíveis no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), independentemente do tamanho populacional. Tais informações são apresentadas de forma individualizada no site Tesouro Transparente. Os números são atualizados diariamente.

Apresentação

Por fim, o Boletim encerra-se trazendo informações fiscais apresentadas individualmente para cada Estado e o Distrito Federal.

Panorama Fiscal

Resultado Orçamentário

Resultado Primário

Receitas Primárias

Transferências da União para
Estados e Distrito Federal

Despesas Primárias

Despesas com Pessoal

Previdência

Serviço das Dívidas

Operações de Crédito

Investimento

Dívida Consolidada Líquida

Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação Nominal 2016-2017	Variação 2016-2017 (%)
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	680.675	714.957	752.357	37.400	5,2%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	682.437	717.784	766.230	48.446	6,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-1.763	-2.827	-13.873	-11.046	-390,8%
DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA (IV) = (V + VI + VII + VIII + IX - X - XI - XII)	40.057	20.572	23.903	3.331	16,2%
Juros e Encargos da Dívida (V)	26.559	17.840	20.602	2.762	15,5%
Amortização da Dívida (VI)	27.641	18.514	15.898	-2.616	-14,1%
Concessões de Empréstimos (VII)	726	490	598	108	22,0%
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (VIII)	0	0	0	0	0,0%
Aquisição de Título de Crédito (IX)	90	130	131	1	0,6%
Aplicações financeiras (X)	13.647	15.337	12.400	-2.938	-19,2%
Outras Receitas Financeiras (XI)	297	283	235	-48	-17,0%
Amortização de Empréstimos (XII)	1.015	781	691	-90	-11,5%
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (XIII) = (IV - III)	41.819	23.399	37.775	14.377	61,4%
FONTES DE FINANCIAMENTO (XIV) = (XV + XVI)	22.675	15.584	17.484	1.900	12,2%
Operações de Crédito (XV)	20.291	15.192	15.989	797	5,2%
Alienação de Bens (XVI)	2.384	392	1.495	1.103	281,7%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (XVII) = (XIV - XIII)	-19.144	-7.815	-20.292	-12.477	-159,6%

Para entender como foi a dinâmica das contas estaduais, apresenta-se o resultado orçamentário apurado em 2017. Entende-se como resultado orçamentário a diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas no exercício. Dessa forma, o resultado orçamentário tem sua relevância na análise fiscal ao indicar se as receitas foram suficientes para arcar com as despesas. A análise da despesa foi feita com base no estágio do empenho.

Além do resultado orçamentário, é importante observar se, para fazer frente às suas

Tabela 1
Resultado orçamentário

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

despesas, os Estados precisaram recorrer a receitas especiais, como operações de crédito e alienações de ativos, ou seja, quais são as suas necessidades de financiamento. Segundo os conceitos do PAF, a necessidade de financiamento é composta pelo déficit primário dos Estados, descontado ainda do serviço da dívida e de outras despesas e receitas financeiras. Caso haja déficit, os Entes deveriam recorrer a outras fontes de financiamentos, como as operações de crédito e alienações de ativos, para equilibrar seu orçamento. Não sendo esses recursos suficientes para cobrir toda a necessidade de financiamento, os Entes apresentarão déficit orçamentário

Cabe aqui esclarecer a diferença em relação ao conceito de necessidade de financiamento adotado pelo Banco Central do Brasil (BCB). De acordo com o Manual de Estatísticas Fiscais do BCB, seguindo o critério “abaixo da linha”, a necessidade de financiamento do setor público, no conceito nominal, é medida pela variação nominal dos saldos da dívida líquida, deduzidos os ajustes patrimoniais efetuados no período (privatizações e reconhecimento de dívidas) e o impacto da variação cambial sobre a dívida externa. Dessa forma, enquanto o BCB avalia de que forma alterou-se o estoque da dívida líquida, o PAF avalia se a execução orçamentária é sustentável. Ou seja, se o Ente autorizou, no ano, gastos compatíveis com as receitas daquele exercício, sem haver a necessidade de novos empréstimos ou alienações de ativos e sem incorrer em atrasos/deficiências.

Resultado Orçamentário

Feitos esses esclarecimentos, segue a análise do resultado orçamentário.

Influenciado pelo déficit primário de R\$ 13,9 bilhões, o resultado orçamentário de 2017 apresentou piora em R\$ 12,5 bilhões em relação a 2016, fechando o ano com déficit de R\$ 20,3 bilhões, pior resultado do triênio 2015-2017.

Enquanto o déficit primário cresceu, as despesas financeiras mantiveram-se estáveis, indicando que a renegociação por meio da LC 156/2016 não conseguiu equilibrar as finanças estaduais. Isso em função de a redução dos gastos com o serviço da dívida pode ter criado espaço para aumento de despesas primárias.

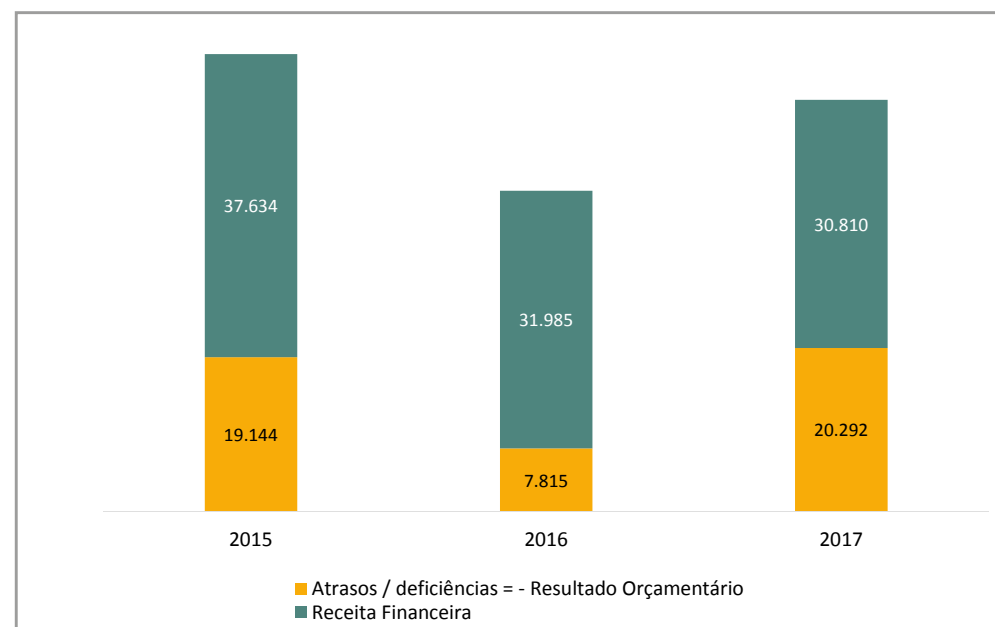
De acordo com a tabela 1, houve aumento dos gastos com juros e encargos da dívida em R\$ 2,7 bilhões. Isso porque, devido ao fim do escalonamento do pagamento do serviço da dívida, de acordo com a LC 156/2016, os Estados estão voltando a pagar a parcela cheia da dívida renegociada com a União.

Já as despesas com amortizações da dívida sofreram queda de R\$ 2,6 bilhões, em movimento contrário as despesas com juros. Tal trajetória também pode ser explicada pela renegociação das dívidas com a LC 156/2016. As grandes economias estaduais, como São Paulo e Rio de Janeiro, amortizavam valores superiores ao período pós-renegociação. Isso ocorria porque a parcela a ser paga era uma porcentagem fixa da Receita Líquida, a qual pagava os juros devidos e amortizava parte da dívida. Posteriormente, com o alongamento da dívida em 20 anos, e o fim do limite de comprometimento da receita e do resíduo decorrente dele, todos os Estados passaram a amortizar de acordo com o sistema *Price*. Nesse sistema, as prestações são fixas ao longo do tempo, com o amortizações crescentes e pagamento de juros decrescentes, até a quitação do saldo devedor. Sendo assim, houve queda considerável do patamar amortizado para as maiores economias, ocasionada tanto pelo alongamento da dívida, quanto pela mudança do sistema de amortização.

Gráfico 1
Total das necessidades de financiamento
(receitas líquidas menos despesas totais)

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional



Resultado Orçamentário

A queda da taxa básica de juros (saindo de 12,9% em janeiro de 2017 para 6,9% em dezembro de 2017) e a redução do caixa dos Estados podem explicar a redução de R\$ 1,2 bilhões das receitas financeiras em 2017. Se por um lado houve aumento nas receitas de alienações de bens e operações de crédito em R\$ 1,9 bilhões, por outro as aplicações financeiras sofreram queda de R\$ 2,9 bilhões.

Assim, a situação fiscal dos Estados ainda não se mostrou equilibrada. Com o agravamento do déficit primário, em boa parte explicado pelo crescimento das despesas primárias, as necessidades de financiamento, no agregado, não encontraram fontes suficientes para seu completo equacionamento.

O gráfico 1 mostra a evolução recente das necessidades de financiamento dos Estados. Quanto maior o tamanho da barra, maior o desequilíbrio do exercício. Conforme dito anteriormente, as necessidades de financiamento precisam ser cobertas com fontes orçamentárias de financiamento (receitas e operações de crédito e alienação de ativos) ou então o resultado orçamentário será negativo e o Estado precisará postergar seus pagamentos. Observa-se que houve queda seguida de aumento das necessidades de financiamento, acompanhando o fim do escalonamento do pagamento da dívida refinanciada pela Lei 9.496/97 e o crescimento das despesas primárias.

A seguir, é apresentado o Resultado Primário agregado dos Estados. É necessário destacar que, para apresentar uma informação consistente com o Resultado Orçamentário apresentado anteriormente, a apuração do Primário para esta seção foi feita tendo como base a despesa empenhada, o que a torna diferente do conceito abordado no âmbito do PAF, do MDF e do MCASP, pois todos estes utilizam o conceito de despesa paga. A diferença entre a despesa empenhada e a despesa paga se traduz na inscrição líquida de restos a pagar, apresentada na tabela 3 nesta mesma seção.

Resultado Primário

Discriminação	2015	2016	2017	Variação Nominal 2016-2017	Variação 2016-2017 (%)
RECEITA CORRENTE (XVIII)	687.325	721.165	755.969	34.804	4,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	423.418	447.924	477.608	29.683	6,6%
ICMS	333.188	348.919	372.123	23.203	6,7%
Transferências Correntes	159.860	176.131	172.345	-3.786	-2,1%
Cota Parte do FPE	60.971	69.828	66.790	-3.038	-4,4%
Demais Receitas Correntes	90.103	81.490	93.382	11.892	14,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	13.944	15.620	12.635	-2.986	-19,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	673.380	705.545	743.335	37.790	5,4%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	30.984	25.777	27.198	1.421	5,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	23.689	16.365	18.175	1.810	11,1%
Transferências de Capital	3.669	4.983	4.234	-749	-15,0%
Outras Receitas de Capital	3.625	4.429	4.789	360	8,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	7.294	9.412	9.022	-389	-4,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	680.675	714.957	752.357	37.400	5,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	663.077	690.478	738.437	47.959	6,9%
Pessoal e Encargos Sociais	358.032	377.545	402.933	25.388	6,7%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	26.559	17.840	20.602	2.762	15,5%
Outras Despesas Correntes	278.485	295.093	314.902	19.809	6,7%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	636.518	672.638	717.835	45.196	6,7%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	74.376	64.279	65.022	743	1,2%
Investimentos	39.832	36.669	41.654	4.985	13,6%
Demais Inversões	6.088	8.476	6.741	-1.735	-20,5%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	28.457	19.134	16.627	-2.507	-13,1%
Amortização da Dívida	27.641	18.514	15.898	-2.616	-14,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	45.919	45.145	48.395	3.250	7,2%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	682.437	717.784	766.230	48.446	6,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-1.763	-2.827	-13.873	-11.046	-390,8%

Tabela 2
Resultado primário - despesa empenhada

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Em 2017, houve piora do resultado primário agregado dos Estados, saindo de um déficit de R\$ 2,8 bilhões em 2016 para um déficit de R\$ 13,9 bilhões. O resultado ocorreu por conta do crescimento mais acentuado das despesas primárias empenhadas (R\$ 48,4 bilhões) relativamente ao crescimento das receitas primárias (R\$ 37,4 bilhões).

O aumento nominal de receitas primárias de 5,2%, acima do IPCA médio de 3,4%, foi impactado pelo crescimento de R\$ 23,2 bilhões do ICMS. Por outro lado, as receitas de Transferências Correntes, impulsionadas pelo baixo rendimento do FPE, apresentaram decréscimo nominal de 2,1%. Boa parte dessa queda pode ser explicada pelo repasse dos recursos da repatriação, ocorrido somente em 2016, o qual é contabilizado como receita do Fundo de Participação dos Estados.

Já pelo lado da despesa, a expansão do gasto foi concentrada em despesas correntes, ou seja, pessoal e custeio. A elevação do montante gasto em outras despesas correntes (custeio), com aumento nominal de R\$ 19,8 bilhões, ou 6,7%. Da mesma forma, crescendo 6,7%, acima do IPCA médio do período, o gasto adicional com pessoal entre 2016 e 2017 foi da ordem de R\$ 25,4 bilhões. Revertendo a trajetória de queda de anos anteriores, os gastos com investimento cresceram nominalmente 13,6% em 2017.

Resultado Primário

UF	Inscrição líquida de restos a pagar		
	2015	2016	2017
 AC	86	50	43
 AL	8	68	-124
 AM	-39	363	516
 AP	555	534	620
 BA	139	-125	420
 CE	86	58	293
 DF	2.169	461	479
 ES	140	110	202
 GO	1.721	558	674
 MA	545	235	427
 MG	3.569	4.736	5.975
 MS	539	130	1.074
 MT	447	973	1.423
 PA	-30	49	182
 PB	173	362	55
 PE	665	171	297
 PI	120	220	68
 PR	486	-289	2.820
 RJ	2.594	6.887	6.484
 RN	255	384	500
 RO	319	33	141
 RR	260	67	799
 RS	1.962	866	13
 SC	356	269	600
 SE	222	-36	-9
 SP	969	-485	5.597
 TO	96	265	90
Total	18.412	16.913	29.660

Tabela 3
Inscrição líquida de restos a pagar - despesa primária

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Obs.: a apuração da inscrição líquida de restos a pagar é o resultado do total das despesas empenhadas, subtraído das despesas pagas e do pagamento de restos a pagar no exercício.

A tabela 3 apresenta a inscrição líquida de restos a pagar nos últimos três exercícios. Pode-se notar, de forma geral, uma tendência de crescimento dos valores inscritos na maioria dos Estados, o que pode ser visto como uma forma de financiamento dos Estados junto aos seus fornecedores, e em casos extremos, até mesmo junto aos seus servidores. Esta forma de financiamento alternativa tem uma contribuição para criação de despesas superior a das operações de crédito e onera os credores. Este tipo de ocorrência corrobora a piora observada no resultado orçamentário.

Resultado Primário

Discriminação	2015	2016	2017	Variação Nominal 2016-2017	Variação 2016-2017 (%)
RECEITA CORRENTE (XVIII)	687.325	721.165	755.969	34.804	4,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	423.418	447.924	477.608	29.683	6,6%
ICMS	333.188	348.919	372.123	23.203	6,7%
Transferências Correntes	159.860	176.131	172.345	-3.786	-2,1%
Cota Parte do FPE	60.971	69.828	66.790	-3.038	-4,4%
Demais Receitas Correntes	90.103	81.490	93.382	11.892	14,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	13.944	15.620	12.635	-2.986	-19,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	673.380	705.545	743.335	37.790	5,4%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	30.984	25.777	27.198	1.421	5,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	23.689	16.365	18.175	1.810	11,1%
Transferências de Capital	3.669	4.983	4.234	-749	-15,0%
Outras Receitas de Capital	3.625	4.429	4.789	360	8,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	7.294	9.412	9.022	-389	-4,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	680.675	714.957	752.357	37.400	5,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	645.701	678.643	715.316	36.673	5,4%
Pessoal e Encargos Sociais	350.291	373.041	395.353	22.312	6,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	25.837	18.796	19.306	510	2,7%
Outras Despesas Correntes	269.573	286.805	300.657	13.851	4,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	619.864	659.847	696.009	36.163	5,5%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	71.943	60.639	56.939	-3.700	-6,1%
Investimentos	38.003	33.772	34.058	285	0,8%
Demais Inversões	6.158	7.252	6.503	-748	-10,3%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	27.781	19.615	16.378	-3.238	-16,5%
Amortização da Dívida	26.984	18.974	15.661	-3.313	-17,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	44.162	41.024	40.561	-463	-1,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	664.025	700.870	736.570	35.700	5,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	16.650	14.087	15.787	1.700	12,1%

Tabela 4
Resultado primário - despesa paga

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Com a análise sob a ótica do caixa, o ano de 2017 apresenta melhora do resultado primário em relação ao exercício anterior. Comparando-se este resultado com o apurado pela despesa empenhada, é verificado um aumento no volume de inscrições de restos a pagar no exercício de 2017, conforme evidenciado na tabela 3, fato este que corrobora a tese de que os Estados vêm se financiando junto aos credores por meio de restos a pagar.

O resultado primário apresentado na tabela 4 diferencia-se consideravelmente do que foi calculado pelo Banco Central do Brasil (BCB), o qual apresentou resultado superavitário de R\$ 8,22 bilhões para os Estados e suas empresas estatais. Sendo assim, é importante destacar a diferença metodológica entre os dois cálculos.

Primeiramente, o BCB adota a metodologia de apuração “abaixo da linha”, sendo o resultado primário dado pela variação do montante das dívidas líquidas dos Entes, descontada da apropriação de juros nominais. Em segundo lugar, a metodologia do BCB não considera as dívidas fora do sistema financeiro e por isso acaba não sendo afetada pelas inscrições de restos a pagar, precatórios e outras dívidas, que pioram significativamente o resultado apurado pelo PAF.

Resultado Primário

Além disso, há diferença na abrangência das fontes: o PAF segue os conceitos da LRF, portanto, além da administração direta, inclui resultados apenas de estatais dependentes, enquanto o BCB considera toda a administração direta, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e também as não dependentes.

Assim, além de considerar órgãos e entidades públicas diferentes, a metodologia do BCB utiliza regime de caixa para cálculo do resultado primário e, como não considera as dívidas com instituições não financeiras, acaba não sendo afetada pelas inscrições de restos a pagar, que pioram significativamente o resultado apurado pelo PAF.

Por fim, a metodologia do PAF só captura as receitas e despesas que transitaram pela execução orçamentária do Estado, enquanto o BCB observa todas as variações de ativos e passivos dos entes subnacionais junto ao sistema financeiro.

O gráfico 2 detalha a evolução do resultado primário agregado dos Estados, em valores correntes, segundo a metodologia do novo PAF. Pode-se observar que houve deterioração dos resultados desde 2015.

O gráfico 3 contém a evolução das receitas e despesas primárias dos Estados em relação ao PIB nacional. Nessa observação, ajustada ao crescimento da economia, há a confirmação de que o resultado primário se deteriora a partir de 2015, muito por conta da elevação persistente das despesas.

Gráfico 3
Receitas e despesas primárias em relação ao PIB nacional

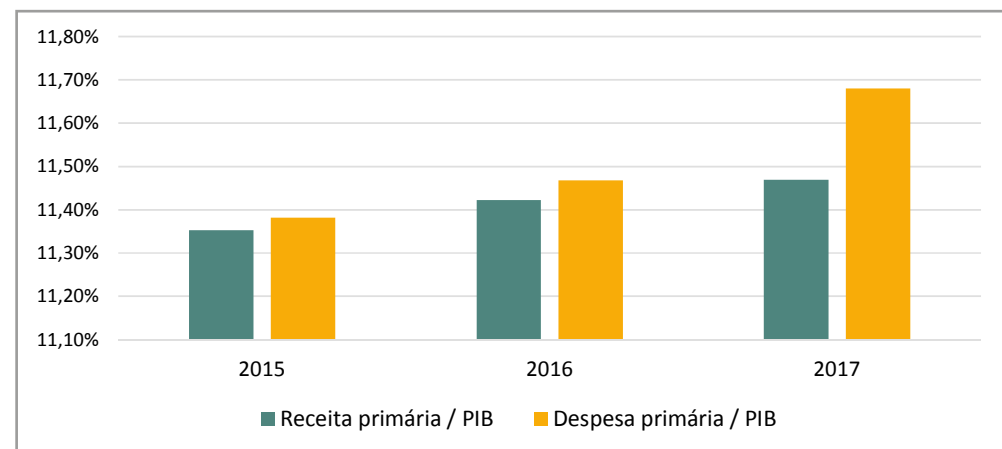
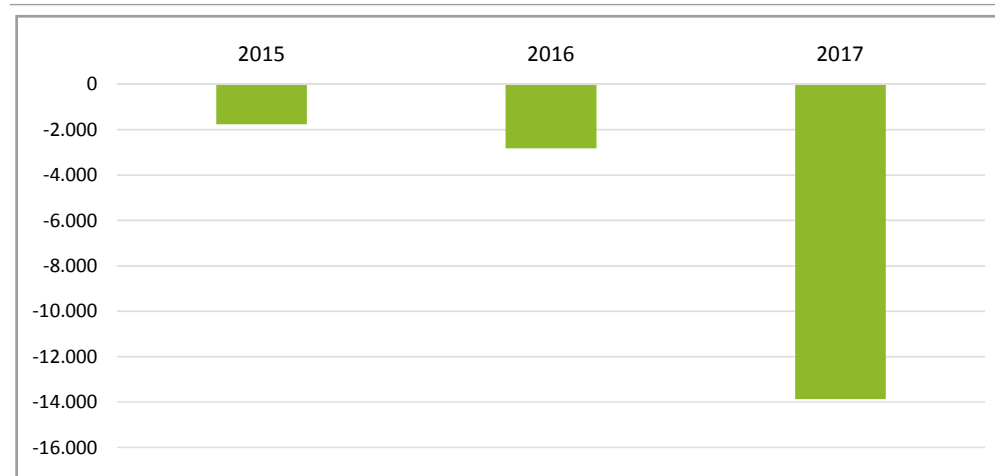
Dados em: %
Elaboração própria
Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional/IBGE

Gráfico 2
Resultado primário - despesa empenhada

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional



Receitas Primárias

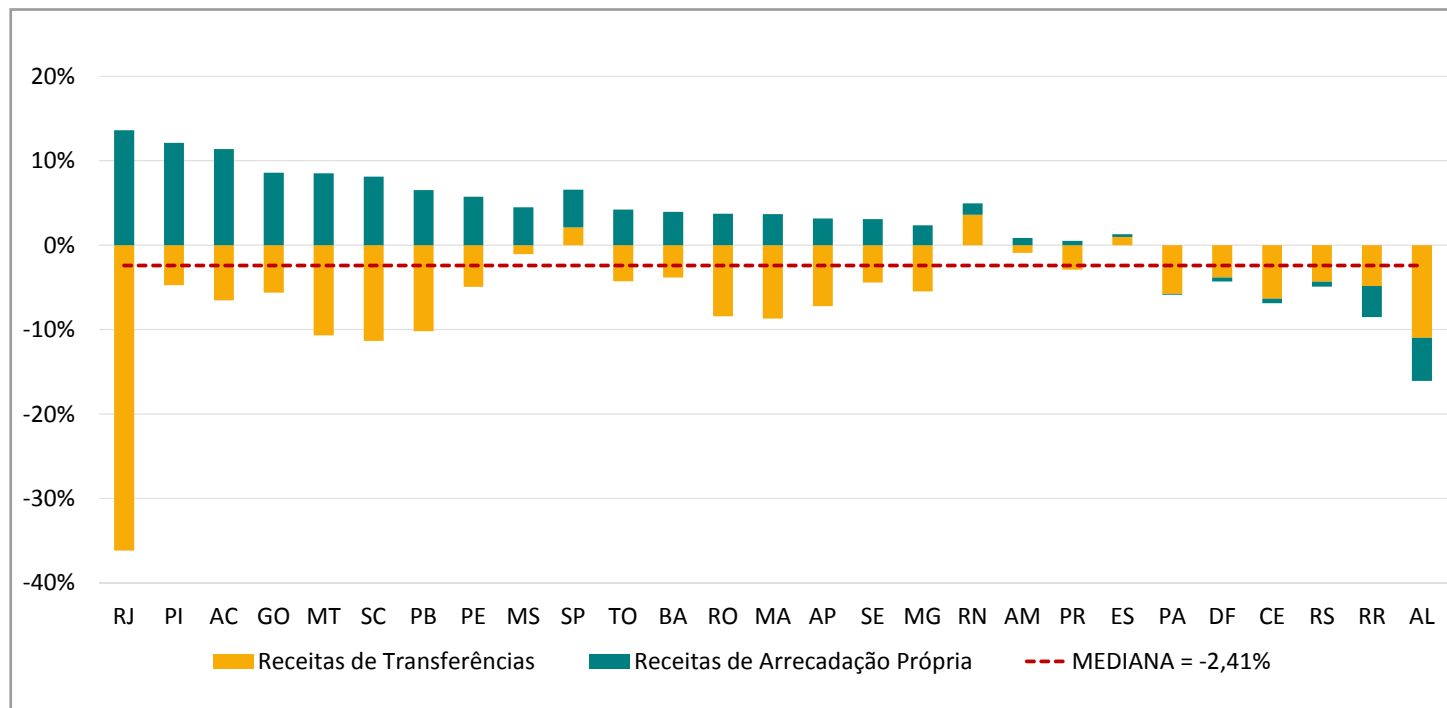


Gráfico 4
Variação real das receitas primárias entre 2016 e 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/
Tesouro Nacional

Em sua maioria, os Estados presenciaram aumento real da arrecadação própria, impulsionada pelo crescimento da receita de ICMS, sinalizando que o esforço arrecadatário dos entes surtiu efeito em 2017. Por outro lado, as receitas de transferências diminuíram em quase todos os Estados. No entanto, cabe esclarecer que em 2016, na tentativa de auxiliar os Entes Subnacionais no enfrentamento da crise econômica, a União transferiu extraordinariamente recursos do programa de repatriação segundo o critério do FPE, além do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) de 2015 e 2016. Dessa forma, já era esperada a queda de desempenho das transferências em 2017. Destaque para o Estado do Rio de Janeiro, que em 2016 ainda recebeu R\$ 2,9 bilhões em transferências visando auxiliar a realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

Receitas Primárias

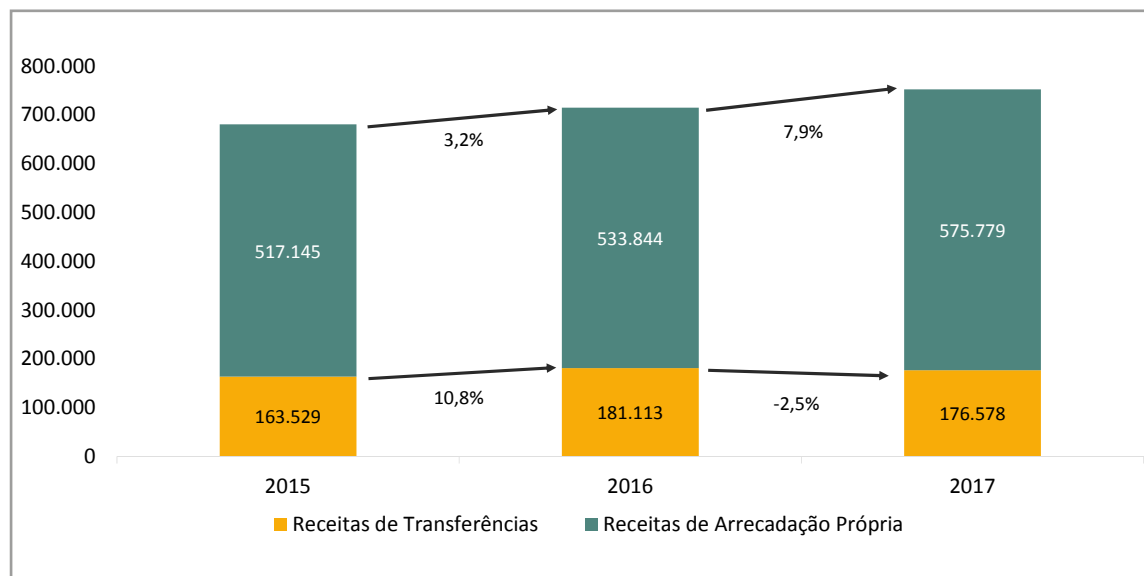


Gráfico 5
Composição das receitas primárias

Dados em: R\$ milhões e percentual de crescimento anual.

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

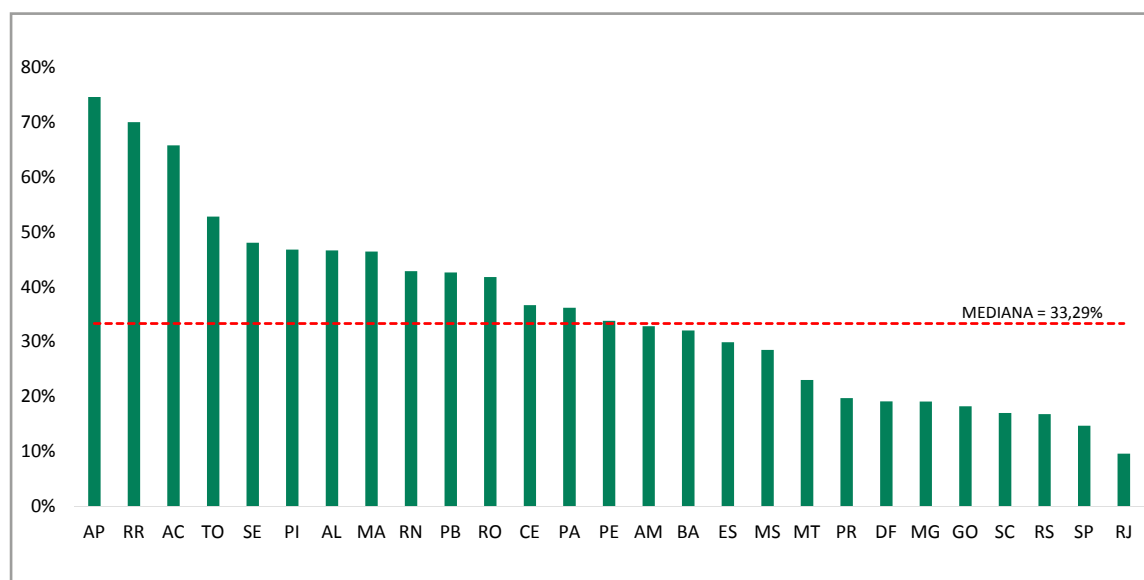


Gráfico 6
Participação das receitas de transferências no total de receitas primárias* – 2017

*Não deduzida parcela das receitas que são transferidas aos Municípios

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Transferências da União para Estados e Distrito Federal

Transferências da União para os Estados e Distrito Federal	2014	2015	2016	2017	Variação Nominal 2016-2017	Variação 2015-2016 (%)
I. Transferências Obrigatórias	116.455	118.385	130.304	128.841	-1.462	-1%
I.1 - Transferências Obrigatórias Constitucionais	97.442	98.434	106.334	107.990	1.656	2%
I.1.1 FPE - Fundo de Participação dos Estados	58.086	61.106	69.911	66.658	-3.253	-5%
I.1.1.1 FPE - Recursos Ordinários	58.086	61.106	61.858	66.384	4.526	7%
I.1.1.1.1 FPE - Recursos da Repatriação	0	0	8.053	274	-7.779	-97%
I.1.2 IPI-Exportação - 75%	2.916	2.956	2.556	2.836	280	11%
I.1.3 Lei Complementar nº 87/96	1.173	1.173	1.173	1.173	0	0%
I.1.4 CIDE-Combustíveis	87	338	934	1.280	346	37%
I.1.5 FUNDEB - Complementação da União	3.236	3.826	3.853	3.916	64	2%
I.1.6 FUNDEB - Distribuição das Retenções da União	13.219	13.536	15.072	14.501	-571	-4%
I.1.7 IOF - Ouro	3	5	9	5	-4	-41%
I.1.8 Royalties (ANP, PEA, FEP, CFEM, CFURH, ITA)	13.823	10.133	7.487	12.155	4.668	62%
I.1.9 Salário Educação	4.899	5.361	5.340	5.465	125	2%
I.2 - Transferências Obrigatórias Legais	19.013	19.950	23.969	20.851	-3.118	-13%
I.2.1 Saúde - Ações Elencadas no Anexo III da LDO	15.547	16.483	16.444	17.303	859	5%
I.2.2 Educação Básica - Ações Específicas	1.840	1.825	1.549	1.969	421	27%
I.2.3 Apoio Financeiro às Olimpíadas e Paralimpíadas	0	0	2.900	0	-2.900	-100%
I.2.4 Concursos de Prognósticos	147	160	139	131	-7	-5%
I.2.5 FEX - Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações	1.463	1.463	2.925	1.433	-1.492	-51%
I.2.6 Serviço de Apoio Programa Bolsa Família	17	20	12	14	2	16%
II. Transferências Discricionárias	7.785	4.396	7.827	7.605	-222	-3%
II.1 - Transf. Discricionárias Específicas	6.053	3.205	4.910	5.390	480	10%
II.1.1 Saúde - Demais Ações	893	528	602	562	-39	-7%
II.1.2 Fortalecimento do SUAS	100	30	63	87	23	37%
II.1.3 PAC	4.341	2.316	3.861	2.572	-1.289	-33%
II.1.4 Prog. de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	120	130	92	179	87	94%
II.1.5 Projovem	97	15	0	0	0	-100%
II.1.6 Plano de Ações Articuladas - PAR	439	84	187	1.034	847	454%
II.1.7 Programa Território da Cidadania - PTC	40	32	22	15	-8	-35%
II.1.8 Proteção a Pessoas Ameaçadas	23	20	13	0	-13	-100%
II.1.9 Emendas Parlamentares	0	50	69	940	871	1254%
II.2 - Transf. Discricionárias Voluntárias	1.634	1.064	2.914	1.771	-1.143	-39%
II.3 - Transf. Discricionárias por Delegação	98	126	3	444	442	16114%
III - Total das Transferências aos Estados	124.240	122.781	138.130	136.446	-1.684	-1%

Tabela 5
Transferências da União para os Estados e o Distrito Federal

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Tesouro Nacional

O total das transferências da União para os Estados e o Distrito Federal apresentou queda de 1% entre 2016 e 2017. De acordo com os dados apresentados, observa-se que houve queda tanto das transferências obrigatórias quanto discricionárias.

Conforme mencionado anteriormente, os recursos da repatriação, o apoio financeiro da União às Olimpíadas e Paraolimpíadas e o pagamento em 2016 do FEX de 2015 foram responsáveis pela elevação dos valores das transferências Obrigatórias em 2016. No entanto, como tais recursos foram transferidos em caráter excepcional, a queda de R\$ 1,4 bilhões já era esperada.

Quanto às transferências discricionárias, verificou-se queda de 3%, em boa parte explicada pelo baixo desempenho dos recursos transferidos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das Transferências Discricionárias Voluntárias.

Despesas Primárias

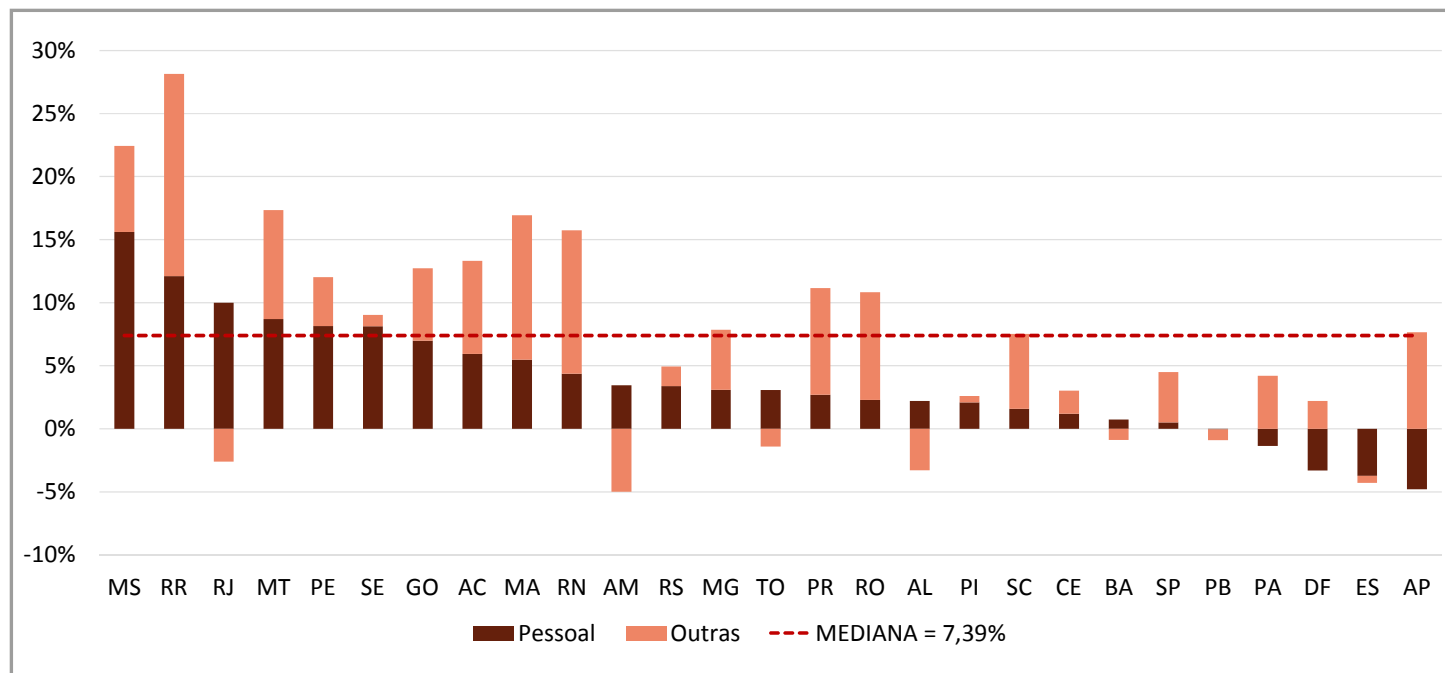


Gráfico 7
Variação real das despesas primárias entre 2016 e 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/
Tesouro Nacional

O ano de 2017 foi marcado por aumento da despesa de pessoal dos Estados. Apenas seis Estados tiveram queda real dessas despesas, na comparação com 2016. De comportamento semelhante, as outras despesas correntes (custeio e transferências aos Municípios) aumentaram para a grande maioria dos Entes. Importante destacar que a maior parte dessas despesas primárias apresenta elevada rigidez no que tange a corte de gastos, reduzindo a capacidade do ajuste fiscal por parte dos gestores estaduais.

Despesas Primárias

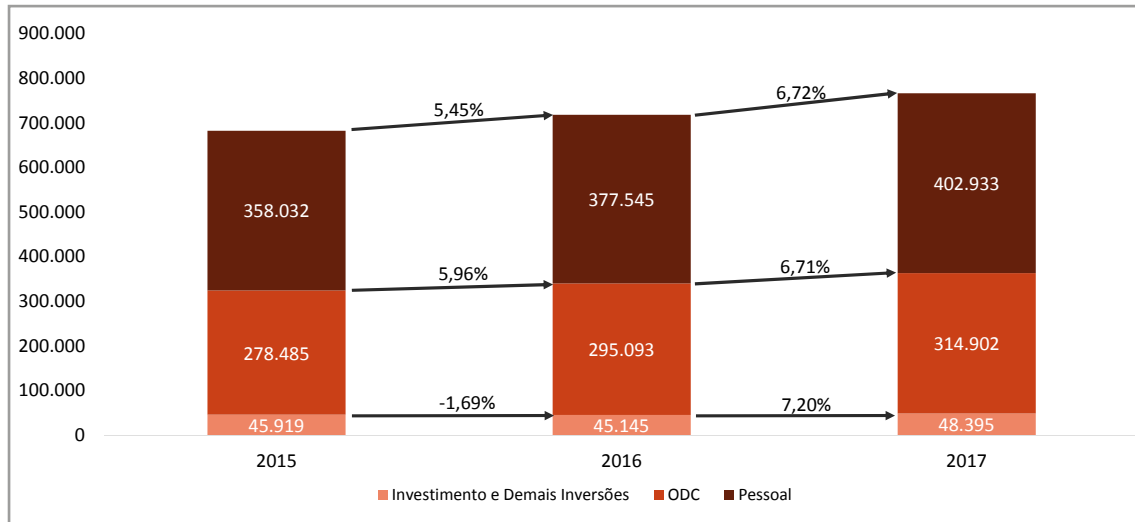


Gráfico 8
Composição das despesas primárias empenhadas

Dados em: R\$ milhões e percentual de crescimento anual

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

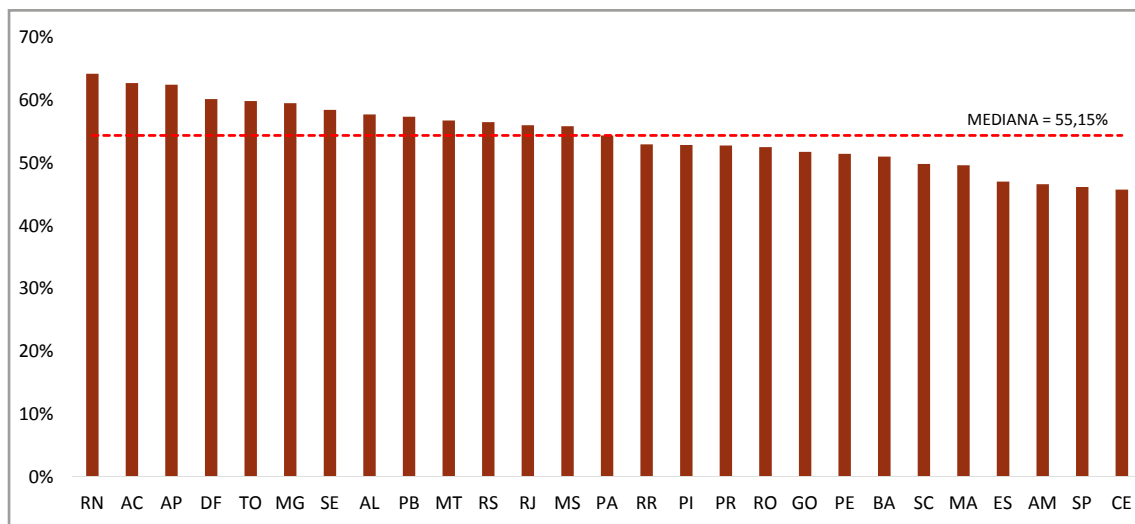


Gráfico 9
Participação das despesas com pessoal no total de despesas primárias — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Despesa com Pessoal

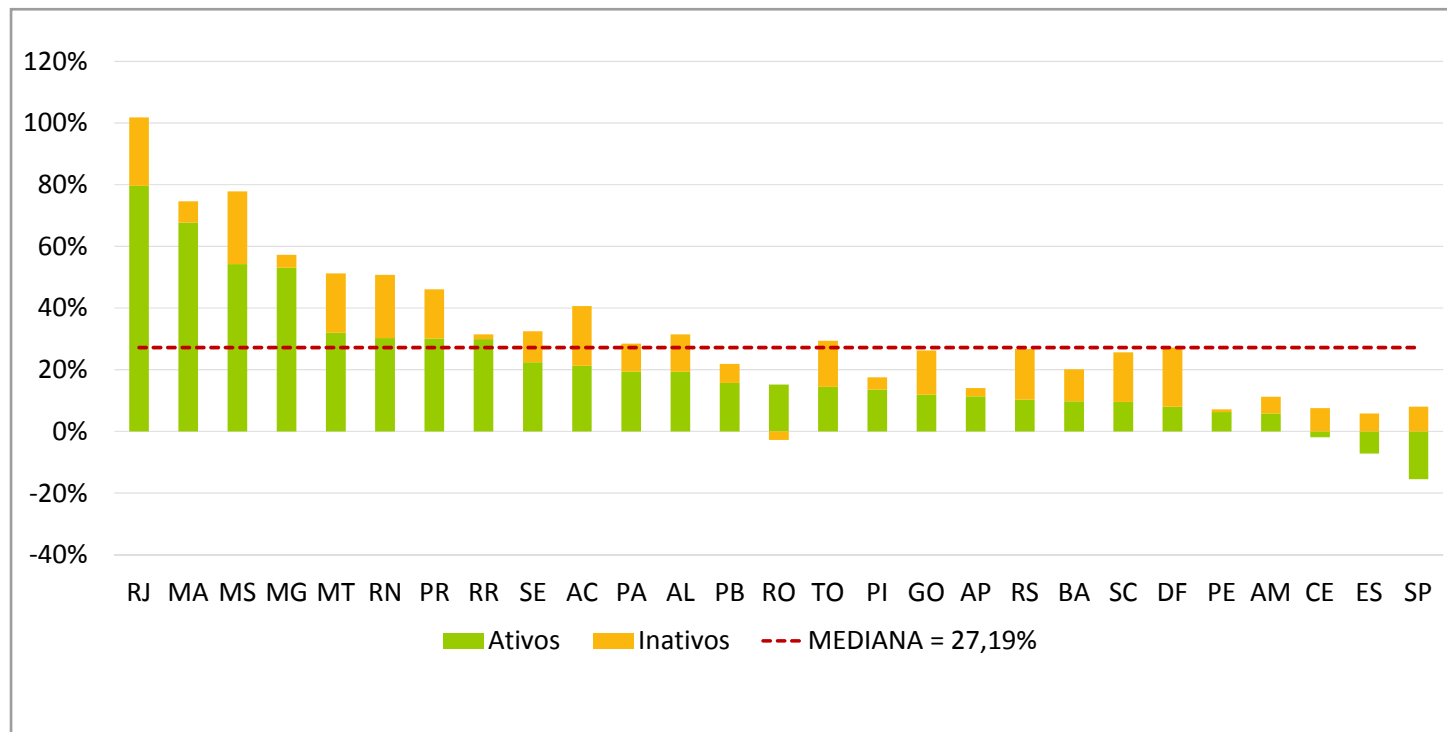


Gráfico 10
Crescimento real das despesas com pessoal entre 2011 e 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/

Tesouro Nacional

O quadro dos últimos sete anos mostra crescimento real de 31,58% das despesas com pessoal, em média. As despesas apresentadas nessa análise são brutas, ou seja, sem as deduções previstas na LRF.

O crescimento real apresentado no gráfico 10 ilustra que o quadro geral foi de expansão dos gastos tanto dos ativos quanto dos inativos, ainda que alguns Estados apresentaram crescimento mais modesto que outros. Já a distribuição dos gastos entre ativos e inativos apresenta certa discrepância. Alguns Estados, como Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso do Sul, e Minas Gerais aumentaram suas despesas massivamente nos ativos. Já Estados como Ceará, Espírito Santo e São Paulo tiveram crescimento negativo de gastos com ativos. No entanto, houve crescimento real das despesas com inativos.

Despesa com Pessoal

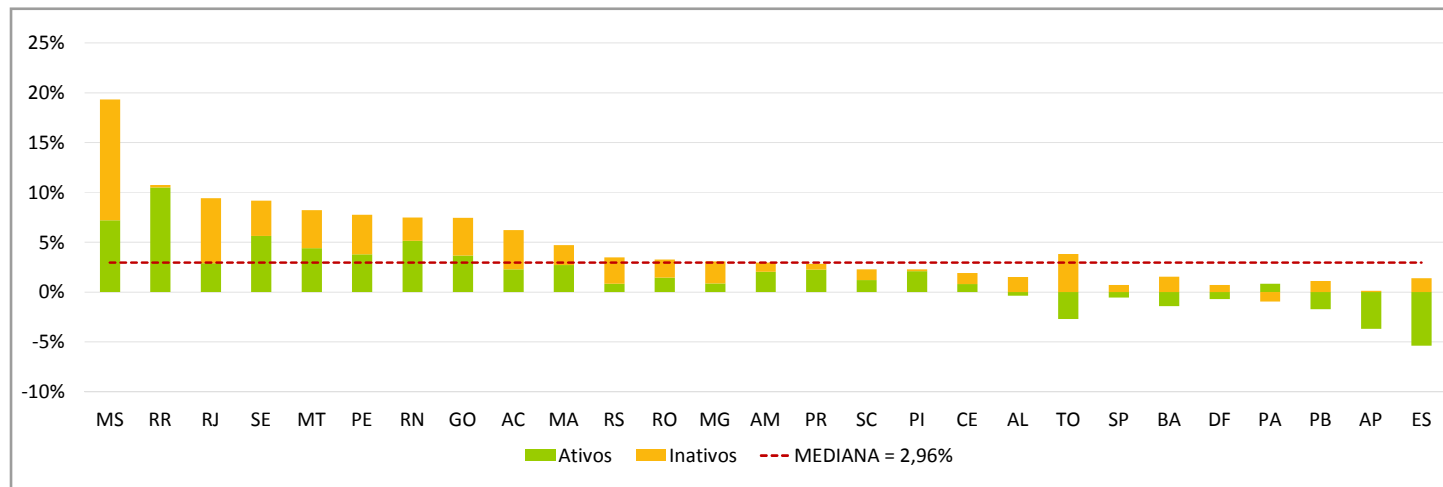


Gráfico 11
Variação real das despesas com pessoal entre 2016 e 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/
Tesouro Nacional

O exercício de 2017 apresentou crescimento real da despesa bruta com pessoal para a maioria dos entes, impulsionado pela elevação do gasto com inativos. O caráter rígido dessa despesa, somado ao agravamento da situação previdenciária, dificulta a contenção das despesas para aqueles Estados que já destinam boa parte de sua arrecadação para o pagamento de salários ou aposentadorias. Dessa forma, o gráfico 11 reforça a necessidade da reforma da previdência, de controle dos aumentos salariais e da realização de concursos públicos.

A diferença entre os Estados é muito significativa. As variações vão desde um crescimento real de quase 20% (Mato Grosso do Sul) até uma queda real de quase 4% (Espírito Santo). Houve crescimento real nos gastos em quase todos os Estados, com exceção de Pará, Paraíba, Amapá e Espírito Santo. A maior parte dos Estados apresentou ligeiro aumento real na despesa com ativos, o que pode ser resultado das políticas de aumento salarial de exercícios anteriores.

Já as despesas brutas com inativos apresentaram crescimento mais heterogêneo, a depender da configuração dos regimes previdenciários de cada Ente.

No entanto, a despeito da heterogeneidade da variação, houve crescimento dessas despesas para a grande maioria dos Estados.

Despesa com Pessoal

UF	Gasto com Pessoal em 2017 (R\$)	População Em 2017*	Gasto com Pessoal per capita (R\$)	PIB per capita Estadual	Rendimento Domiciliar per capita em 2017(R\$)
DF	14.444.029.473,78	3.039.444	4.752,19	1º	30.576,00
AC	3.300.512.275,51	829.619	3.978,35	18º	9.228,00
RR	1.964.186.281,13	522.636	3.758,23	14º	12.072,00
MT	11.761.965.279,34	3.344.544	3.516,76	7º	14.964,00
MS	9.268.376.650,62	2.713.147	3.416,10	8º	15.492,00
TO	5.208.185.609,72	1.550.194	3.359,70	15º	11.244,00
AP	2.566.333.784,89	797.722	3.217,08	16º	11.232,00
RS	30.124.237.387,24	11.322.895	2.660,47	5º	19.620,00
RJ	42.021.022.558,02	16.718.956	2.513,38	3º	17.340,00
PR	27.561.424.548,19	11.320.892	2.434,56	6º	17.664,00
SE	5.521.981.314,94	2.288.116	2.413,33	17º	10.008,00
MG	50.223.606.582,05	21.119.536	2.378,06	11º	14.688,00
RO	4.263.321.404,47	1.805.788	2.360,92	13º	11.484,00
RN	8.271.593.251,61	3.507.003	2.358,59	20º	10.140,00
SC	15.594.101.863,11	7.001.161	2.227,36	4º	19.164,00
GO	14.668.985.660,95	6.778.772	2.163,96	10º	15.324,00
SP	93.098.703.393,90	45.094.866	2.064,51	2º	20.544,00
ES	7.252.714.716,77	4.016.356	1.805,79	9º	14.460,00
PI	5.696.206.871,31	3.219.257	1.769,42	26º	9.000,00
AM	7.068.895.862,91	4.063.614	1.739,56	12º	10.200,00
PE	15.809.262.058,30	9.473.266	1.668,83	19º	10.224,00
PB	6.516.031.278,98	4.025.558	1.618,67	24º	11.136,00
AL	5.333.575.424,89	3.375.823	1.579,93	25º	7.896,00
PA	12.458.125.445,71	8.366.628	1.489,03	22º	8.580,00
BA	22.495.106.085,83	15.344.447	1.466,01	21º	10.344,00
CE	11.034.716.832,41	9.020.460	1.223,30	23º	9.888,00
MA	8.545.181.986,04	7.000.229	1.220,70	27º	7.164,00

Gráfico 12

Total de gastos per capita com pessoal do exercício de 2017

* Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação (IBGE)

Dados em: R\$

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional e IBGE

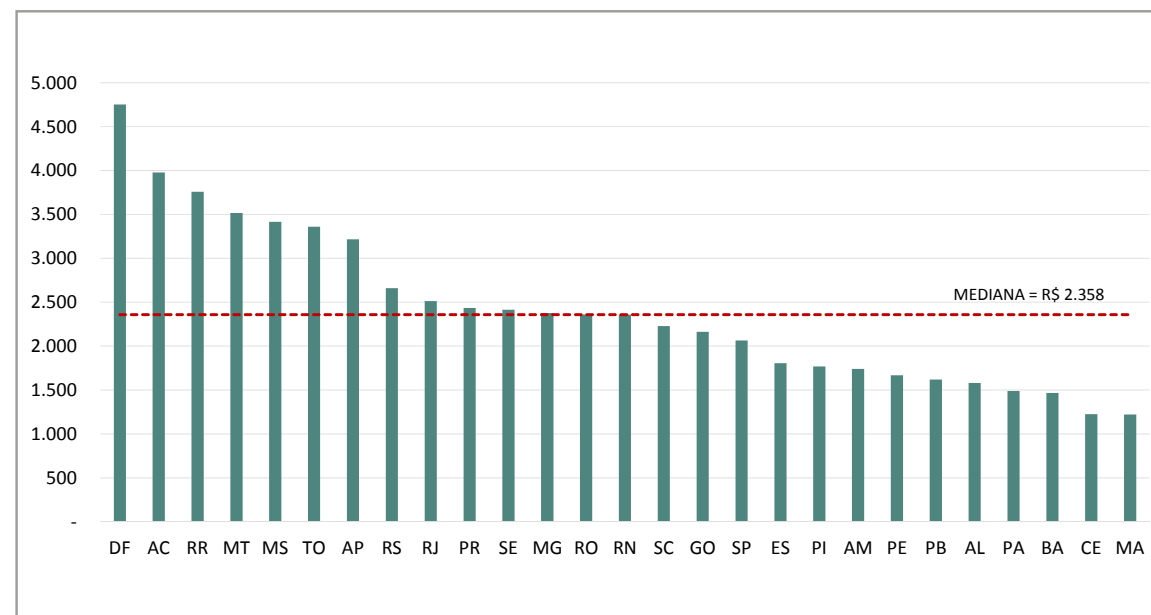


Tabela 6

Total de gastos com pessoal do exercício de 2017 per capita

Dados em: R\$

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional e IBGE

Despesa com Pessoal

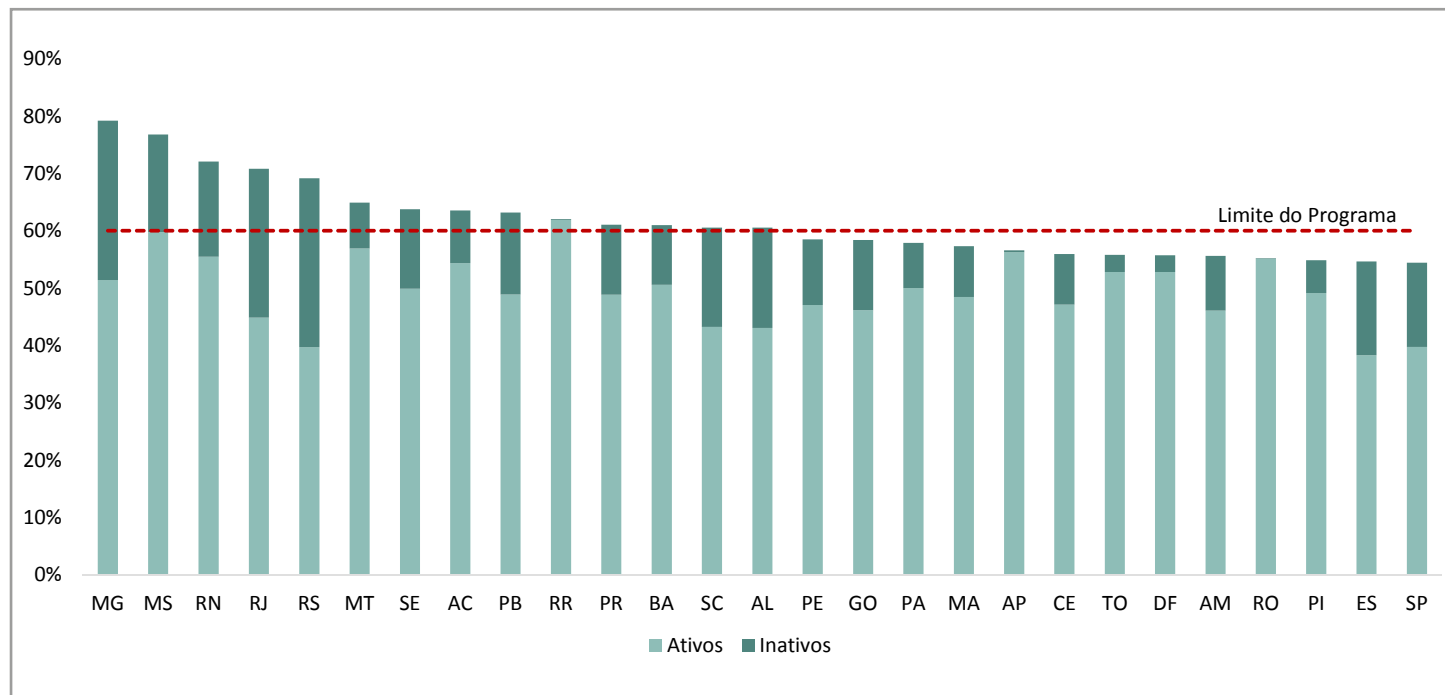


Gráfico 13
Relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida do exercício de 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Seguindo a metodologia adotada no PAF, os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Sergipe, Acre, Paraíba, Roraima, Paraná, Bahia, Santa Catarina e Alagoas apresentam comprometimento de suas receitas correntes líquidas com despesas com pessoal superior ao limite do PAF, de 60%. Destaca-se, ainda, a participação que as despesas com inativos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm no conjunto das despesas com pessoal.

Os números obtidos no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal foram ajustados visando seguir, da melhor forma possível, os conceitos e procedimentos do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Despesa com Pessoal

UF	Despesa Pessoal/RCL PAF	Despesa Pessoal/RCL RGF
 AC	63,53%	63,75%
 AL	60,56%	58,76%
 AM	55,61%	57,04%
 AP	56,58%	53,26%
 BA	60,95%	53,56%
 CE	55,94%	53,40%
 DF	55,72%	50,21%
 ES	54,63%	53,43%
 GO	58,37%	48,51%
 MA	57,32%	51,80%
 MG	79,18%	60,81%
 MS	76,77%	61,47%
 MT	64,92%	58,85%
 PA	57,88%	54,74%
 PB	63,17%	58,23%
 PE	58,48%	59,44%
 PI	54,83%	58,04%
 PR	61,07%	53,88%
 RJ	70,80%	69,23%
 RN	72,07%	52,49%
 RO	55,19%	54,24%
 RR	62,04%	63,14%
 RS	69,14%	56,12%
 SC	60,57%	59,98%
 SE	63,74%	49,29%
 SP	54,45%	51,67%
 TO	55,76%	67,94%
Mediana	60,56%	56,12%

Tabela 7
Comparativo despesa com pessoal 2017 — todos os poderes — RGF X PAF

Dados em: %

Elaboração própria

Fontes: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional e Siconfi/Tesouro Nacional

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Estados não devem exceder o limite de 60% da relação Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida. No entanto, em alguns casos, há diferença nas metodologias, sancionada pelos respectivos Tribunais de Contas, dos cálculos da despesa com pessoal. Há diversos critérios de apuração da despesa com pessoal. Nesse sentido, alguns Estados, por exemplo, não consideram em suas despesas com pessoal algumas rubricas de despesas importantes, como as despesas com pensionistas, imposto de renda retido na fonte e as despesas com obrigações patronais.

Previdência

Custo do Regime de Previdência para o Tesouro Estadual				
UF	2015**	2016**	2017	Varição 2016 - 2017 (%)
AC	237	288	409	42%
AL	1.238	1.140	1.285	13%
AM	989	999	1.154	16%
AP	13	34	14	-60%
BA	2.341	2.537	3.224	27%
CE	1.369	1.449	1.576	9%
DF	1.329	1.212	564	-53%
ES	1.603	1.802	1.994	11%
GO	1.995	2.220	2.613	18%
MA	687	763	1.137	49%
MG	11.927	13.402	15.322	14%
MS	1.151	1.136	1.658	46%
MT	694	1.105	1.396	26%
PA	2.078	2.228	1.424	-36%
PB	1.029	1.135	1.303	15%
PE	1.823	2.132	2.563	20%
PI	557	573	457	-20%
PR	2.375	2.299	4.450	94%
RJ	8.679	10.821	13.063	21%
RN	1.257	1.398	1.502	7%
RO*	9	8	8	0%
RR*	3	27	5	-80%
RS	8.703	9.749	10.699	10%
SC	3.247	3.070	3.665	19%
SE	871	897	946	6%
SP	17.877	19.797	21.340	8%
TO*	0	0	214	600792%
Total	74.079	82.221	93.986	14%

Tabela 8
Custo previdenciário

Despesas não custeadas com recursos vinculados à Previdência

Dados em: R\$ milhões

*Estados com previdência historicamente superavitária.

**Para 2015 e 2016, os dados estão sujeitos a alterações.

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

A tabela 8 explicita a evolução do custo dos regimes de previdência estadual. Entende-se como custo dos regimes o aporte realizado pelo Tesouro Estadual para cobrir o déficit previdenciário de todos os Poderes. Ou seja, o montante de recursos gastos além dos vinculados à Previdência. Segundo os números do PAF, tem-se uma variação positiva dos aportes para a maioria dos Estados. Tal crescimento é indício do problema da insustentabilidade dos regimes de previdência estaduais, tendo em vista o consumo cada vez maior de recursos financeiros, que poderiam estar sendo direcionados para atender e ampliar os serviços básicos exigidos pela sociedade.

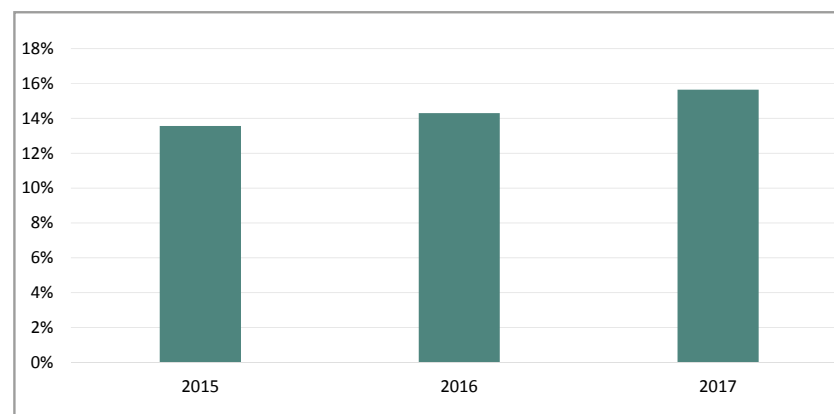


Gráfico 14
Evolução das despesas com inativos/RCL

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Previdência

UF	Programa de Ajuste Fiscal	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO (Anexo 4)	Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR		
	Custo do Regime de Previdência para o Tesouro Estadual (Conta "Inativos e Pensionistas")	Déficit Previdenciário do Plano Financeiro	Déficit do Regime dos Servidores Civis	Déficit do Regime dos Servidores Militares	Déficit Total
AC*	408,93	5,08	165,45	96,35	261,80
AL	1.285,24	1.049,41	845,74	361,11	1.206,86
AM	1.154,49	1.020,83	613,46	118,93	732,40
AP*	13,64	-458,76	-419,49	6,40	-413,08
BA	3.223,94	1.196,46	3.912,01	528,49	4.440,51
CE	1.576,49	1.520,13	1.132,73	229,28	1.362,01
DF	564,00	1.595,45	3.387,83	0,00	3.387,83
ES	1.993,89	1.921,78	1.040,51	367,08	1.407,59
GO	2.613,11	2.270,27	2.103,49	396,03	2.499,52
MA	1.137,08	571,50	745,38	220,87	966,25
MG	15.321,64	16.477,52	7.989,72	4.150,68	12.140,40
MS	1.658,24	791,85	987,69	204,22	1.191,91
MT*	1.395,85	1.238,76	877,29	138,78	1.016,07
PA	1.423,78	1.446,19	-53,32	579,03	525,71
PB	1.302,74	1.279,44	990,15	219,57	1.209,72
PE*	2.562,64	2.492,51	1.716,88	869,81	2.586,69
PI	456,91	380,00	761,15	205,11	966,26
PR	4.449,74	8,79	3.554,19	1.275,48	4.829,68
RJ	13.063,00	11.007,65	14.453,23	3.809,93	18.263,16
RN*	1.502,36	2.014,44	1.413,79	104,38	1.518,17
RO	8,19	-98,39	-297,97	39,52	-258,45
RR	5,27	-229,28	-390,39	-5,00	-395,39
RS	10.699,11	10.562,38	8.329,28	2.943,13	11.272,40
SC*	3.665,12	3.651,44	2.919,04	935,54	3.854,58
SE	946,42	1.205,82	403,38	93,10	496,48
SP	21.339,70	17.979,63	13.152,26	6.239,18	19.391,45
TO	214,47	200,15	-291,56	228,72	-62,84
Total	93.986,01	81.101,05	70.041,94	24.355,73	94.397,67

Tabela 9

Comparação do custo da previdência em 2017 do PAF com outras fontes de informação

*Estados que não apresentaram informações do Plano Financeiro no RREO. Assim, utilizaram-se as informações do Plano Previdenciário.

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fontes: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional, Siconfi/Tesouro Nacional e Sistema de Informações do Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV/SPREV

A tabela 9 demonstra o custo dos regimes de previdência estadual segundo três fontes de informação: o PAF, que utiliza informações da execução orçamentária dos Estados, com ajustes necessários para apurar o custo real dos inativos e pensionistas para o Tesouro do Estado; o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e a Declaração de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), divulgada pela Secretaria da Previdência (SPREV), os dois últimos com informações declaradas pelos próprios Entes.

Percebe-se que existe uma diferença de R\$ 12,89 bilhões entre os resultados previdenciários apurados pelo PAF e pelo RREO elaborado pelos próprios Estados. O gráfico 15 compara a evolução recente com as projeções de déficit previdenciário declaradas pelos Estados à SPREV e revela com clareza o descasamento entre ambas.

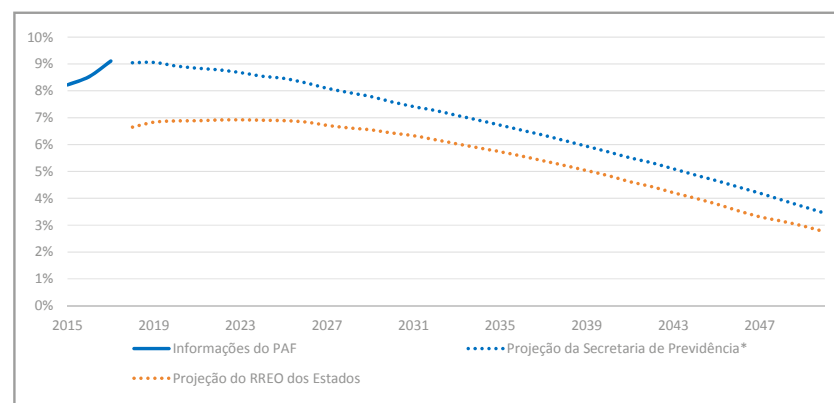


Gráfico 15
Déficit previdenciário/RCL

* Os Estados de AC, PR, RJ e SP não enviaram todas as informações e foram excluídos da amostra.

Dados em: %
Elaboração própria
Fonte: PAF, DRAA e RREO

Serviço das Dívidas

Discriminação	2015*	2016*	2017	Variação Absoluta	Variação Percentual
Serviço das Dívidas dos Estados	54.210	36.488	36.593	105	0,3%
Serviço das Dívidas com a União	37.469	17.610	17.724	114	0,6%
Dívidas Refinanciadas pelo Tesouro Nacional	36.187	16.765	16.695	-70	-0,4%
Outras	1.282	845	1.029	184	21,8%
Serviço das Dívidas com Outros Credores	16.740	18.878	18.869	-9	0,0%
Credores Nacionais	11.164	12.579	12.871	292	2,3%
Bancos Públicos Federais	10.625	12.091	12.094	3	0,0%
Outros	538	488	777	289	59,2%
Credores Estrangeiros	5.577	6.299	5.998	-301	-4,8%

Tabela 10
Serviço das Dívidas

Dados em: R\$ milhões

*Dados de 2015 e 2016

sujeitos a alterações

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste

Fiscal/Tesouro Nacional

Os dados da tabela 10 apontam que o gasto com o serviço das dívidas com a União em 2017 permaneceu estável com variação positiva de R\$ 114 milhões. Isso porque, enquanto as despesas com juros aumentaram, devido ao fim do escalonamento do pagamento do serviço da dívida, as despesas com amortização caíram. Essa queda pode ser explicada pelo fato de que os Estados mais endividados amortizavam valores superiores ao período pós-renegociação, dado que estes pagavam uma porcentagem fixa da Receita Líquida. Com o alongamento da dívida em 20 anos, e o fim do limite de comprometimento da receita e do resíduo decorrente dele, todos os Estados passaram a amortizar de acordo com o sistema *Price*. Sendo assim, as despesas com amortização diminuirão pelo alongamento da dívida, quanto pela mudança do sistema de amortização. Segundo estimativas do Tesouro, o alívio no serviço da dívida em 2016 foi de R\$ 13,5 bilhões. Já para 2017, esse valor ficou em R\$ 22,1 bilhões.

Já para o serviço das dívidas com outros credores, destaca-se a queda do serviço pago a Credores Estrangeiros, com queda de R\$ 301 milhões. O gráfico 17 mostra a evolução recente da participação das despesas com serviço da dívida na receita corrente líquida dos Estados e a trajetória esperada para essa relação durante os próximos anos, calculada pelo Tesouro Nacional.

Gráfico 16
Evolução do serviço da dívida/RCL

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

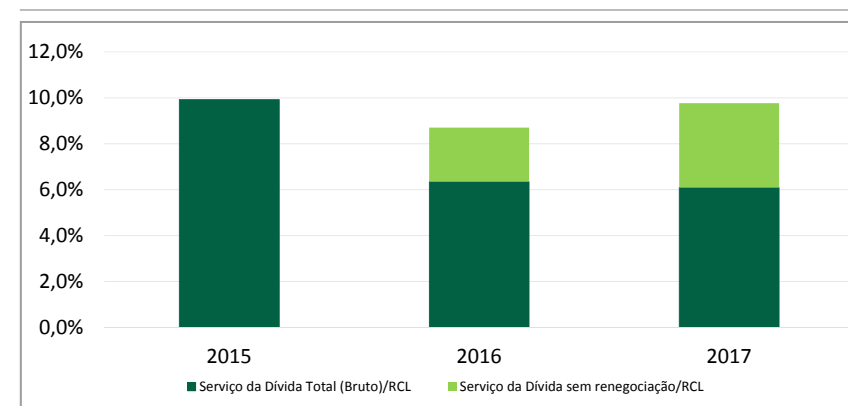
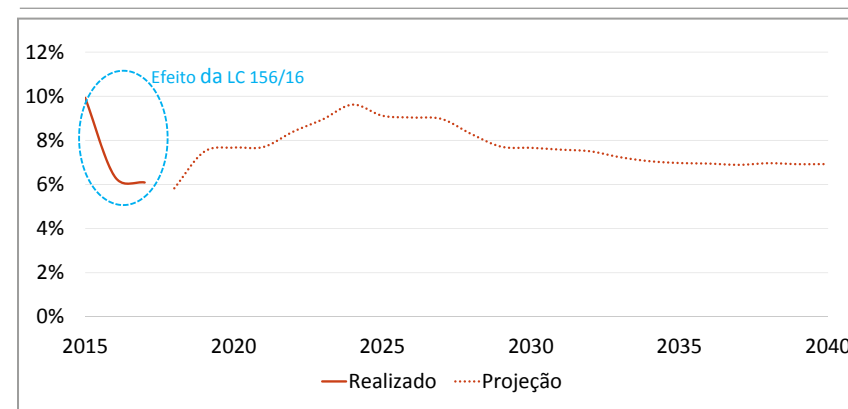


Gráfico 17
Evolução do serviço da dívida/RCL

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional



Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito, embora decrescentes, ainda apresentam montantes elevados. Isso ocorre, principalmente, por causa da maturação das operações de crédito que foram incluídas nos PAF até 2012, com a ampliação dos limites de contratação dos Estados.

Gráfico 18
Receitas de operações de crédito

Dados em: R\$ milhões
Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

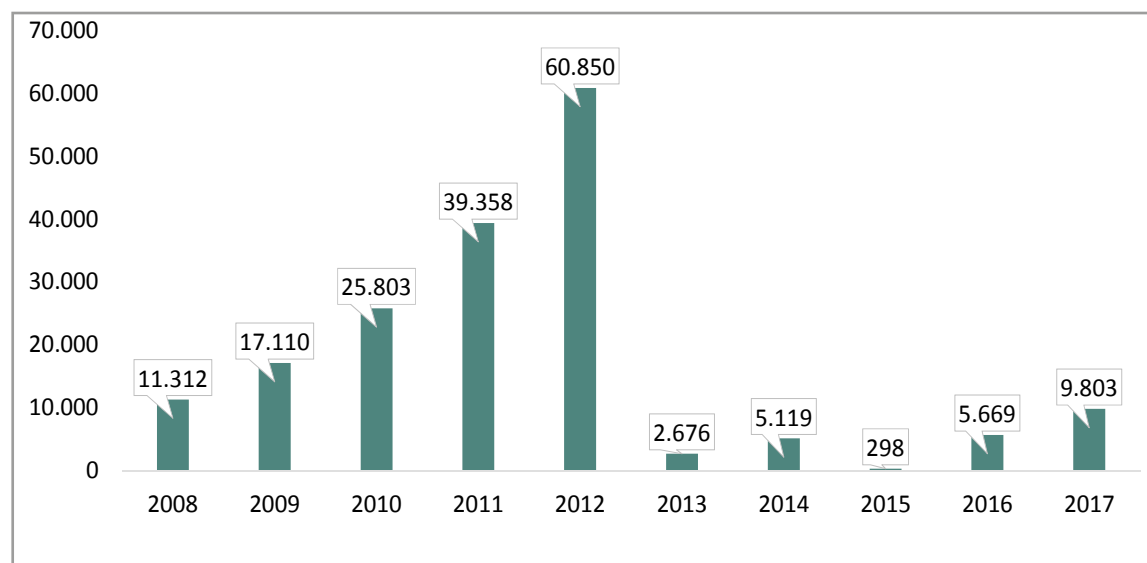
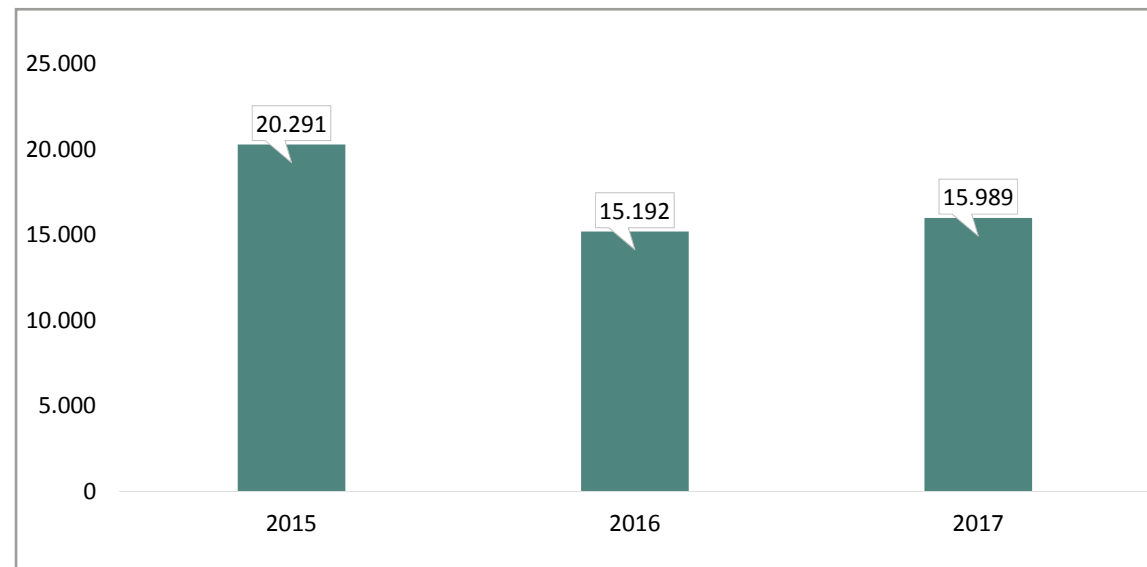


Gráfico 19
Histórico de ampliação do limite de operações de crédito do PAF

Dados em: R\$ milhões
Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Operações de Crédito

UF	RCL 3º Q de 2017	Receita com Operações de Crédito					
		2015	2016	2017	TOTAL	% da RCL	Ranking
 AC	4.472	211	113	166	490	10,95%	7º
 AL	7.350	26	0	124	151	2,05%	25º
 AM	12.110	207	434	203	844	6,97%	11º
 AP	4.322	261	34	53	348	8,05%	10º
 BA	31.114	1.015	907	1.156	3.079	9,90%	9º
 CE	17.779	1.540	1.110	2.051	4.701	26,44%	1º
 DF	19.220	581	100	517	1.198	6,23%	14º
 ES	12.211	391	299	89	779	6,38%	12º
 GO	21.034	556	34	404	995	4,73%	18º
 MA	12.841	541	561	452	1.554	12,10%	5º
 MG	55.172	27	1.154	66	1.247	2,26%	23º
 MS	9.749	42	11	0	53	0,54%	26º
 MT	14.410	239	368	164	772	5,35%	16º
 PA	18.023	179	159	343	680	3,78%	20º
 PB	9.118	369	132	49	550	6,04%	15º
 PE	21.522	419	322	387	1.129	5,24%	17º
 PI	8.002	399	855	491	1.744	21,79%	2º
 PR	36.440	260	318	221	798	2,19%	24º
 RJ	50.282	4.995	1.047	2.313	8.355	16,62%	3º
 RN	9.058	34	247	101	382	4,22%	19º
 RO	6.501	33	117	34	184	2,83%	22º
 RR	3.200	0	0	0	0	0,00%	27º
 RS	36.308	203	334	555	1.092	3,01%	21º
 SC	21.139	1.147	1.254	1.062	3.463	16,38%	4º
 SE	6.833	150	123	160	434	6,35%	13º
 SP	145.333	6.098	4.955	4.587	15.641	10,76%	8º
 TO	7.207	367	204	240	810	11,24%	6º
Total	600.750	20.291	15.192	15.989	51.472	8,57%	

Tabela 11
Relação entre as receitas com operações de crédito e receita corrente líquida por Estado

Dados em: R\$ milhões

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

A tabela 11 oferece duas informações importantes: a primeira é que o Ceará, considerando os dados do último triênio, foi o Estado que mais recebeu operações de crédito, em proporção da sua RCL. Além disso, dos dez Estados com as maiores relações operações de crédito/RCL no último triênio, sete foram das regiões Norte e Nordeste.

Investimento

O gráfico 20 mostra que a relação Investimento/RCL apresentou ligeiro aumento entre 2016-2017. Também no mesmo período, houve expansão dos investimentos com recursos próprios, podendo esse ser um efeito colateral do fim da política de forte ampliação do volume de empréstimos adotada até 2014. A participação dos recursos próprios nos investimentos totais cresceu durante os três anos, contribuindo para maior sustentabilidade das contas estaduais no longo prazo.

Gráfico 20
Investimento total/RCL

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

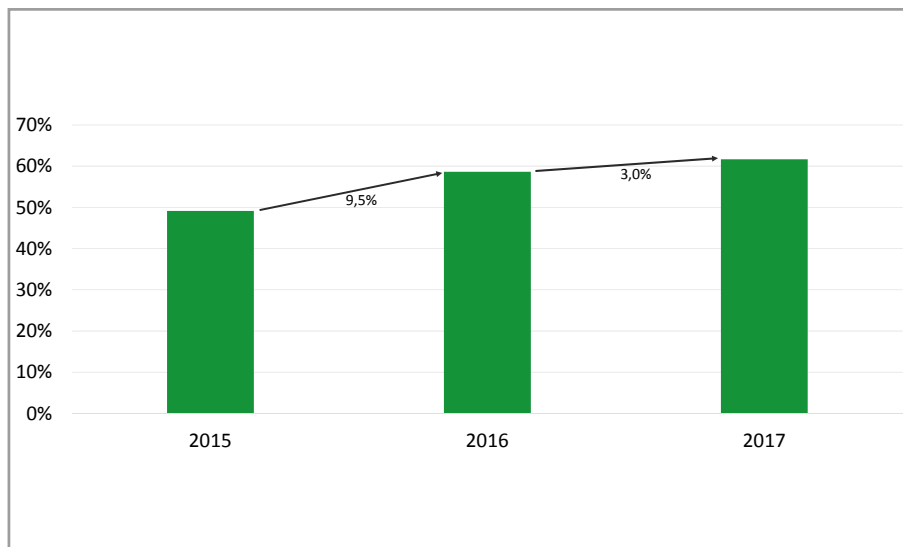
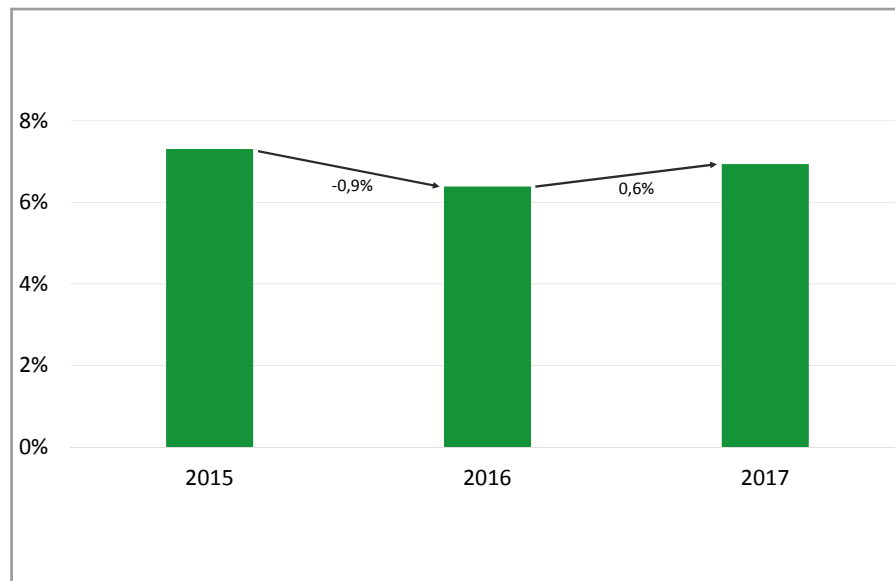


Gráfico 21
Investimento com recursos próprios/Investimento total

Dados em: %

Nota: Investimento com recursos próprios: Investimento Total - Transferências de Capital - Op. de Crédito

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

Dívida Consolidada

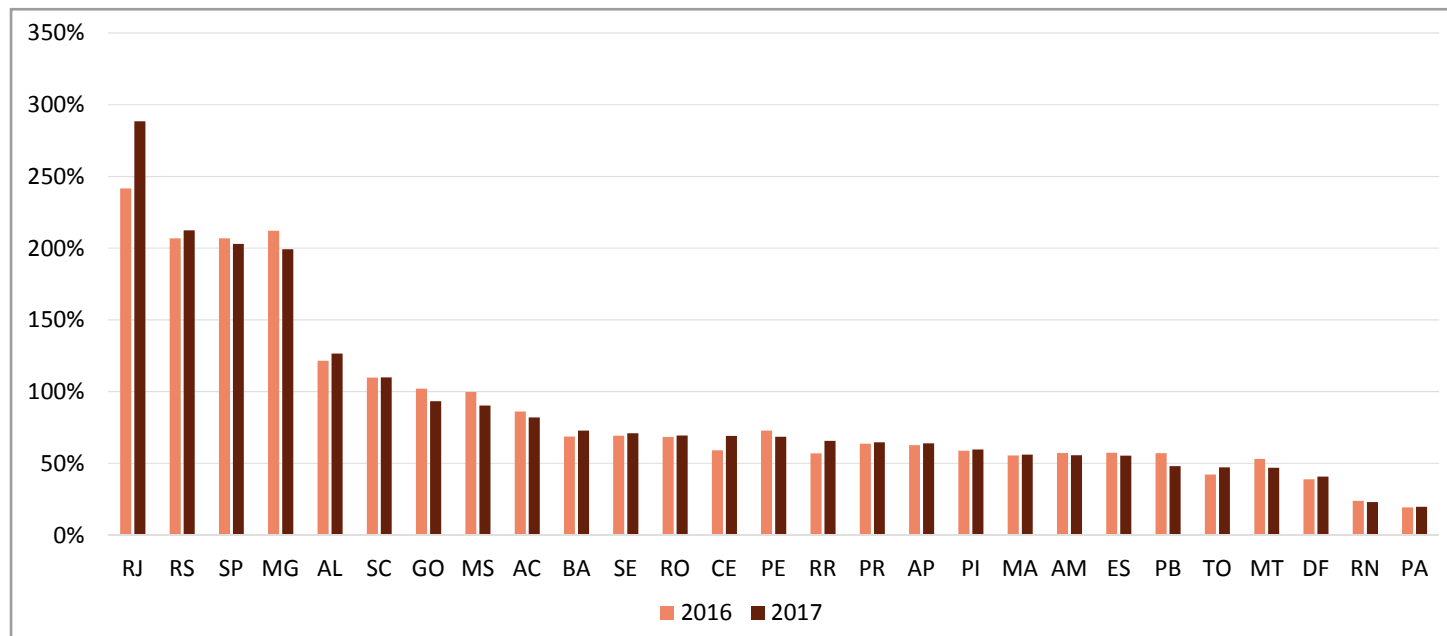


Gráfico 22
Relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida

Elaboração própria

Fonte: Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

A relação Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida aumentou para a maioria dos Estados. Dessa forma, mesmo com o fim da redução extraordinária do serviço das dívidas da Lei 9.496/97, o aumento da RCL estadual e as amortizações das dívidas contratuais, o indicador de endividamento aumentou para 16 Estados.

O Estado do Rio de Janeiro viu seu nível de endividamento crescer rapidamente entre os anos de 2016-2017. Com a entrada do Ente no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), houve a suspensão do pagamento das dívidas refinanciadas e garantidas pela União, além do recálculo do seu saldo devedor.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais também apresentam alto grau de endividamento. No entanto, entre 2016

e 2017, enquanto o indicador do Estado gaúcho subiu, o de Minas Gerais caiu. Um dos motivos para isto é a liminar que o Rio Grande do Sul possui no Supremo Tribunal Federal (STF), a qual antecipa parte dos efeitos do Regime de Recuperação Fiscal e, com isso, permite a suspensão do pagamento das dívidas refinanciadas pela União. Já Minas Gerais só passou a usufruir de suspensão semelhante em 2018. Dessa forma, a Dívida Consolidada do Estado mineiro caiu. ■

Panorama Fiscal – Municípios

Situação Fiscal – Municípios

Perfil do Endividamento – Municípios

Situação Fiscal – Municípios

Discriminação	2016	2017	Variação Nominal 2016-2017	Variação 2016 - 2017 (%)
Receita Corrente	542.516	560.184	17.667	3,26%
Receitas de Arrecadação Própria	185.733	194.611	8.877	4,78%
ISS	51.100	53.539	2.439	4,77%
IPTU	30.379	33.941	3.562	11,73%
Outras	104.255	107.131	2.876	2,76%
Receitas de Transferências	356.783	365.573	8.790	2,46%
FPM	88.421	83.646	-4.775	-5,40%
Participação no ICMS	94.346	100.797	6.451	6,84%
Participação no IPVA	18.865	19.327	462	2,45%
Outras	155.151	161.803	6.652	4,29%
Receita De Capital	21.853	12.999	-8.855	-40,52%
Operações de Crédito	7.250	3.934	-3.317	-45,74%
Outras	14.603	9.065	-5.538	-37,93%
Despesa Corrente	481.187	505.389	24.202	5,03%
Pessoal	271.329	289.695	18.366	6,77%
Ativo	172.527	178.160	5.633	3,26%
Inativos	28.584	33.722	5.138	17,98%
Pensionistas	4.990	5.507	516	10,35%
Outras	65.227	72.306	7.079	10,85%
Juros e Encargos da Dívida	3.740	4.123	383	10,25%
Outras Despesas Correntes	206.119	211.571	5.452	2,65%
Despesa de Capital	49.364	37.152	-12.212	-24,74%
Investimentos	38.677	25.292	-13.385	-34,61%
Inversões	1.023	1.098	75	7,36%
Amortização da Dívida	9.664	10.762	1.098	11,36%
Resultado Orçamentário	33.819	30.641	-3.178	-9,40%

Tabela 12
Situação Fiscal dos Municípios

Dados em: R\$ Milhões

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

A Tabela 12 apresenta dados agregados dos Municípios com informações disponíveis no Siconfi no dia 01/10/2018. Esse universo engloba 5109 Municípios. Suas receitas correntes somadas aumentaram em R\$ 17,7 bilhões. Ao se considerar a inflação no período de 3,4% medida pelo IPCA médio, verifica-se que a variação foi negativa em termos reais. A arrecadação própria cresceu 4,8%. Os principais impostos municipais tiveram o mesmo comportamento em 2017. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) apresentou aumento nominal de R\$ 2,4 bilhão e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aumentou em R\$ 3,6 bilhões. A elevação da arrecadação própria deve-se ao desempenho dos impostos municipais e de receitas como Outras Receitas Correntes, Receita Patrimonial e Receitas de Contribuições, as quais fazem parte da categoria “Outras”.

As Receitas de Transferências apresentaram crescimento nominal de 2,5%. No entanto, houve queda de 5,4% no valor do FPM, explicada pelo fato de que no ano de 2016 houve uma arrecadação extraordinária em função das multas de repatriação de recursos. Esta queda foi compensada pelo crescimento de 6,8% das transferências de ICMS.

Por outro lado, as Receitas de Capital caíram 40,5%, houve queda de R\$ 3,3 bilhões em receitas de operações de crédito e outros R\$ 5,5 bilhões de Outras Receitas de Capital, Transferências de Capital e Alienação de Bens.

Perfil do Endividamento – Municípios

Do lado das despesas, os Municípios apresentaram crescimento de 5,0% das Despesas Correntes. Importante componente das despesas municipais, respondendo por cerca de 57,3% do total das Despesas Correntes, a Despesa com Pessoal elevou-se em 6,8% em relação a 2016. As despesas com Juros e Encargos da dívida tiveram aumento nominal de 10,3%. As Outras Despesas Correntes aumentaram 2,7% em relação ao exercício de 2016.

Por fim, sob o efeito de uma redução 34,6% dos Investimentos, as Despesas de Capital apresentaram uma queda de aproximadamente R\$ 12,2 bilhões.

A Tabela 13 apresenta o perfil das dívidas municipais. A dívida refinanciada junto à União responde por cerca de 36,0% do total da Dívida Consolidada. A Dívida Contratual Externa corresponde a aproximadamente 9,0% do total, tendo o Banco Mundial como principal credor. Já a dívida com Precatórios equivale a 22,1% da Dívida Consolidada. Na divisão entre dívida garantida e não garantida pela União, tem-se que R\$ 18,1 bilhões do estoque da dívida possui garantia da União, enquanto R\$ 20,5 bilhões não gozam da garantia.

Tabela 13
Perfil do endividamento

Dados em: R\$ Milhões

Elaboração própria

Fonte: CDP/Tesouro Nacional

Perfil do endividamento	2016	2017
Dívida Consolidada	116.158	122.879
Dívida Contratual Interna	75.021	80.536
BB	3.233	3.161
BNDES	6.165	5.994
CEF	12.830	15.027
Outras instituições financeiras públicas	971	859
União	43.577	44.203
Outros Credores	8.245	11.292
Dívida Contratual Externa	10.216	11.006
Banco Mundial	5.048	5.041
Banco Interamericano de Desenvolvimento	3.850	4.211
Corporação Andina de Fomento	718	1.177
Outros Credores	599	577
Outras Dívidas	4.164	4.150
Precatórios	26.758	27.185
Dívida Consolidada	116.158	122.879
Com Garantia da União	18.036	18.171
Sem Garantia da União	47.773	20.496
Não se Aplica Garantia	50.349	84.212

Indicadores das Capitais Estaduais

Endividamento

Solvência Fiscal

Autonomia Financeira

Indicador de Endividamento

Planejamento

Financiamento dos Investimentos

Rigidez das Despesas

Endividamento

Indicador 1

Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida

A relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida avalia o nível de endividamento do Município. Este indicador mostra qual o percentual da Receita Corrente Líquida de um exercício que seria consumido caso toda a Dívida Consolidada fosse paga. A Lei Complementar 148/14 influenciou o estoque da dívida dos Municípios, ao alterar os indexadores dos contratos de refinanciamento das dívidas dos Entes subnacionais com a União.

São Paulo aparece em primeiro lugar isoladamente como a capital mais endividada, apresentando um índice de 93,5% (gráfico 23). Em segundo lugar, encontra-se o Rio de Janeiro, com 75,6%. Na outra ponta, situa-se Boa Vista, com um índice de 9,4%. A média deste indicador situa-se em 31,4%.

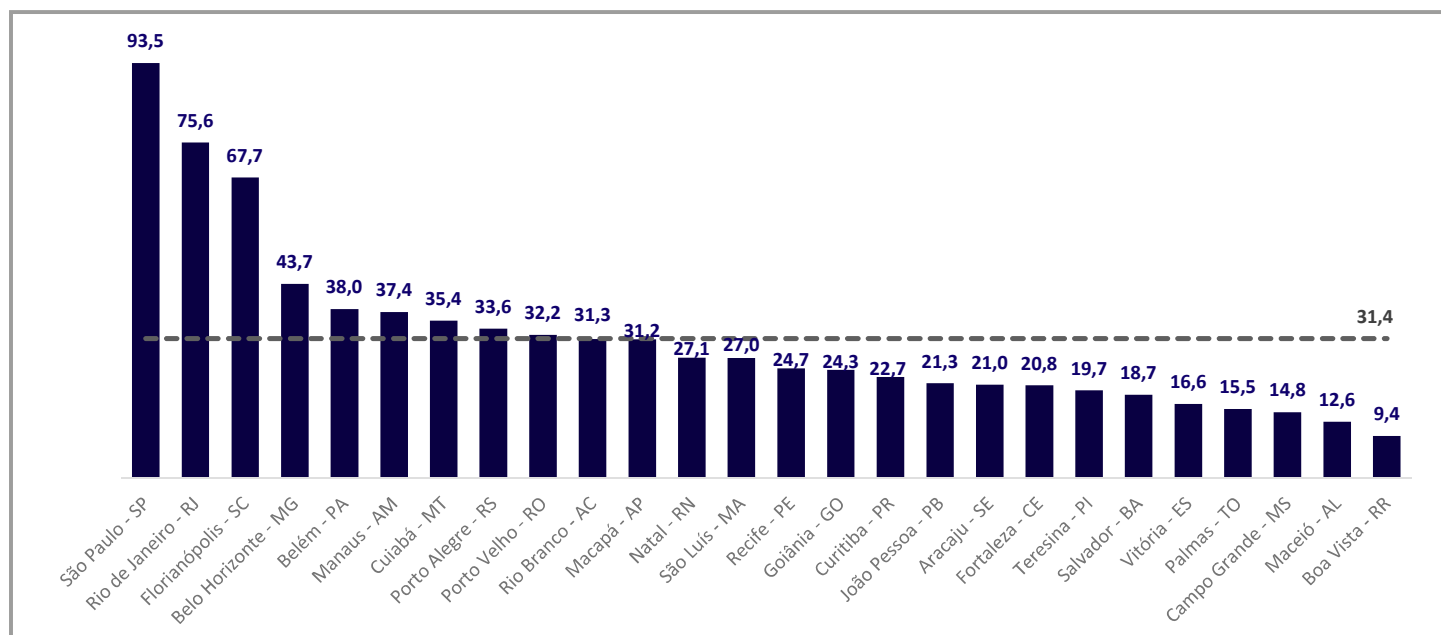


Gráfico 23
**Dívida Consolidada/
Receita Corrente Líquida – 2017**

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

Solvência Fiscal

O comprometimento da Receita Corrente Líquida com gasto com pessoal e com serviço da dívida avalia a solvência fiscal do Ente. Como estas despesas apresentam elevada rigidez, Municípios que usam um percentual muito alto da sua RCL para pagá-las apresentam pouco espaço fiscal para lidar com cenários em que ocorre redução da arrecadação. Desta forma, estes Entes podem apresentar situação fiscal mais vulnerável e maior risco de insolvência.

Indicador 2

Despesa Bruta com Pessoal/Receita Corrente

Entre os Municípios analisados, Rio de Janeiro apresenta o maior comprometimento da sua receita corrente líquida com despesa bruta de pessoal, 76,2% (gráfico 24). São Paulo destaca-se positivamente por possuir o menor comprometimento com gasto de pessoal, que corresponde a 43,8% de sua RCL.

Em média, as capitais estaduais comprometem 56,3% da RCL com a despesa bruta de pessoal. Vale destacar que esse indicador não considera as deduções de despesa com pessoal previstas no § 1º do art. 19, sendo, portanto, diferente do indicador que serve como referência ao limite estabelecido pela LRF.

Indicador 3

Serviço da Dívida/Receita Corrente Líquida

Outro indicador que avalia a solvência fiscal do Município é o comprometimento da RCL para pagamento de juros e amortizações das dívidas municipais. Com a Lei Complementar 148/14, o estoque das dívidas com a União reduz-se significativamente para grande parte dos Municípios. Com isso, houve também melhora nesse indicador. Florianópolis é a capital estadual com maior relação Serviço da Dívida/RCL, de 7,9% (gráfico 25). As capitais das regiões Norte e Nordeste, à exceção de Belém e Maceió, apresentam uma relação inferior a 4,0%.

Gráfico 24

Despesa Bruta com Pessoal/Receita Corrente — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

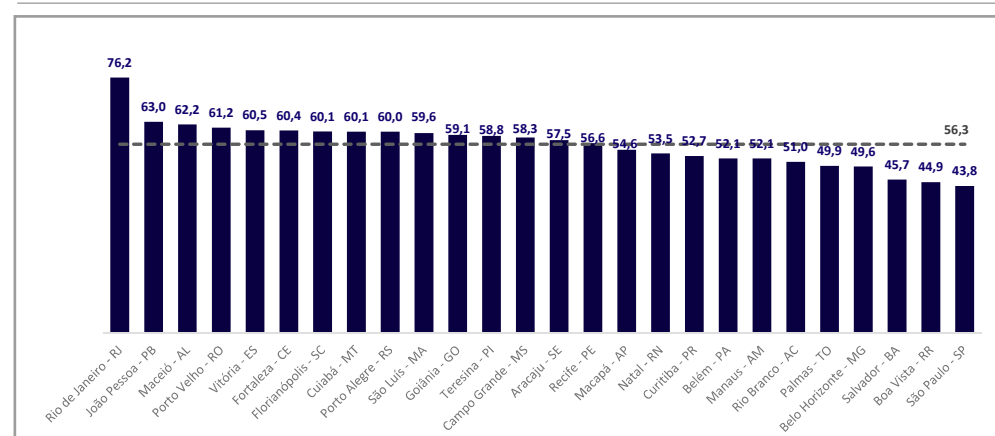


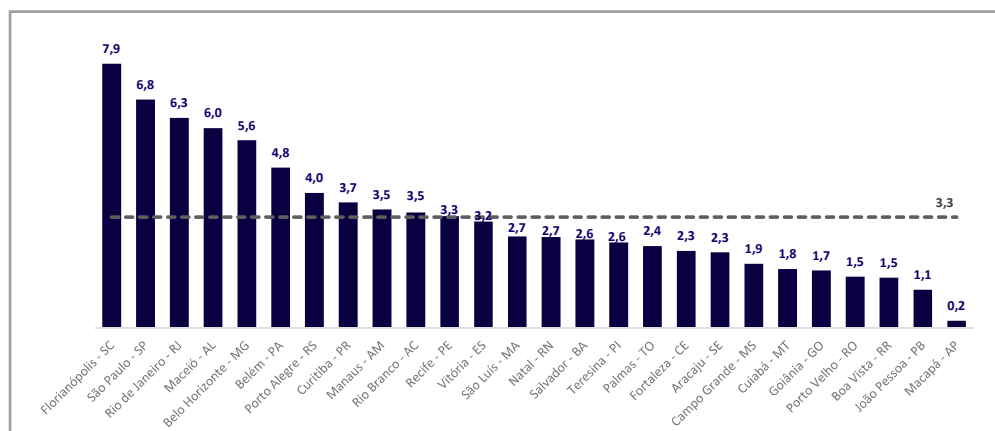
Gráfico 25

Serviço da Dívida/Receita Corrente Líquida - 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional



Autonomia Financeira

Indicador 4

Arrecadação Própria/Receita Total

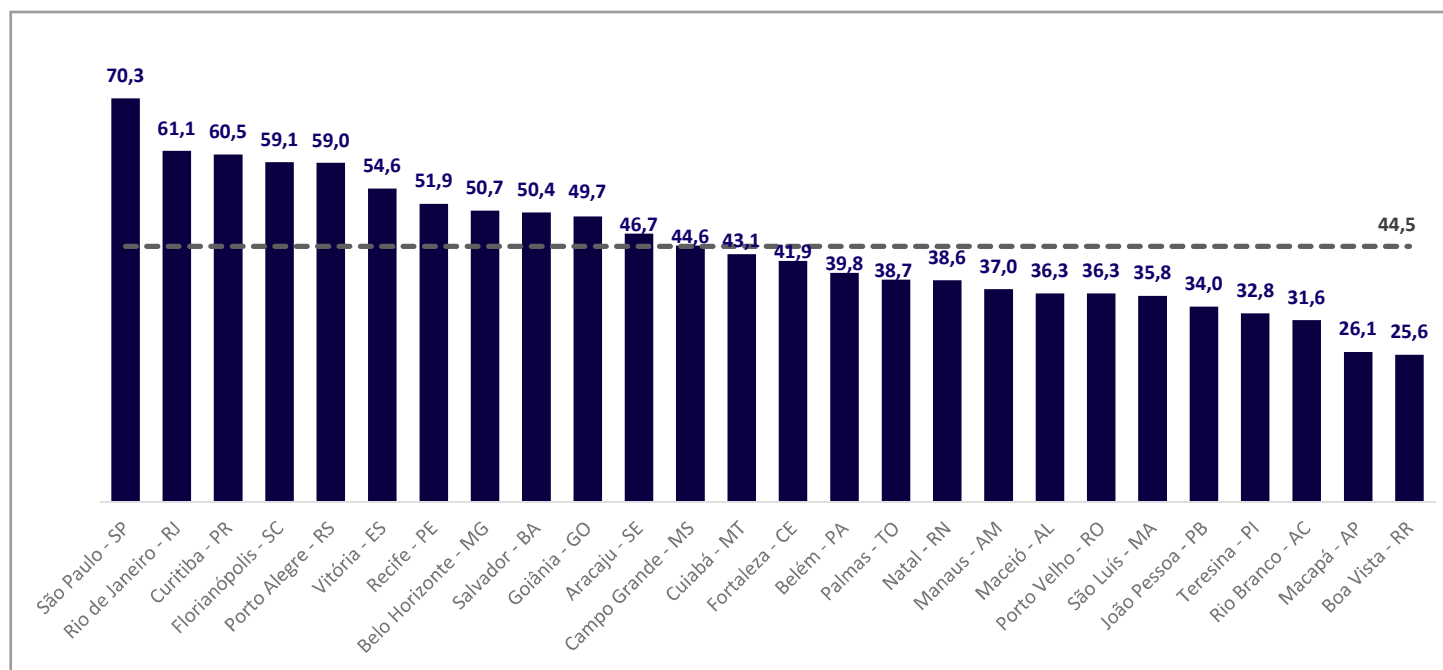
A arrecadação própria em relação à receita total (corrente mais capital) demonstra a autonomia fiscal do Município. A análise do gráfico 26 revela que todas as capitais dos Estados do Sul e Sudeste, possuem o índice de arrecadação própria acima de 50%. Essa distribuição geográfica revela que, nas regiões com menos dinamismo econômico, a existência de uma base tributária menor não permite que os Municípios sejam mais independentes de transferências provenientes de Estados e União. Outro fator que deve ser considerado é o esforço de explorar a base tributária própria. Na liderança nacional, encontra-se o Município de São Paulo, com 70,3% de arrecadação própria, enquanto Boa Vista, na outra ponta, arrecada apenas 25,6% de sua receita total.

Gráfico 26
Arrecadação Própria / Receita Total — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional



Financiamento dos Investimentos

Indicador 5 *Investimento com Recursos Próprios*

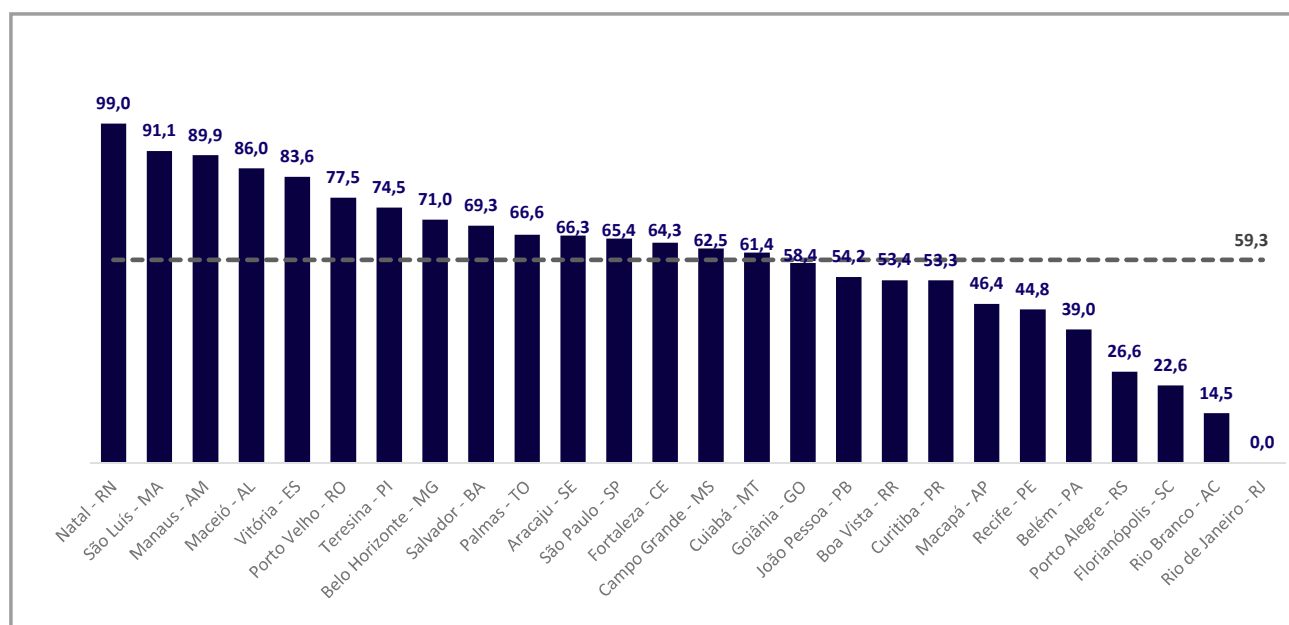
Entende-se como investimentos com recursos próprios a diferença entre o total gasto pelo Município com investimentos e as receitas de transferências de capital e de operações de crédito. Elevados percentuais de investimentos realizados com recursos próprios representam baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros. Consequentemente, Municípios que apresentam alto índice de investimento com fontes próprias financiam seus investimentos com menor impacto fiscal, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável. Entre as capitais, Natal aparece com o maior percentual de investimento com recursos próprios: 99,0% (gráfico 27). Rio de Janeiro, por sua vez, apresenta um volume de investimentos menor do que o total de receitas de operações de crédito e transferências de capital. Em média, o financiamento com recursos próprios realizado pelas capitais corresponde a 59,3% dos seus investimentos.

Gráfico 27 Investimento com Recursos Próprios

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional



Rigidez das Despesas

Indicador 6 Despesa de Custeio / Despesa Total

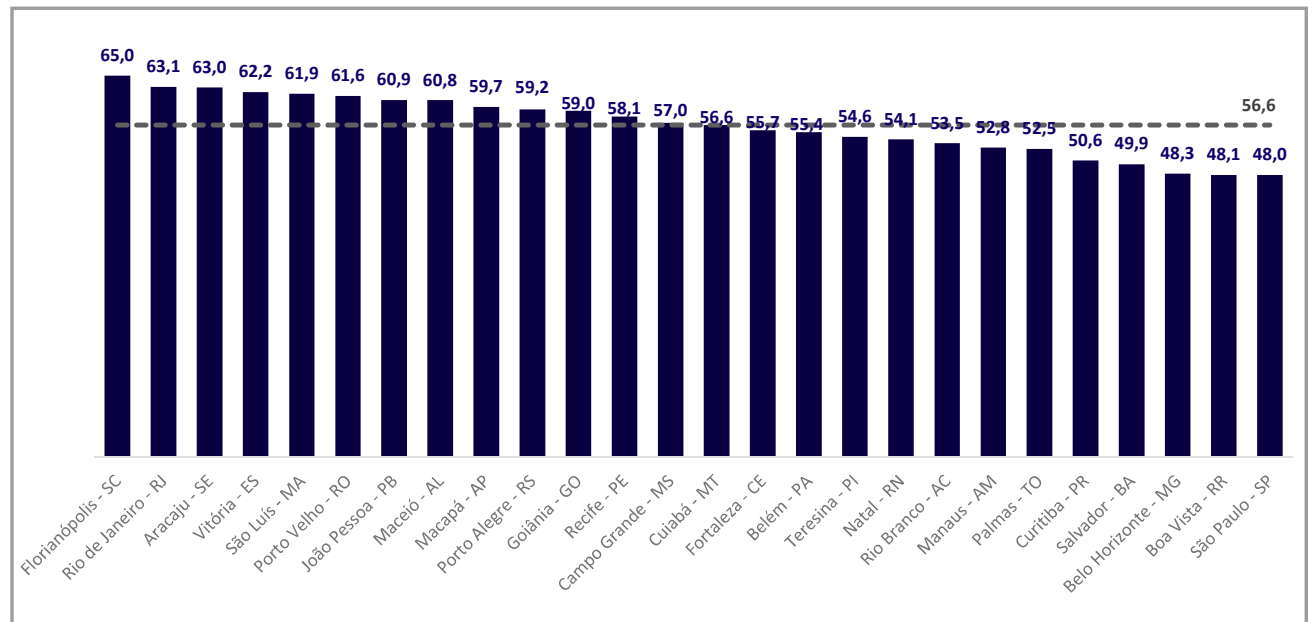
Consideram-se como despesas de custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (encargos financeiros e amortizações da dívida) e outras despesas correntes. O objetivo deste indicador é identificar o percentual da despesa que apresenta alto nível de rigidez em relação às despesas totais (corrente e capital). Procura-se avaliar a flexibilidade fiscal, aspecto necessário para lidar com situações de contração fiscal. Florianópolis é o Município analisado que apresenta o maior percentual de despesa rígida, situando-se em 65,0% (gráfico 28). Por outro lado, São Paulo destaca-se como o Município com o menor índice de rigidez, de 48,0%. A média deste indicador situa-se em 56,6%.

Gráfico 28
Despesa de Custeio/Despesa Total — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

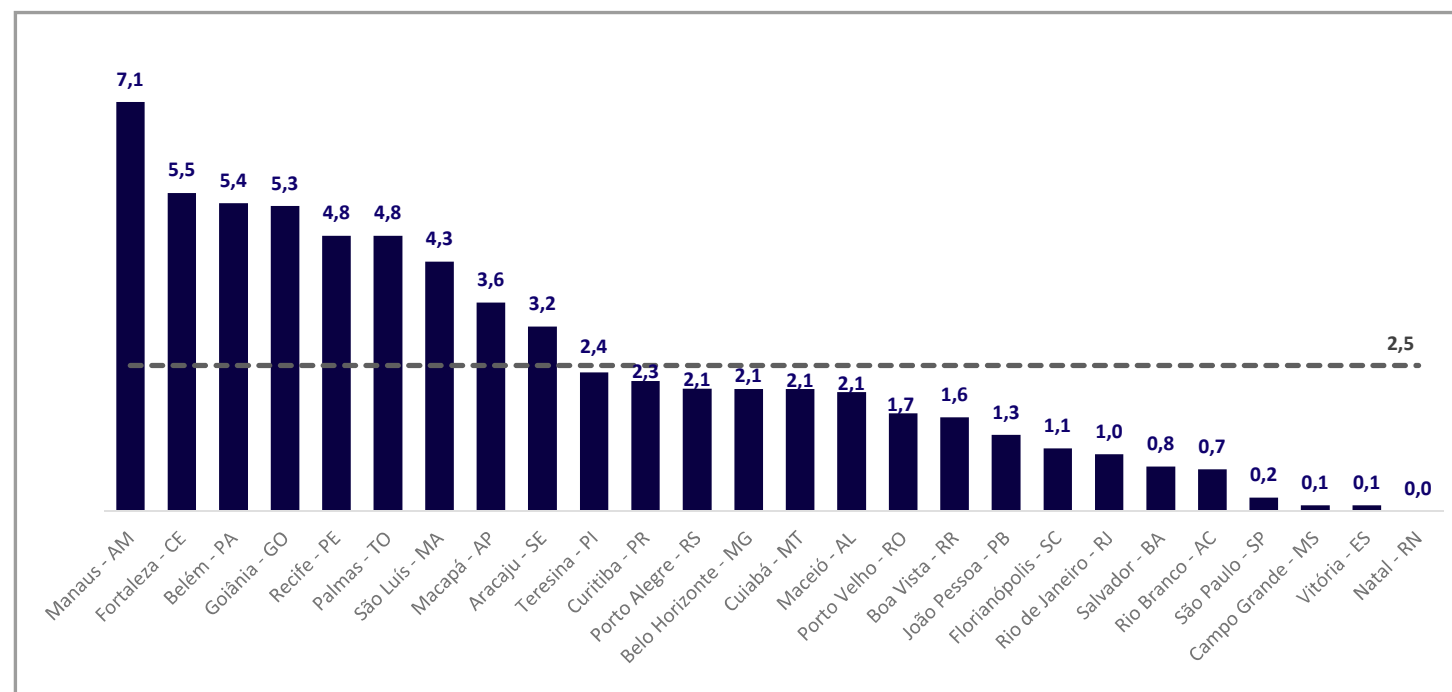


Planejamento

Para esta classe de indicadores são analisadas as despesas de exercícios anteriores em relação à despesa total, inscrições de restos a pagar processados como porcentagem da despesa líquida e disponibilidade líquida de caixa sobre a despesa liquidada média. Entende-se que os três indicadores estão associados à qualidade do planejamento do gestor.

Gráfico 29
Despesa de Exercícios Anteriores / Despesa Total — 2017

Dados em: %
Elaboração própria
Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional



Indicador 7

Despesa de Exercícios Anteriores / Despesa Total

As despesas de exercícios anteriores são aquelas que ocorreram, mas não houve registro e nem foi utilizado o orçamento à época. Altos valores deste indicador demonstram fragilidade no controle das despesas orçamentárias, visto que houve necessidade de pagar despesas que não foram previamente inscritas no orçamento.

No que diz respeito ao indicador, Manaus apresentou 7,1% de sua despesa total em DEA (gráfico 29), sendo o Município, pela terceira vez consecutiva, com a maior relação. A média ficou em 2,5%.

Indicador 8

Restos a Pagar Processados/ Despesa Liquidada

Por definição, restos a pagar são despesas devidas e não pagas, as quais constam no orçamento do Ente federativo. Quanto maior o valor deste indicador, maior será a transferência de despesas do exercício que se encerra para o seguinte.

Natal apresenta a maior relação: 9,5% da despesa total (gráfico 30). No entanto, boa parte da amostra apresenta relação bem inferior, em média 3,4%.

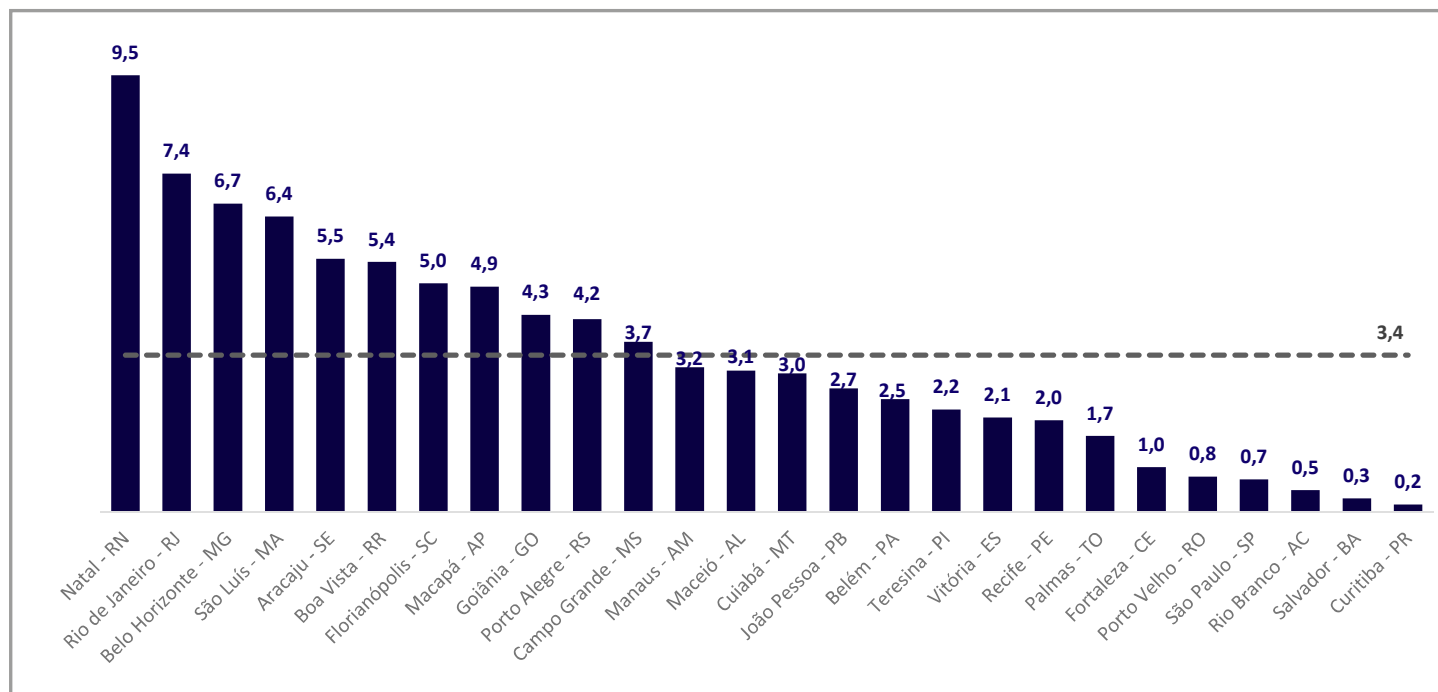


Gráfico 30
Restos a Pagar Processados /
Despesa Liquidada — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

Indicador 9

Disponibilidade de Caixa Líquida/Despesa Mensal Líquida Média — 2017

O indicador de disponibilidade de caixa em relação à despesa liquidada média mensura o quanto de caixa o Município tem para fazer frente à despesa liquidada de um mês, despesa essa calculada como a média dos 12 meses de despesa liquidada. Nesse indicador é considerada a disponibilidade total dos recursos, vinculados e não vinculados.

Salvador apresentou o melhor número. Nesse caso, o Ente tem disponibilidade de caixa líquida no final de 2017 para arcar com uma despesa média de 2,6 meses. Já Porto Alegre apresentou o pior índice, com uma disponibilidade negativa de caixa, sendo, portanto, incapaz de arcar com despesas caso não obtenha novas receitas. A média do indicador é de 0,5 mês.

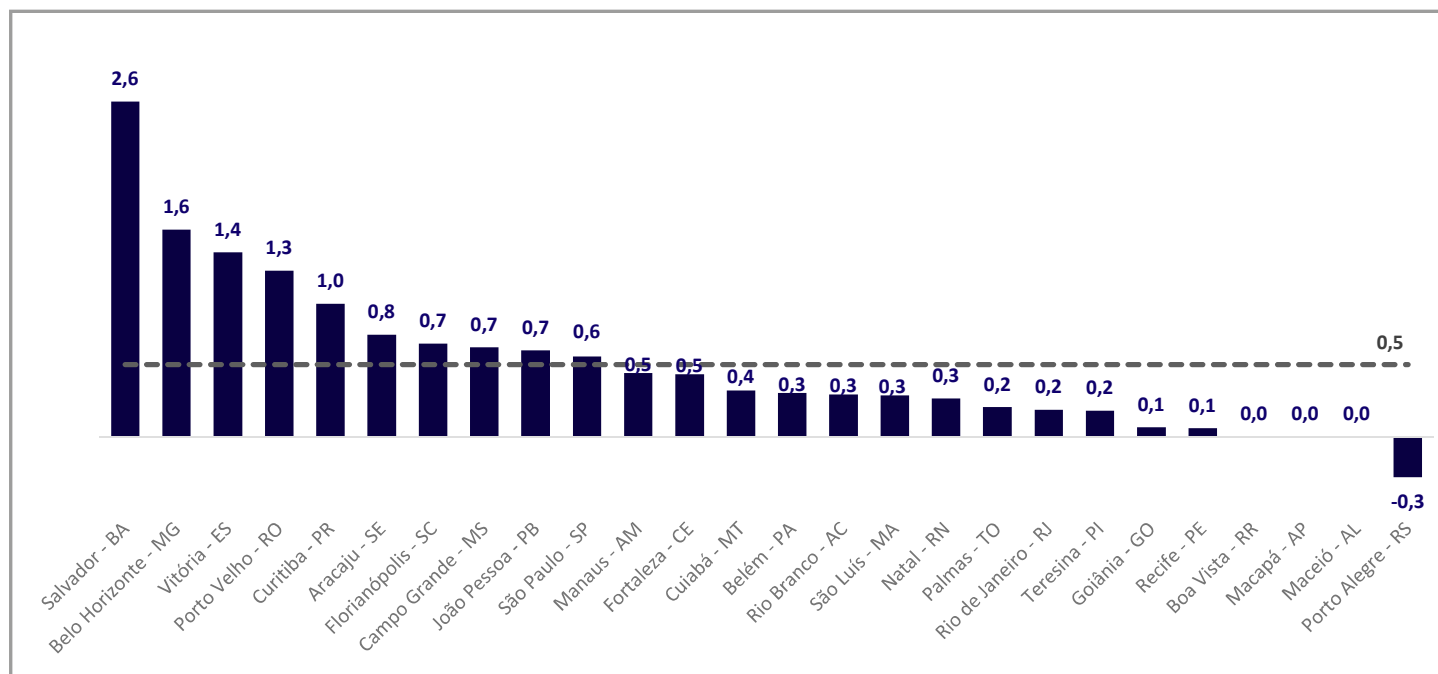


Gráfico 31

Disponibilidade de Caixa Líquida / Despesa Mensal Líquida Média — 2017

Dados em: %

Elaboração própria

Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional

CAPAG

Capacidade de Pagamento

CAPAG 2018 - Estados e Capitais

CAPAG 2018 - Municípios

Melhorando a situação fiscal

CAPAG 2018 - Estados e Capitais

De acordo com a análise da capacidade de pagamento realizada em 2018, 13 Estados possuem nota de capacidade de pagamento A ou B, a qual permite que o Ente esteja elegível a receber garantia da União para novos empréstimos. O número de Estados elegíveis, portanto, manteve-se prati-

UF	CAPAG - 2017	CAPAG - 2018
AC	B	B
AL	B	B
AM	B	B
AP	B	B
BA	C	C
CE	B	B
DF	C	C
ES	A	A
GO	C	C
MA	B	C
MG*	n.d.	n.d.
MS	C	C
MT	C	C
PA	A	B
PB	B	B
PE	C	C
PI	C	B
PR	B	B
RJ	D	D
RN	B	C
RO	B	B
RR**	B	B
RS	D	D
SC	C	C
SE	C	C
SP	B	B
TO	C	C

Tabela 14

Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados

*Minas Gerais não apresenta a informação de disponibilidade de caixa.

**Roraima está com a análise da CAPAG em revisão por atrasos no pagamento dos servidores (art. 5º da Portaria MF nº 501/2017).

Elaboração própria

Fonte: Tesouro Nacional

camente o mesmo de 2017: enquanto Maranhão e Rio Grande do Norte tornaram-se “C”, Piauí passa a ser elegível, com nota “B”.

Já para as capitais estaduais, houve melhora: enquanto em 2017, eram 13 capitais com *rating* A ou B, o número subiu para 15 em 2018.

Município	CAPAG - 2017	CAPAG - 2018
Aracaju - SE	C	B
Belém - PA	B	B
Belo Horizonte - MG	B	B
Boa Vista - RR*	A	n.d.
Campo Grande - MS	C	C
Cuiabá - MT	B	B
Curitiba - PR	C	B
Florianópolis - SC	C	C
Fortaleza - CE	A	B
Goiânia - GO	C	C
João Pessoa - PB	B	B
Macapá - AP*	n.d.	n.d.
Maceió - AL*	C	C
Manaus - AM	A	B
Natal - RN	C	C
Palmas - TO	C	A
Porto Alegre - RS	C	C
Porto Velho - RO	B	B
Recife - PE	C	C
Rio Branco - AC	A	A
Rio de Janeiro - RJ	C	C
Salvador - BA	B	B
São Luís - MA	C	C
São Paulo - SP	B	B
Teresina - PI	B	B
Vitória - ES	A	A

Tabela 15

Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Capitais

*Boa Vista/RR, Macapá/AP e Maceió/AL não apresentam a informação de disponibilidade de caixa.

Elaboração própria

Fonte: Tesouro Nacional

CAPAG 2018 - Estados e Capitais

Todos os Estados sem capacidade de pagamento possuem nota “C” no indicador de Poupança Corrente. Assim, a relação entre receitas e despesas correntes indicando pouca margem para o crescimento das despesas obrigatórias estaduais foi responsável pela perda da capacidade de pagamento. Mais, alguns Estados além de terem baixa poupança corrente, ainda possuem baixa disponibilidade de caixa, evidenciando que o volume de obrigações de curto prazo das fontes de recursos não vinculadas do Estado é superior aos recursos em caixa.

Importante destacar que os Estados do Acre, Amazonas, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo estão próximos de perder o seu *rating* “B”, pois a relação Despesa Corrente e Receitas Correntes já se encontra bem próxima da margem dos 95%. Para esses Estados, faz-se necessário esforço maior em aumentar a receita e cortar gastos, pois a nota poderá ser rebaixada para “C” já no próximo ano.

UF	Nota Final da CAPAG	Endividamento (DC) Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador	Nota	Poupança Corrente (PC) Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador	Nota	Índice de Liquidez (IL) Obrigações Financeiras/ Disponibilidade de Caixa Indicador	Nota
 AC	B	82,07%	B	94,40%	B	15,05%	A
 AL	B	126,48%	B	89,88%	A	74,82%	A
 AM	B	55,74%	A	92,89%	B	88,93%	A
 AP	B	63,92%	B	82,73%	A	26,82%	A
 BA	C	72,89%	B	96,38%	C	87,58%	A
 CE	B	69,11%	B	91,34%	B	47,84%	A
 DF	C	40,81%	A	99,35%	C	541,81%	C
 ES	A	55,30%	A	89,07%	A	11,69%	A
 GO	C	93,37%	B	95,27%	C	1820,59%	C
 MA	C	56,05%	A	95,39%	C	76,43%	A
 MG*	n.d.	199,24%	C	104,41%	C	n.d.	n.d.
 MS	C	90,25%	B	103,66%	C	151,27%	C
 MT	C	46,94%	A	96,63%	C	-561,39%	C
 PA	B	19,67%	A	90,85%	B	34,20%	A
 PB	B	47,93%	A	92,99%	B	85,88%	A
 PE	C	68,46%	B	96,61%	C	168,14%	C
 PI	B	59,71%	A	94,02%	B	34,00%	A
 PR	B	64,61%	B	94,64%	B	34,54%	A
 RJ	D	288,46%	C	108,67%	C	-450,91%	C
 RN	C	22,90%	A	97,04%	C	374,61%	A
 RO	B	69,38%	B	89,39%	A	52,06%	A
 RR**	B	65,64%	B	90,23%	B	71,80%	A
 RS	D	212,42%	C	101,55%	C	601,20%	C
 SC	C	109,87%	B	96,66%	C	47,24%	A
 SE	C	71,03%	B	98,13%	C	339,89%	C
 SP	B	202,92%	C	94,73%	B	66,88%	A
 TO	C	47,15%	A	89,51%	A	608,88%	C

Tabela 16
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados

*Minas Gerais não apresenta a informação de disponibilidade de caixa.

**Roraima está com a análise da CAPAG em revisão por atrasos no pagamento dos servidores (art. 5º da Portaria MF nº 501/2017).

Elaboração própria

Fonte: Tesouro Nacional

CAPAG 2018 - Estados e Capitais

Diferentemente dos Estados, as capitais têm a baixa liquidez como causa principal da nota “C”. Das 11 cidades sem *rating* para empréstimos com garantia, 8 possuem nota “C” no índice de liquidez. Dado que somente o último exercício é considerado no cálculo desse indicador, a nota pode ser revertida já no próximo ano, caso o ente tenha mais recursos em caixa que obrigações financeiras. Ainda assim, para o caso de Campo Grande/MS, Goiânia/GO, Maceió/AL e Rio de Janeiro/RJ, solucionar o problema de caixa não seria suficiente, pois o indicador de poupança corrente desses Municípios também indica um elevado comprometimento das suas receitas com despesas correntes.

Município	Nota Final da CAPAG	Endividamento (DC) Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador	Nota	Poupança Corrente (PC) Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador	Nota	Índice de Liquidez (IL) Obrigações Financeiras/ Disponibilidade de Caixa Indicador	Nota
Aracaju - SE	B	21,02%	A	91,99%	B	60,25%	A
Belém - PA	B	37,97%	A	90,47%	B	73,84%	A
Belo Horizonte - MG	B	43,72%	A	93,93%	B	26,63%	A
Boa Vista - RR*	n.d.	9,43%	A	80,50%	A	n.d.	n.d.
Campo Grande - MS	C	14,82%	A	98,78%	C	85,95%	A
Cuiabá - MT	B	35,37%	A	92,32%	B	49,82%	A
Curitiba - PR	B	22,71%	A	91,21%	B	22,58%	A
Florianópolis - SC	C	67,70%	B	94,76%	B	360,00%	C
Fortaleza - CE	B	20,83%	A	92,88%	B	11,67%	A
Goiânia - GO	C	24,28%	A	95,86%	C	1656,57%	C
João Pessoa - PB	B	21,29%	A	94,28%	B	67,10%	A
Macapá - AP*	n.d.	31,19%	A	90,44%	B	n.d.	n.d.
Maceió - AL*	C	12,61%	A	98,14%	C	-	C
Manaus - AM	B	37,37%	A	91,05%	B	91,56%	A
Natal - RN	C	27,05%	A	91,37%	B	1072,65%	C
Palmas - TO	A	15,47%	A	85,42%	A	49,39%	A
Porto Alegre - RS	C	33,62%	A	92,23%	B	-237,66%	C
Porto Velho - RO	B	32,25%	A	93,56%	B	16,10%	A
Recife - PE	C	24,69%	A	93,33%	B	232,39%	C
Rio Branco - AC	A	31,31%	A	86,32%	A	22,69%	A
Rio de Janeiro - RJ	C	75,58%	B	100,30%	C	235,85%	C
Salvador - BA	B	18,74%	A	91,14%	B	17,77%	A
São Luís - MA	C	27,04%	A	92,93%	B	548,20%	C
São Paulo - SP	B	93,47%	B	93,04%	B	27,29%	A
Teresina - PI	B	19,67%	A	92,96%	B	98,29%	A
Vitória - ES	A	16,63%	A	81,09%	A	12,91%	A

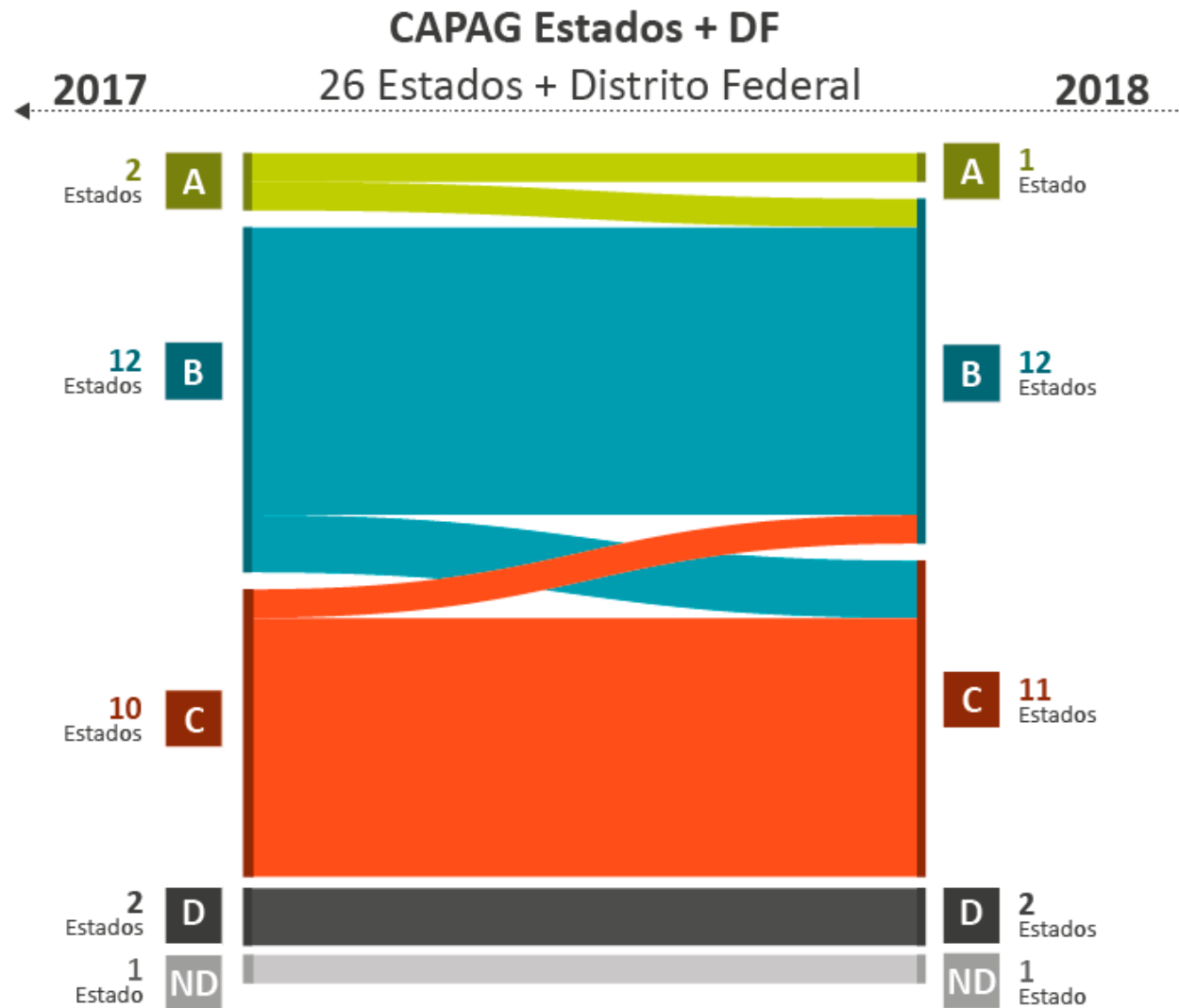
Tabela 17
Nota dos Indicadores da
CAPAG atual — Estados

* Boa Vista/RR, Macapá/AP e Maceió/AL não apresentam a informação de disponibilidade de caixa.

Elaboração própria

Fonte: Tesouro Nacional

CAPAG 2018 - Estados



Entenda a Informação

O gráfico apresenta a evolução das notas finais para a CAPAG dos Estados de 2017 para 2018.

CAPAG 2018 - Municípios

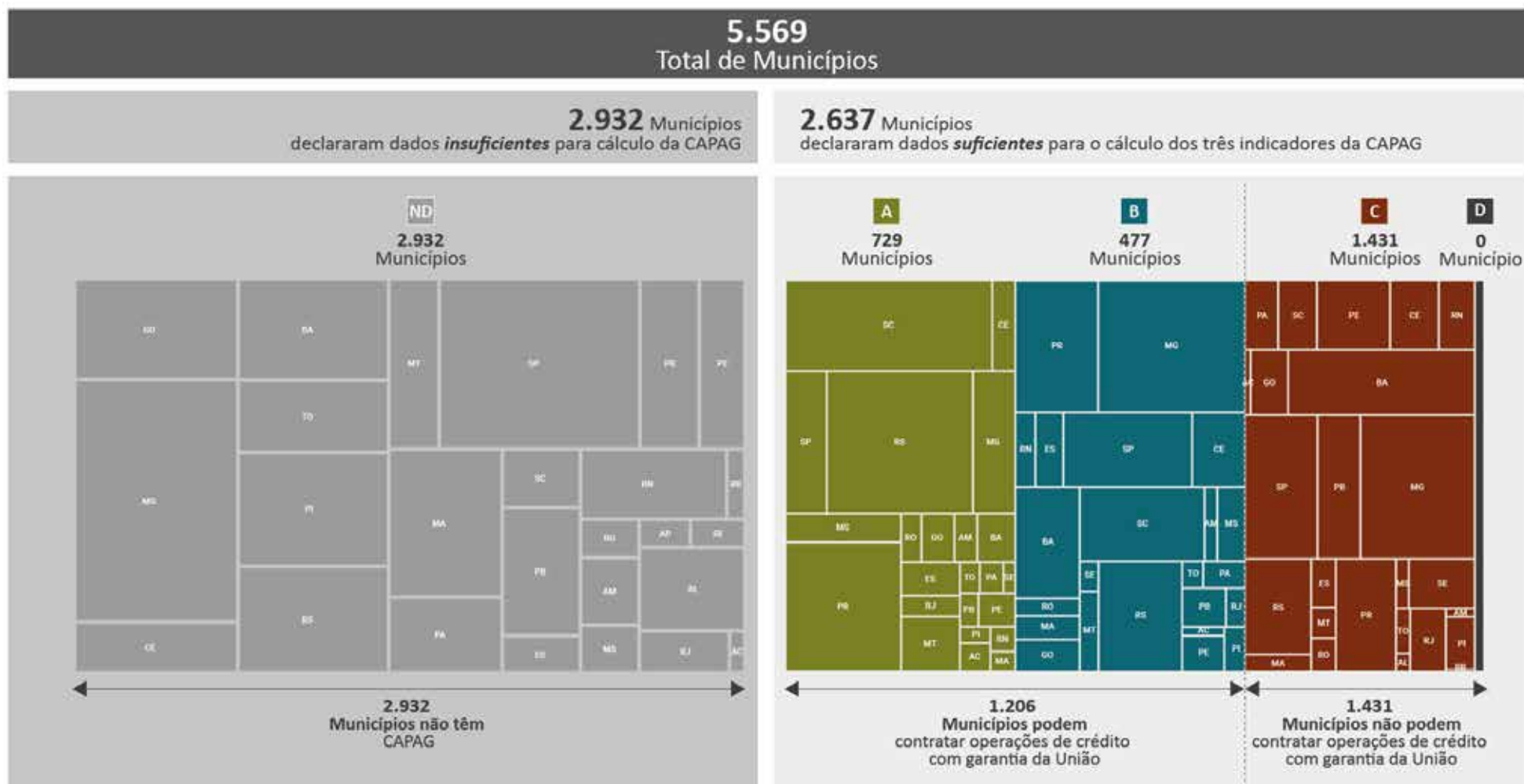
Feitas as análises acerca da capacidade de pagamento para Estados e capitais estaduais, faz-se agora levantamento da nota da CAPAG para todos os Municípios com dados no Siconfi. Além disso, buscou-se entender

quais indicadores que mais influenciam na Nota Final dos Entes e se há alguma tendência entre o tamanho populacional e a nota dos três indicadores que compõem a CAPAG.



Entenda a Informação

Cada Estado ocupa uma área diretamente proporcional à quantidade de seus municípios que receberam a respectiva nota.

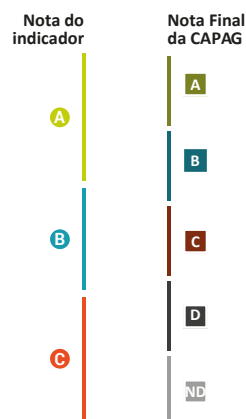


CAPAG 2018 - Municípios



Entenda a Informação

Os gráficos mostram, do lado esquerdo, a quantidade de Municípios que obtiveram uma determinada nota naquele indicador e, do lado direito, a quantidade de Municípios com a respectiva Nota Final. Por se tratarem de gráficos de fluxo, eles ilustram como a nota final foi composta.



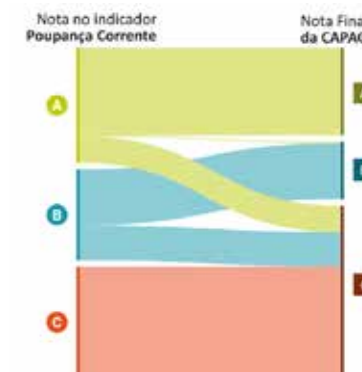
Indicador Endividamento

Devido ao baixo nível de endividamento dos Municípios, a grande maioria deles possui nota A neste indicador. O endividamento também não é determinante para a Nota Final na capacidade de pagamento: mesmo entre aqueles que obtiveram Nota Final C, a nota A no indicador é largamente predominante.

Indicador Poupança Corrente



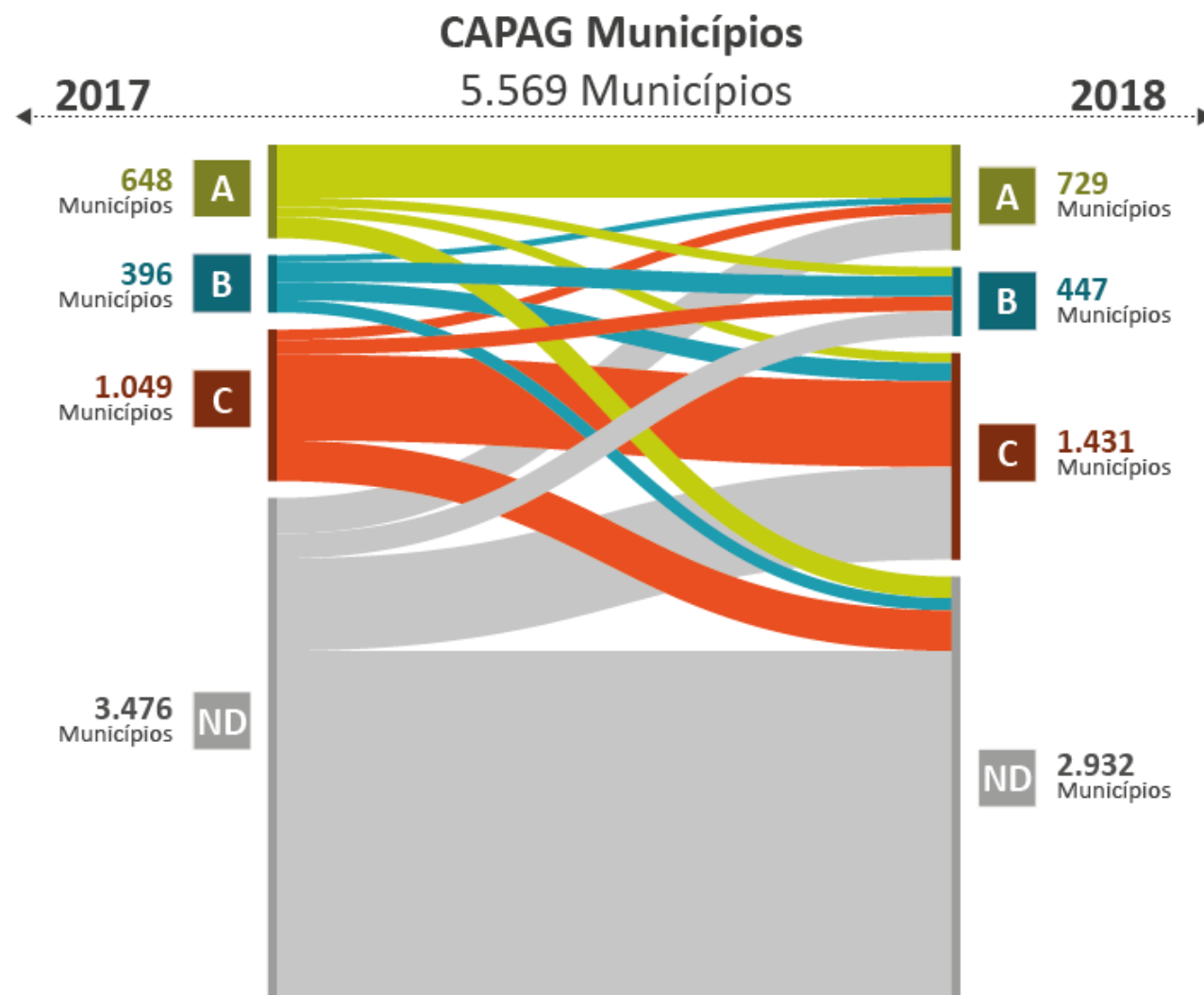
A nota para este indicador está fortemente correlacionada com a Nota Final. Além disso, dentre os Municípios classificados com pouca saúde fiscal (Nota Final C), a maior parte não possui poupança corrente suficiente para acomodar eventual crescimento dos gastos.



Indicador Liquidez

Da mesma forma que o indicador de Poupança Corrente, a maior parte dos Municípios classificados com Nota Final C não possui caixa de recursos não vinculados suficiente para suprir suas obrigações financeiras. O gráfico sugere que insuficiência de caixa é o entrave para que muitos Municípios obtenham CAPAG A ou B.

CAPAG 2018 - Municípios



Entenda a Informação

O gráfico apresenta a evolução das notas finais para a CAPAG dos Municípios de 2017 para 2018.



Análise da Informação

A quantidade de Municípios com nota A cresceu 12,5% entre os dois anos, enquanto a de Municípios com nota B aumentou 12,9%. Já a nota C ganhou 382 municípios em 2018, o que representa uma alta de 36,4% ante 2017. No entanto, a maior causa desse aumento deu-se porque 640 Municípios que não possuíam dados em 2017 apresentaram todos os números necessários e tornaram-se “C”.

CAPAG 2018 - Municípios

A

B

C

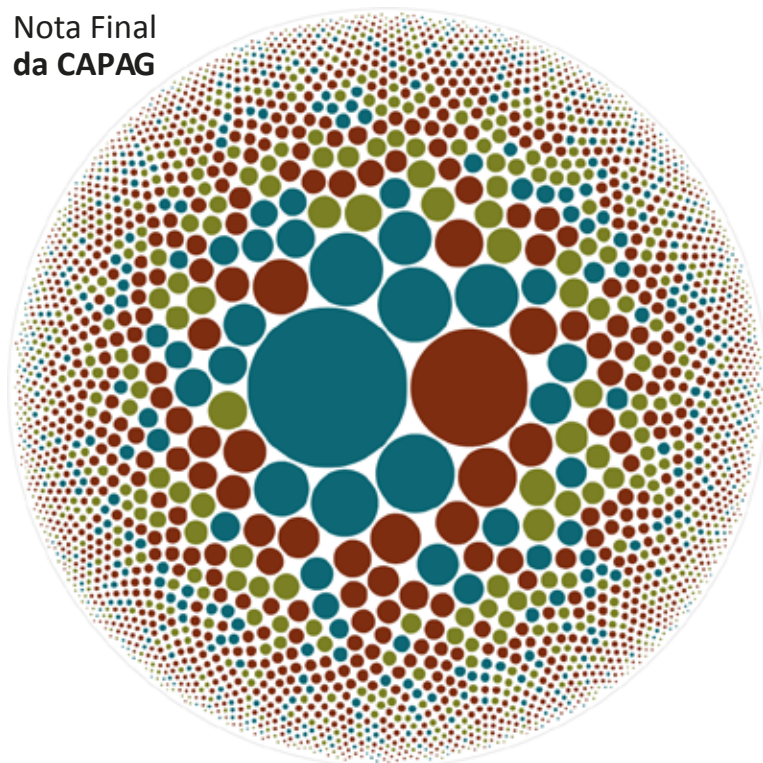
Nota
do Indicador

A

B

C

Nota Final
da CAPAG



Indicador Endividamento



A grande maioria dos Municípios brasileiros possui nota A neste indicador. Com exceção dos dois mais populosos e de alguns médios.

Indicador Poupança Corrente



As notas deste indicador estão bem distribuídas entre Municípios com diversos tamanhos de população. Contudo, percebe-se que os Municípios com nota A tendem a ter uma população média ou pequena.

Indicador Liquidez



Para este indicador, apenas as notas A e C são possíveis. A nota A predomina entre os Municípios mais populosos. Entre os Municípios de pequeno e médio porte, não há uma nota predominante.



Entenda a Informação

Nesse conjunto de imagens, cada círculo representa um dos 2.753 Municípios que possuem nota final para sua Capacidade de Pagamento. A área do círculo é proporcional ao tamanho da população do Município e a cor representa a nota final da CAPAG.

www

Para uma consulta mais detalhada acesse o
Site da Prévia Fiscal dos Municípios em:
<http://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacoes/previa-fiscal>

Melhorando a situação fiscal

A análise a seguir apresenta recomendações para os entes subnacionais ajustarem suas contas na finalidade de obter *rating* “A” ou “B”.

Endividamento	1	* Reduzir estoque de passivos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)
		Reduzir montantes de endividamento ● Suspendar novas contratações ● Pagar precatórios ● Privatizar estatais Aumentar a Receita Corrente Líquida (RCL) ● Aumentar alíquotas de impostos ● Modernizar a máquina arrecadatória ● Reduzir incentivos fiscais ● Atualizar cobrança de IPTU ● Utilizar receitas oriundas de concessões

Endividamento

Os entes com alto nível de endividamento devem necessariamente reduzir o estoque de passivos em relação a Receita Corrente Líquida.

Para a redução do montante de endividamento, pode-se citar tais recomendações:

- Suspensão de novas contratações: proporcionaria queda do endividamento, na medida em que o ente não contrata novas operações de crédito, ao mesmo tempo que paga as dívidas já contraídas.

- Pagamento de precatórios: importante componente da Dívida Consolidada, o pagamento de precatórios, de acordo com a EC 99/2017, reduziria o nível de endividamento.
- Privatizações: A receita com privatizações de empresas estatais pode ser utilizada para amortização de parcela da dívida consolidada.

Já para o aumento da RCL, tem-se tais medidas:

- Aumento das alíquotas de impostos: importante recurso para o aumento da arrecadação tributária
- Modernização da máquina arrecadatória: investimentos em máquinas e qualificação de profissionais para combater a sonegação fiscal.
- Redução de incentivos fiscais: com a reversão de alguns incentivos, os entes contariam com receitas extra para fazer frente aos gastos.
- Atualização da cobrança de IPTU: muitos municípios contam com planta de cobrança de IPTU defasada. Com a atualização da planta, haveria incremento da participação desse imposto nas receitas, reduzindo a dependência por recursos transferidos pela União.
- Concessões: Estados e Municípios podem utilizar das receitas oriundas de concessões como alternativa para melhorar o indicador de poupança corrente.

Melhorando a situação fiscal

2
Poupança Corrente

*** Evitar descompasso entre receitas e despesas**

Evitar ou cortar

- Despesas de Pessoal
- Outras despesas correntes

Para aumentar a Receita Corrente Ajustada

- Modernizar a máquina arrecadatória
- Reduzir investimentos fiscais
- Atualizar cobrança de IPTU
- Utilizar receitas oriundas de concessões

Poupança Corrente

Conforme foi visto, muitos Estados e Municípios possuem descompasso entre as receitas e despesas correntes. Dessa forma, visando a melhora desse indicador, os Entes necessariamente devem impedir que as despesas correntes cresçam em ritmo superior ao nível das receitas correntes ajustadas.

Para a redução das despesas correntes, tem-se as seguintes medidas:

- Despesas de Pessoal: principal componente das despesas correntes, os gastos com o funcionalismo público são os maiores entraves para a melhora do indicador. Dessa forma, sugere-se evitar novas contratações e aumentos salariais, além de rever o número de funcionários terceirizados.
- Outras Despesas Correntes: Para deter o crescimento de ODC, recomenda-se adotar medidas que enxuguem a máquina pública, tais como privatizações de empresas estatais ou concessões de rodovias.

Para aumentar a Receita Corrente Ajustada, as medidas recomendadas são as mesmas do indicador da RCL.

Melhorando a situação fiscal

3	* Evitar descompasso entre receitas e despesas
	Incrementar disponibilidade de caixa sem vinculação ● Desvincular receitas ● Melhorar gestão de caixa
	Reduzir obrigações financeiras sem vinculação ● Evitar acúmulo do Restos a Pagar (RAP)

Índice de Liquidez

O índice verifica se o ente tem caixa que permita honrar suas obrigações financeiras de curto prazo. Dessa forma, para melhorar a nota do indicador, o Ente deve possuir mais recursos financeiros não vinculados que obrigações financeiras.

Para incremento da disponibilidade de caixa sem vinculação, recomenda-se:

- Desvinculação de receitas: a medida aumentaria o montante de recursos sem vinculação, melhorando a nota do indicador.
- Melhor gestão do caixa: Verificar sempre se há caixa para fazer frente a possíveis gastos. Além disso, identificar quais são os recursos de fato livres de vinculação, pois de nada adiantaria ter recursos vinculados financiando obrigações financeiras não vinculadas.

Por fim, para redução das obrigações financeiras sem vinculação, recomenda-se:

- Restos a pagar: evitar o acúmulo de restos a pagar. Ou seja, observar o estoque de restos a pagar sempre que contrair novas despesas.■

Análise Crítica

Apresentação

ICMS

Previdência

Apresentação

A primeira parte desse Relatório apresenta o desempenho das finanças estaduais ao longo dos últimos exercícios. Ou seja, quais são os elementos que melhor explicam as trajetórias da arrecadação tributária e gastos com despesas de pessoal, por exemplo.

Dessa forma, esta seção apresenta uma análise mais qualitativa, ao tentar identificar os principais entraves para a superação do quadro fiscal. Diferentemente da seção Panorama Fiscal, a informação utilizada nessa seção veio de formulários enviados as 27 unidades federativas. Foram feitos questionamentos no que diz respeito aos principais produtos de ICMS, características dos regimes de previdências estaduais, efetivo de professores e militares na folha estadual, etc.

Faz-se aqui a ressalva de que nem todos os Estados responderam a tempo o questionário. Sendo assim, em todas as análises, apresenta-se quais Estados foram englobados. Dessa forma, deixa-se aqui registrado o agradecimento aos gestores estaduais que colaboraram com esse estudo.

O Tesouro Nacional solicitou aos Estados que enviassem informações sobre os principais produtos ou serviços em termos de participação na arrecadação de ICMS, e quais seriam suas alíquotas aplicadas. Ao todo, os 16 estados e o Distrito Federal responderam o questionamento, a saber: Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Entre os entes, o item mais citado entre os produtos/serviços mais importantes para a arrecadação do estado em ICMS é a distribuição de energia elétrica, com 17 citações. Entretanto, os combustíveis de modo geral, representados por gasolina, diesel, querosene de aviação e outros, são os principais responsáveis pela arrecadação de ICMS na maioria dos Entes, 14 deles dizem que a circulação de combustível é a principal base de arrecadação do ICMS. Os demais itens citados com frequência foram “comunicações”, “alimentos e bebidas” e “veículos”.

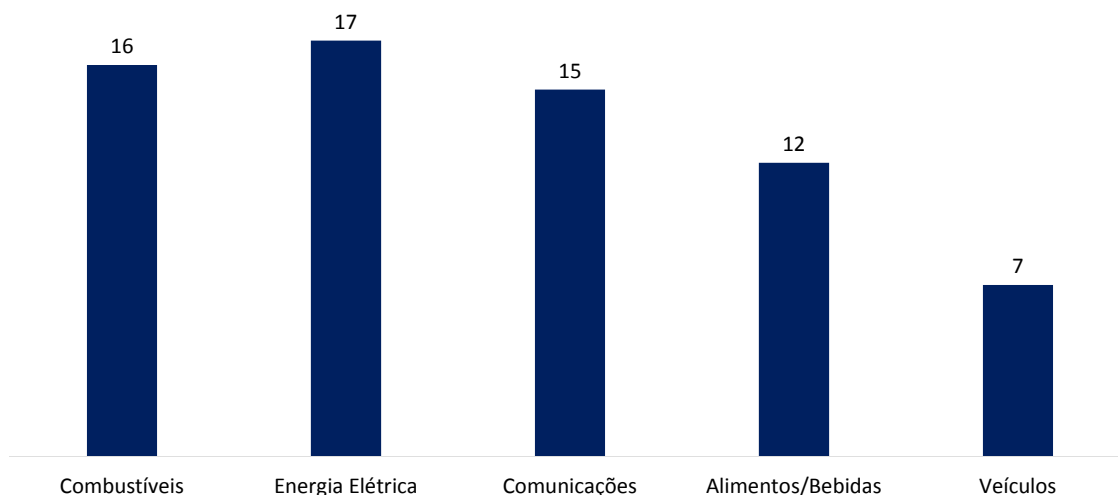


Gráfico 31
Produtos mais importantes do ICMS - nº de citações dos formulários

Dados em unidades

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

No intuito de quantificar o peso desses itens na arrecadação total de ICMS, apresenta-se a seguir gráficos ilustrando a participação dos itens combustíveis, energia elétrica e comunicações na receita de ICMS, por Estado.

O ICMS combustível representa mais de 30% da arrecadação para os Estados do AP, TO, MS e PI. Já para os Estados do Sul e Sudeste, as receitas desse item não chega aos 20%, a exceção de Minas Gerais, com a relação de 21,9%.

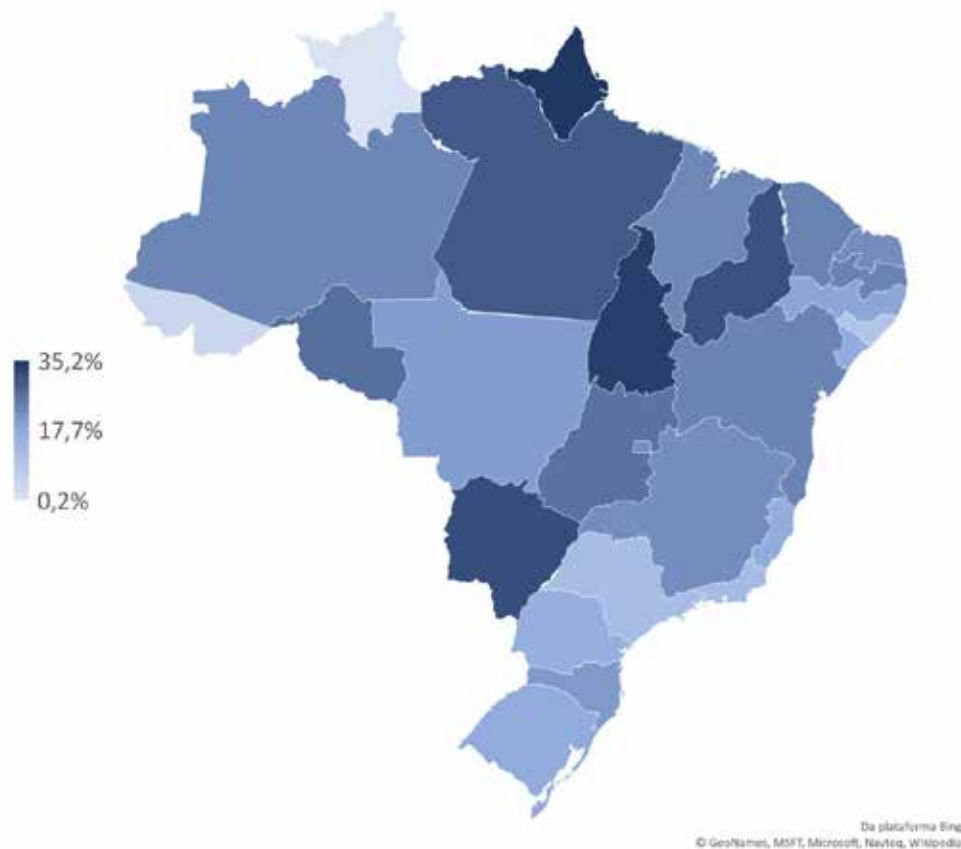


Gráfico 32
Participação do ICMS combustível na arrecadação de ICMS

Dados em %
Elaboração própria
Fonte: CONFAZ

ICMS

Já para energia elétrica, o Rio de Janeiro é o Estado com maior participação desse produto na receita total de ICMS, com a relação em 15,5%. Paraná e Minas Gerais vêm logo atrás com 13,7% e 13,6%, respectivamente.

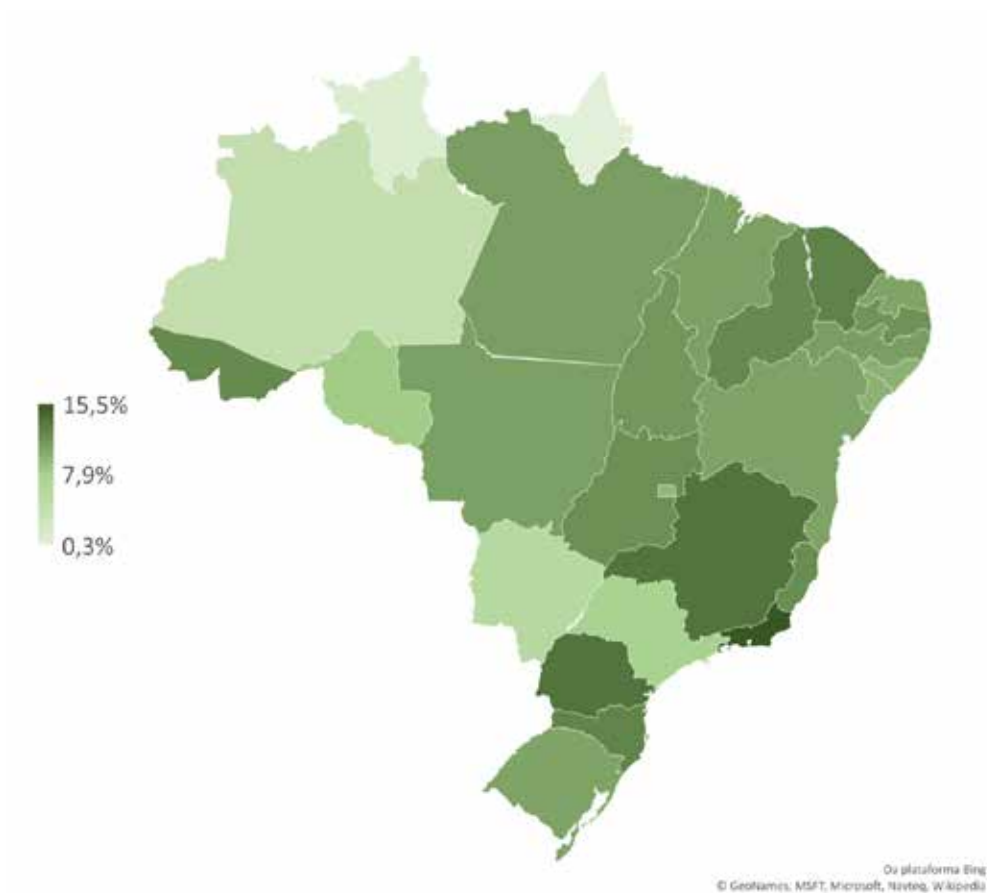


Gráfico 33
Participação do ICMS energia elétrica na arrecadação de ICMS

Dados em %
Elaboração própria
Fonte: CONFAZ

ICMS

Por fim, no que diz respeito às comunicações, tem-se o Distrito Federal como o Ente mais dependente dessa arrecadação: a relação ICMS energia elétrica / ICMS Total chega a 15%. Outro destaque seria o Rio de Janeiro, com seus 12,6%. Os demais casos não chegam a 10%.

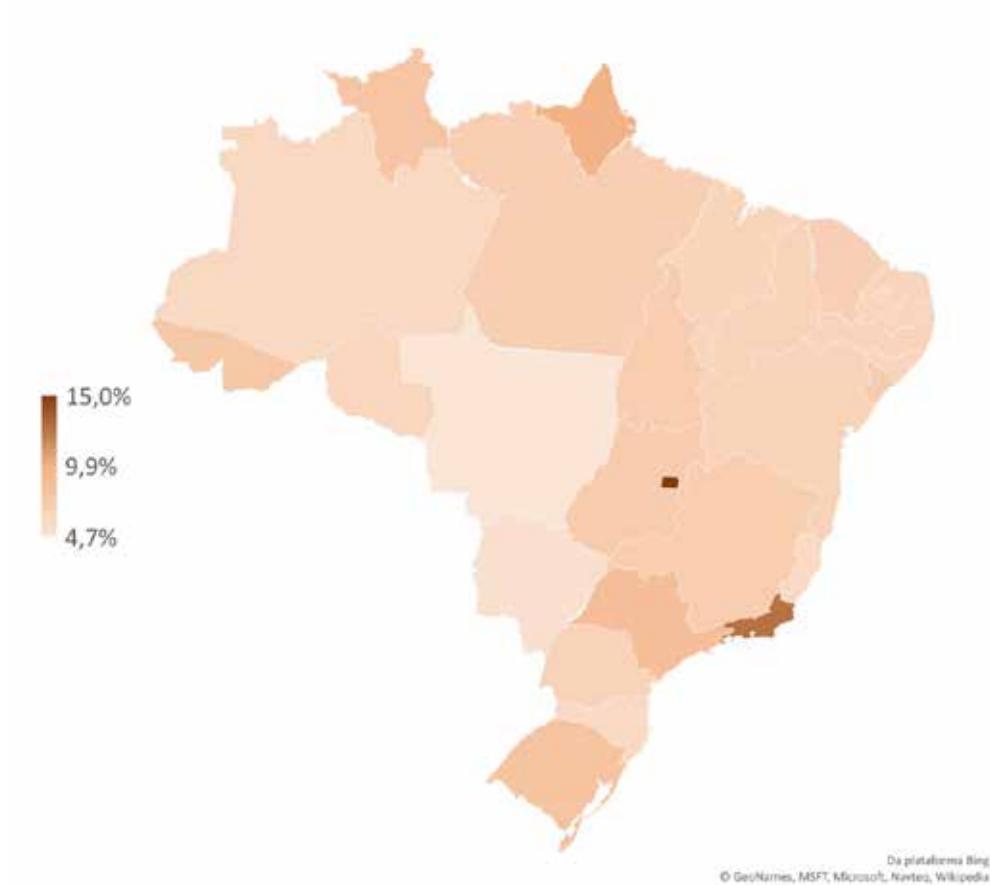


Gráfico 34
Participação do ICMS comunicações na arrecadação de ICMS

Dados em %
Elaboração própria
Fonte: CONFAZ

ICMS

Quando analisados os três produtos juntos, tem-se o Tocantins e o Piauí como entes que mais dependem desses itens para a arrecadação de ICMS, com 52,6% e 50,0%. Além disso, à exceção de São Paulo, Alagoas, Acre e Roraima, os três produtos somados representam mais de 1/3 da receita de ICMS, para quase todos os Estados.

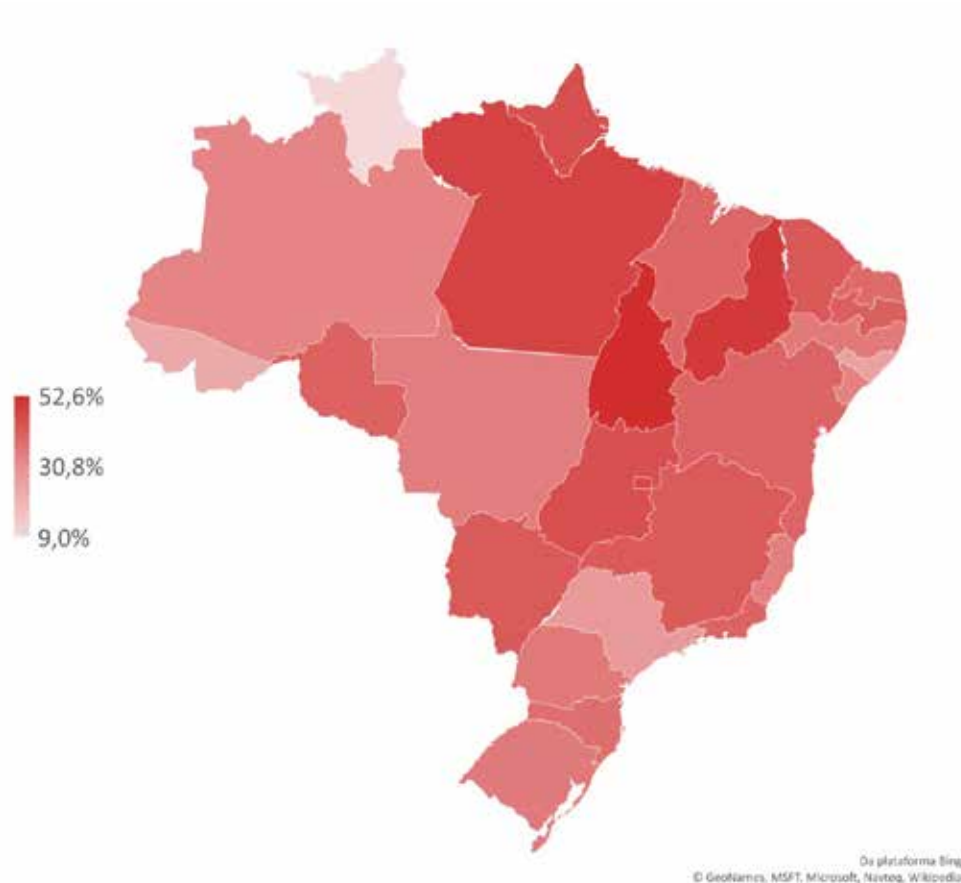


Gráfico 35
Participação do ICMS combustível, energia elétrica e comunicações na arrecadação de ICMS

Dados em %
Elaboração própria
Fonte: CONFAZ

Em regras, a base de cálculo do ICMS é o valor da operação de circulação da mercadoria ou da prestação do serviço. Trata-se, portanto, de um tributo indireto, permitindo que o valor do encargo seja repassado ao consumidor já incluído no preço final do produto ou serviço. E em termos econômicos/fiscais, sua arrecadação representa valor próximo a 7% do Produto Interno Bruto há pelo menos 15 anos.

Conforme prevê o artigo 155, inciso II da Constituição Federal, o ICMS conta com características marcantes, quais sejam:

- a) não cumulatividade (não incidência em “cascata”);
- b) isenção ou não incidência nas operações posteriores e anteriores;
- c) incidência seletiva (em função da essencialidade);
- d) incidência sobre operações de entrada de bem/mercadoria importados do exterior e o serviço iniciado no exterior, bem como sobre serviços não compreendidos na competência municipal prestados como o fornecimento de mercadorias; e
- e) não incidência sobre operações de exportação no exterior de serviços prestados a destinatários no exterior, interestaduais com petróleo e derivados, bem como energia elétrica, ouro, quando não definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial e, finalmente sobre serviços de comunicação livres e gratuitos.

A Constituição Federal delega aos Estados a competência de regular esse imposto, e assim estabelecem alíquotas diferenciadas, de acordo com a mercadoria e serviço a ser tributada – observadas normas gerais estabelecidas por lei complementar federal. Dessa maneira, os entes federados são compelidos a observar critérios seletivos no estabelecimento das alíquotas do ICMS, tributando bens considerados essenciais à promoção da dignidade da pessoa humana com alíquotas menores, a fim de torná-los mais acessíveis, e bens supérfluos com alíquotas maiores, em função de seu caráter dispensável.

Por outro lado, compete ao Senado Federal regular alíquotas mínimas e máximas nas transações interestaduais, quais sejam, de 7% e 12% (Resolução 22), cobrados no estado de origem do produto e o diferencial de alíquota no Estado de destino da mercadoria.

Cabe salientar que, dois dos principais itens de arrecadação do ICMS, os derivados de petróleo e a energia elétrica é cobrado inteiramente no destino do consumo dessas mercadorias. Com relação às telecomunicações, no caso de ligações de longa distância, o imposto é cobrado no Estado de origem, quando é possível mensurar o custo da ligação e dividido igualmente entre eles, quando não possível.

Apesar de alguns Estados não terem sido precisos na qualificação das alíquotas, já que mesmo dentro de cada produto/serviços havia discriminação de alíquota por quantidade de produto, como é o caso da energia elétrica, ou subtipo de produto, como é o caso de derivados de petróleo e alimentos e bebidas, é possível perceber que existe uma certa homogeneidade entre os Estados e Distrito Federal.

Como exemplo, a alíquota modal dos produtos em circulação nos estados fica entre 17 e 18%. No caso do serviço de comunicação, a alíquota varia de 25 a 30%. No caso de combustíveis, observa-se que o óleo diesel possui alíquota de 12% em diversos Estados e a gasolina varia de 25 a 31% entre eles. Já com relação à aplicação de alíquota em energia elétrica, o percentual do imposto varia bastante dentro dos estados e entre os consumidores, obedecendo o princípio da essencialidade do produto, sendo que famílias rurais são cobrados em alíquotas menores, por serem em geral de menor renda, e atividades comerciais e industriais são cobrados alíquotas maiores, por terem facilidade em repassar parte do custo.

Segregação de Massas

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm apresentado desafios de gestão para esses Entes Subnacionais. No sentido de buscar o equilíbrio financeiro e atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 apresenta os parâmetros técnicos e fixa as normas para as avaliações e reavaliações atuariais que busquem dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de custeio para que esses Regimes se tornem equilibrados.

Os regimes próprios de previdência estaduais estão estabelecidos sob a regra de benefício definido, exceto aqueles com regime de previdência complementar.

Originalmente, os fundos de previdência estaduais estavam (e alguns ainda estão) organizados em regime de repartição simples. Inclusive, muitos fundos herdaram obrigações relativas a servidores em exercício ou aposentados quando da sua criação. Sendo assim, caso os recursos advindos das contribuições previdenciárias (e outras receitas próprias) não fosse suficiente para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas, o tesouro estadual teria de aportar recursos do contribuinte para cobrir este déficit.

Ocorre que grande parte dos RPPS estabelecidos em regime de repartição simples já surgiram com a previsão futura de sucessivos déficits financeiros, visto que os recursos vinculados ao pagamento destas não seriam suficientes para tal. Como tentativa de sanar este problema de solvência dos regimes em vigor, diversos Estados optaram por promover a dita segregação de massas, isto é, a partir de uma data de corte os novos servidores do Estado passariam a contribuir para um fundo de previdência (dito Plano Previdenciário), que capitalizaria tais recursos para prover a futura

aposentadoria destes novos servidores. Os antigos servidores permanecem no regime simples de previdência (dito Plano Financeiro), que persistiria deficitário, porém seria extinguido no longo prazo. Assim, ao final restaria somente o regime capitalizado.

Alguns Estados que implementaram a segregação de massas, porém, não sendo capazes de suportar os sucessivos déficits do fundo em regime de repartição simples, extinguiram o fundo novo (Previdenciário) a fim de, no processo de unificação dos fundos, utilizar dos seus recursos capitalizados para o pagamento das despesas previdenciárias do então Plano Financeiro.

Outra tentativa de sanar o problema de insolvência financeira se deu por meio da instituição do regime complementar de previdência por vários Estados. Quando instituído, os novos servidores (e aqueles antigos que optarem por aderir a tal regime) contribuem com seu respectivo RPPS, seja o Plano Financeiro ou o Plano Previdenciário, somente a fração do seu vencimento limitada ao teto do benefício do RGPS. A contribuição sobre a fração do vencimento maior que este limite – dito salário de participação – é direcionada a um fundo complementar de previdência fechado que converterá tais recursos em cotas a serem investidas em conta nominal do participante para fins de sua aposentadoria. Os servidores que aposentarem sobre tal regime receberão os benefícios previdenciários instituídos legalmente do seu regime próprio de previdência até o limite do RGPS e, de forma complementar, renda oriunda do produto capitalização da sua contribuição ao fundo complementar. Com a implementação deste regime, o problema da insuficiência financeira dos regimes próprios de previdência, no longo prazo, seria mitigado dado que a aposentadoria destes servidores estariam limitadas ao teto do RGPS.

Previdência

Conforme informações encaminhadas pelos Estados, observa-se quatro grupos distintos:

- AC, MS, MT, PE e SE: adotam o Regime Financeiro de Repartição Simples, no qual as contribuições pagas pelo Ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos. No caso de insuficiência financeira, o Ente deve aportar recursos com o objetivo de cobri-las.
- GO, MG, SC e SP: também adotam o Regime Financeiro de Repartição Simples. No entanto, criaram com o regime complementar de previdência para limitar os benefícios ao teto do RGPS a partir dos servidores ingressos após determinada data de corte.
- AM, AP, MA, PB e PR: adotam o Regime Financeiro de Capitalização. Nesse regime, as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo Ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, seriam suficientes para a formação dos recursos garantidores à cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.
- BA, CE, DF, ES, PA, RJ, RO e RS: também adotam o Regime Financeiro de Capitalização. Ademais, criaram com o regime complementar de previdência.

Cabe destacar que DF, MG, MS, PR, SC e SE já tiveram a segregação de massas e posteriormente alteraram as regras do fundo capitalizado (Plano Previdenciário), o que permitiu a redução temporária dos aportes de recursos do Tesouro estadual para a cobertura as insuficiências financeiras do RPPS.

UF	Segregação de massas	Extinção da segregação de massas	Previdência Complementar
 AC	Não		Não
 AM	Sim		Não
 AP	Sim		Não
 BA	Sim	Não	Sim
 CE	Sim		Sim
 DF	Sim		Sim
 ES	Sim	Não	Sim
 GO	Não		Sim
 MA	Sim	Não	Não
 MG	Sim	Sim	Sim
 MS	Não		Não
 MT	Não		Não
 PA	Sim	Não	Sim
 PB	Sim		Não
 PE	Não		Não
 PR	Sim		Não
 RJ	Sim		Sim
 RO	Sim		Sim
 RS	Sim	Não	Sim
 SC	Sim	Sim	Sim
 SE	Sim	Sim	Não
 SP	Não		Sim

Tabela 18
Segregação de massas do RPPS estadual

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

Previdência

Alíquota Previdenciária

Os dados apresentados revelam alíquotas de contribuições dos segurados variando de 11% a 14,25%, enquanto as alíquotas de contribuições patronais variam de 12% a 28,5%.

Em alguns casos, há diferenciação nas alíquotas de contribuição entre os fundos previdenciário, financeiro e complementar.

Há também alguns casos de diferenciação de alíquotas entre servidores cuja remuneração superem o teto do RGPS e os casos em que as alíquotas variam de acordo com o poder/órgão patrocinador.

De modo geral, diversos entes federados vêm aumentando as alíquotas de contribuição previdenciária como tentativa de sanar o problema do crescente déficit financeiro dos regimes de previdência.

Contudo, tais medidas têm efeitos limitados no curto prazo. Isso porque, do ponto de vista fiscal, parte dos recursos financeiros que antes eram utilizados para financiar o déficit do fundo financeiro, passa a ser gasto com o aumento da contribuição patronal. Dessa forma, somente os recursos advindos do aumento da alíquota incidente sobre a contribuição dos servidores terão impacto financeiro efetivo sobre a redução do déficit previdenciário. Ainda assim, somente os aposentados e pensionistas com proventos maiores ao teto do RGPS - minoria dos inativos dos Estados - contribuem para o RPPS.

UF	Alíquota segurados - 05/2018	Alíquota patronal - 05/2018
 AC	14%	14%
 AM	11%	22%
 AP	11%	12%
 BA	12%	24%
 CE	13%	26%
 DF	11%	22%
 ES	11%	22%
 GO	14,25%	28,50%
 MA	11%	15%
 MG	11%	22%
 MS	11%	24%
 MT	11%	22%
 PA	11%	18%
 PB	11%	22%
 PE	13,50%	27%
 PR	11%	16,50%
 RJ	14%	28%
 RO	12,50%	13,50%
 RS	14%	28%
 SC	14%	28%
 SE	13%	26%
 SP	11%	22%

Tabela 19
Alíquota Previdenciária - 05/2018

Dados em %

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

Previdência

Quantidade de Inativos

Os Estados e o DF apresentaram informações relativas ao número de inativos e pensionistas do Poder Executivo em dezembro de 2012 e em dezembro de 2017.

Observa-se que, à exceção de SC, todos os demais Entes federados apresentaram um crescimento no número de servidores inativos no período.

A média da variação de inativos no período é de 25%, porém 7 Entes federativos tiveram um aumento no número de inativos maior que 30%, caracterizando situação alarmante tanto quanto à reposição de servidores quanto em questão previdenciária.

Tabela 20
Quantitativo de aposentados e pensionistas

Dados em unidades

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

UF	nº de vínculos inativos - Executivo - dez/2012	nº de vínculos inativos - Executivo - dez/2017	nº de vínculos pensionistas - Executivo - dez/2012	nº de vínculos Pensionistas - Executivo - dez/2017	Variação Inativos	Variação Pensionistas
AC	5.771	10.154	2.411	2.220	76%	-8%
AM	19.959	26.298	6.114	7.184	32%	18%
AP	643	711	239	1057	11%	342%
BA	31.823	43.459	11.328	12.007	37%	6%
CE	38.496	47.630	15.921	17.029	24%	7%
DF	36.414	48.375	10.160	11.521	33%	13%
ES	24.859	33.977	5.278	6.554	37%	24%
GO	36.838	53.345	7.138	9.253	45%	30%
MA	-	28.936	-	7.760		
MG	207.251	267.144	47.759	48.134	29%	1%
MS	17.932	24.133	3.890	4.653	35%	20%
PA	31.211	34.493	7.253	9.671	11%	33%
PB	31.089	38.908	10.472	11.721	25%	12%
PE	57.886	68.575	20.292	21.191	18%	4%
PR	75.525	87.587	23.930	24.982	16%	4%
RJ	143.208	158.128	96.505	84.396	10%	-13%
RO	4.335	5.371	817	1.992	24%	144%
RS	135.435	154.890	47.661	45.043	14%	-5%
SC	45.981	44.210	10.829	9.226	-4%	-15%
SE	10.635	11.240	2.898	3.610	6%	25%
SP	260.451	322.238	127.166	124.355	24%	-2%

Previdência

Os Entes também apresentaram informações relativas ao número de inativos de professores e militares em dezembro de 2012 e dezembro de 2017. Tais categorias usufruem das chamadas “aposentadorias especiais”, pois os profissionais aposentam-se mais cedo que as demais carreiras do Executivo.

Para efeito da análise, é importante fazer a ressalva de que o Amapá possui quadro de servidores demasiadamente diferente dos demais Estados. Isso porque o Ente permaneceu como território da União até 1988. Assim, enquanto a variação dos inativos do poder Executivo deste Estado foi de 11% entre 2012 e 2017, no caso dos professores e dos militares tais variações para o mesmo período foram de 239% e 167% respectivamente, evidenciando a tendência dos servidores de tais carreiras a aposentarem mais cedo. Dessa forma, exclui-se o Amapá da análise a seguir.

A média da variação dos professores aposentados no período para os diferentes Esta-

dos e o DF é de 29%. Da mesma forma, a média da variação dos militares aposentados no período para Estados é de 33%.

Ambos os percentuais são significativamente maiores do que o percentual médio de 25% de aposentadorias no Poder Executivo no período para os diversos Estados e o DF.

Por se tratarem de carreiras em que o serviço público está ligado à atuação direta dos servidores, em tais carreiras se percebe a necessidade de constante reposição de pessoal. Assim, considerando as regras especiais de aposentadoria destas carreiras as reposições de servidores tornam-se mais frequentes e onerosas.

UF	Inativos - Professores - dez/2012	Inativos - Militares - dez/2012	Inativos - Professores - dez/2017	Inativos - Militares - dez/2017	Variação Professores	Variação Militares
AC	2.134	772	4.190	1.334	96%	73%
AM	-	2.351	26.298	3.213	-	37%
AP	116	21	393	56	239%	167%
BA	-	12.506	44.067	14.881	-	19%
CE	16.025	4.914	18.845	5.182	18%	5%
DF*	13.573	-	17.674	-	30%	-
ES	15.663	3.760	18.067	4.955	15%	32%
GO	20.743	4.919	29.763	6.914	43%	41%
MG	140.604	22.570	186.088	32.724	32%	45%
MS	7.820	2.490	9.816	3.746	26%	50%
PA	14.340	5.207	15.550	6.293	8%	21%
PB	11.487	3.435	14.336	4.655	25%	36%
PE	25.860	10.416	32.563	13.053	26%	25%
PR	39.515	10.378	44.200	12.899	12%	24%
RS	86.062	19.933	106.105	24.814	23%	24%
SC	25.403	9.457	29.286	9.961	15%	5%
SE	7.660	1.634	10.603	2.647	38%	62%
SP	156.604	47.850	186.906	60.317	19%	26%

Tabela 21
Quantitativo de aposentados e pensionistas - aposentadorias especiais

Dados em unidades

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

* O DF não possui esse controle de dados, vez que são pagos pelo SIAPE - área Federal, em razão do Fundo Constitucional.

Previdência

A tabela 22 apresenta o peso das aposentadorias especiais em 2017 no total das aposentadorias do Poder Executivo. Tem-se, portanto, o tamanho de tais carreiras no quadro de pessoal inativo dos poderes executivos.

Desconsiderando-se os dados de AM, BA, MA e SE (cujas informações apresentam indícios de inconsistências), percebe-se que, em média, os professores compõem cerca de 50% dos inativos do Poder Executivo, enquanto os militares compõem cerca de 15%.

Destaca-se os casos de MG, RS e SC, em que mais de 80% dos inativos correspondem às carreiras de pensões especiais dos professores e militares. ■

UF	Inativos - Executivo - dez/2017	Inativos - Professores - dez/2017	Inativos - Militares - dez/2017	Inativos professores/ Inativos total	Inativos Militares/Inativos total
 AC	10.154	4.190	1.334	41%	13%
 AM	26.298	26.298	3.213	100%	12%
 AP	711	393	56	55%	8%
 BA	43.459	44.067	14.881	101%	34%
 CE	47.630	18.845	5.182	40%	11%
 DF*	48.375	17.674	-	37%	-
 ES	33.977	18.067	4.955	53%	15%
 GO	53.345	29.763	6.914	56%	13%
 MA	28.936	-	3.717	-	13%
 MG	267.144	186.088	32.724	70%	12%
 MS	24.133	9.816	3.746	41%	16%
 PA	34.493	15.550	6.293	45%	18%
 PB	38.908	14.336	4.655	37%	12%
 PE	68.575	32.563	13.053	47%	19%
 PR	87.587	44.200	12.899	50%	15%
 RJ	158.128	68.047	31.907	43%	20%
 RS	154.890	106.105	24.814	69%	16%
 SC	44.210	29.286	9.961	66%	23%
 SE	11.240	10.603	2.647	94%	24%
 SP	322.238	186.906	60.317	58%	19%

Tabela 22
A participação das aposentadorias especiais no Poder Executivo - 2017

Dados em unidades

Elaboração própria

Fonte: Consulta aos Estados

* O DF não possui esse controle de dados, vez que são pagos pelo SIAPE - área Federal, em razão do Fundo Constitucional.

Informações Fiscais

Estados

Distrito Federal



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

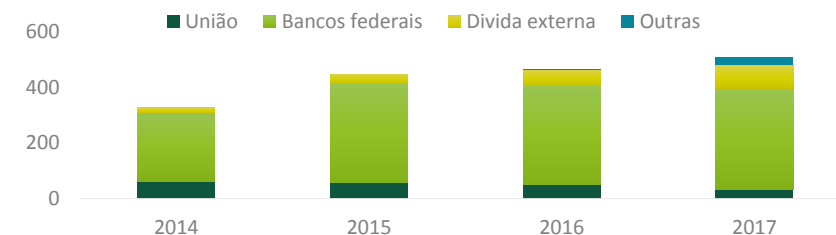
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	491	484	484	434
Bancos federais	1.998	1.933	1.777	1.577
Dívida externa	1.042	1.611	1.392	1.497
Outras	-	6	6	162
Dívida Financeira	3.532	4.035	3.659	3.671

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,74	0,97	0,73	0,72

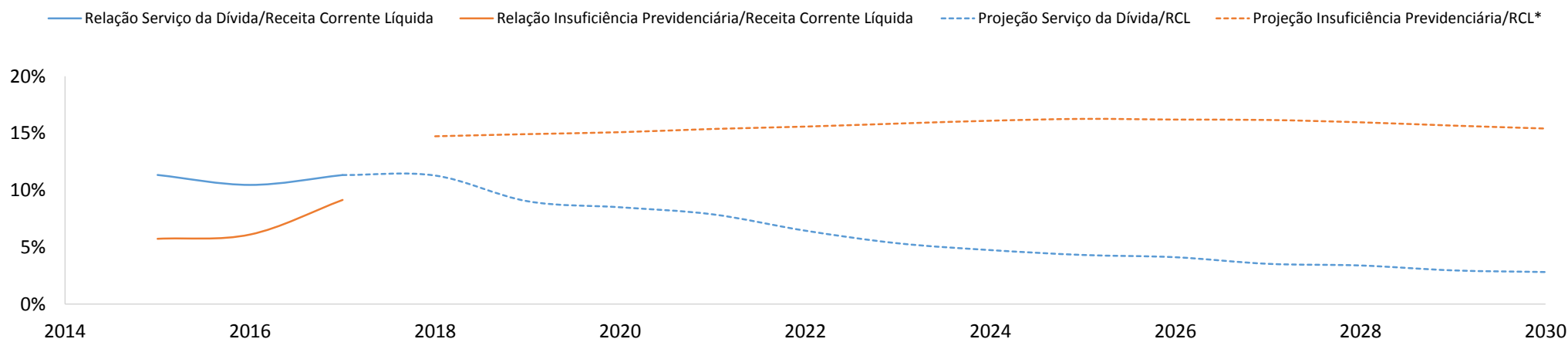
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	63	58	52	32
Bancos federais	246	358	355	366
Dívida externa	20	32	56	83
Outras	-	-	1	26
Soma	329	448	465	507

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



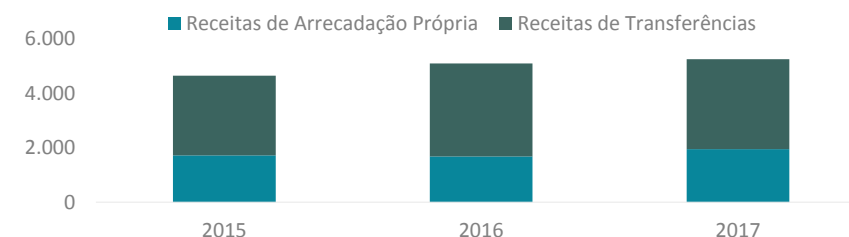
* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV.
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



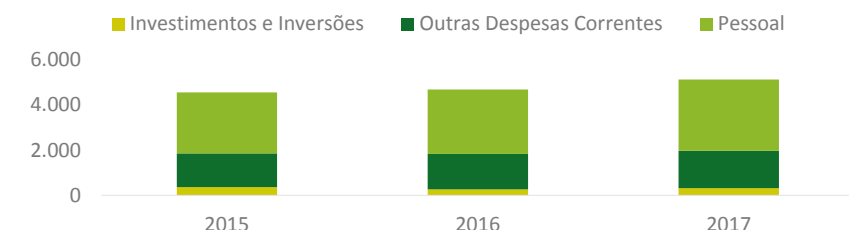
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	4.413	4.927	5.024	2,0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.098	1.149	1.286	11,9%
ICMS	818	845	939	11,2%
Transferências Correntes	2.908	3.362	3.243	-3,5%
Cota Parte do FPE	2.090	2.433	2.293	-5,8%
Demais Receitas Correntes	322	344	434	26,3%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	85	72	61	-15,8%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	4.328	4.854	4.963	2,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	228	164	221	35,1%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	213	116	167	44,5%
Transferências de Capital	15	48	54	12,3%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	15	48	54	12,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	4.343	4.902	5.016	2,3%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	4.191	4.421	4.812	8,8%
Pessoal e Encargos Sociais	2.701	2.848	3.150	10,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	187	180	170	-5,5%
Outras Despesas Correntes	1.303	1.392	1.491	7,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	4.004	4.240	4.641	9,5%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	624	544	625	14,8%
Investimentos	359	257	309	20,3%
Demais Inversões	4	4	5	23,5%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	261	283	311	9,6%
Amortização da Dívida	261	283	311	9,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	364	261	314	20,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	4.367	4.501	4.955	10,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-24	400	61	-84,8%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

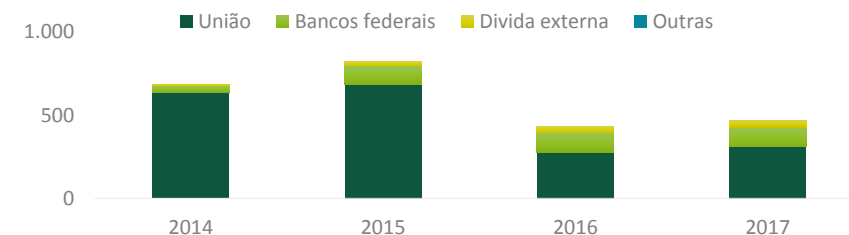
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	7.770	8.349	6.869	6.871
Bancos federais	750	720	656	653
Dívida externa	1.183	1.721	1.421	1.421
Outras	-	-	-	278
Dívida Financeira	9.703	10.790	8.946	9.224

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	1,54	1,70	1,03	0,95

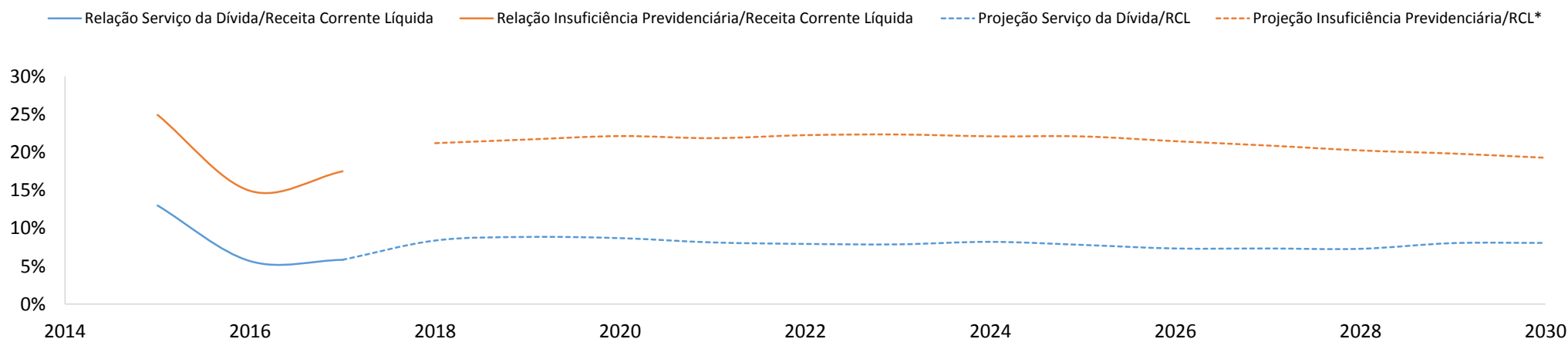
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	636	686	278	313
Bancos federais	41	109	116	116
Dívida externa	7	29	39	41
Outras	0	-	-	-
Soma	684	825	433	470

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida

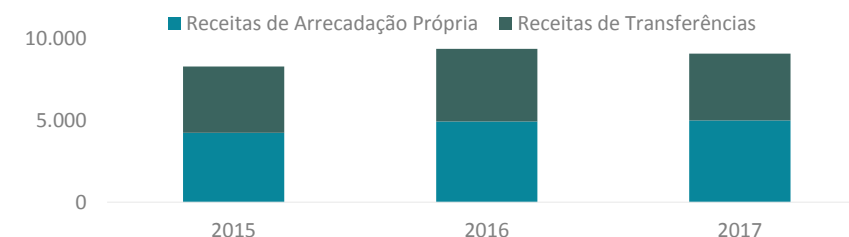


* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
 Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

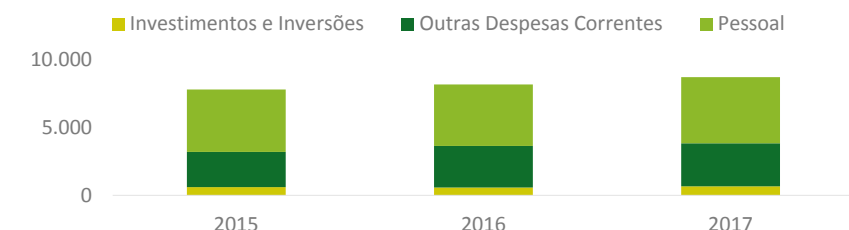
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	7.781	9.049	8.718	-3,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.259	3.856	4.043	4,9%
ICMS	2.671	3.164	3.301	4,3%
Transferências Correntes	3.587	4.115	3.844	-6,6%
Cota Parte do FPE	2.542	2.945	2.796	-5,0%
Demais Receitas Correntes	771	915	639	-30,1%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	164	164	191	16,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	7.617	8.886	8.527	-4,0%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	517	327	371	13,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	26	1	125	18332,8%
Transferências de Capital	466	326	246	-24,6%
Outras Receitas de Capital	25	0	0	-100,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	491	326	246	-24,6%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	8.108	9.212	8.773	-4,8%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	7.194	7.597	8.053	6,0%
Pessoal e Encargos Sociais	4.607	4.535	4.880	7,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	258	137	211	54,1%
Outras Despesas Correntes	2.330	2.925	2.962	1,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	6.937	7.460	7.842	5,1%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.176	875	921	5,3%
Investimentos	603	569	649	14,1%
Demais Inversões	6	7	12	75,7%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	568	299	260	-13,0%
Amortização da Dívida	567	296	259	-12,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	609	575	661	14,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	7.546	8.036	8.503	5,8%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	562	1.176	270	-77,1%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



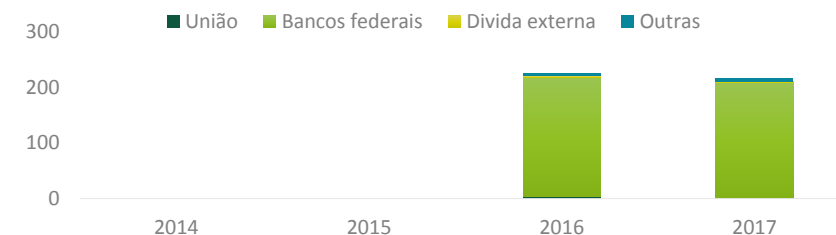
Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	915	917	76	77
Bancos federais	555	910	1.751	1.669
Dívida externa	4	3	7	2
Outras	1.009	-	18	1.015
Dívida Financeira	2.483	1.831	1.852	2.762
RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,41	0,27	0,14	0,07

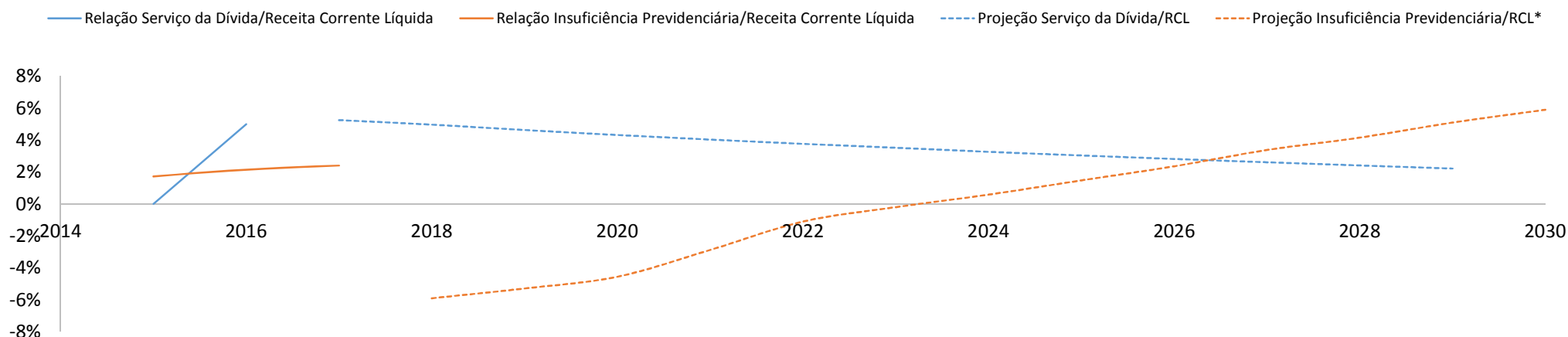
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	-	-	3	1
Bancos federais	-	-	216	208
Dívida externa	-	-	2	2
Outras	-	-	4	7
Soma	-	-	225	218

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

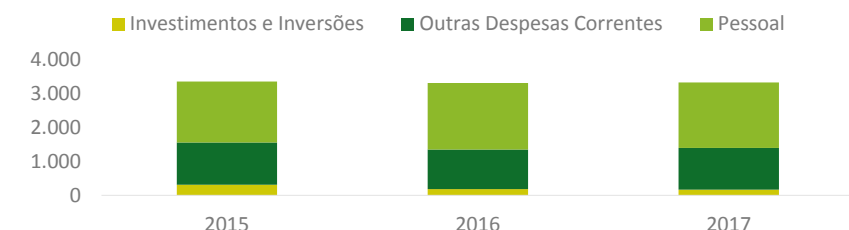
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	4.109	4.782	4.610	-3,6%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	769	845	949	12,4%
ICMS	661	588	635	8,0%
Transferências Correntes	2.839	3.163	3.036	-4,0%
Cota Parte do FPE	2.085	2.401	2.272	-5,4%
Demais Receitas Correntes	137	126	87	-31,2%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	364	648	538	-17,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	3.745	4.134	4.072	-1,5%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	263	34	54	58,9%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	261	34	53	56,5%
Transferências de Capital	2	0	1	-
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	2	0	1	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	3.747	4.134	4.072	-1,5%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	3.044	3.132	3.163	1,0%
Pessoal e Encargos Sociais	1.799	1.965	1.930	-1,8%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	150	121	113	-6,7%
Outras Despesas Correntes	1.094	1.046	1.120	7,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	2.893	3.012	3.050	1,3%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	399	288	269	-6,6%
Investimentos	302	174	165	-5,0%
Demais Inversões	11	9	2	-80,1%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	86	105	102	-2,8%
Amortização da Dívida	86	105	102	-2,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	314	183	167	-8,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	3.207	3.195	3.217	0,7%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	540	939	855	-8,9%

Receita Bruta (R\$ Milhões)

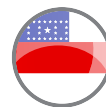


Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

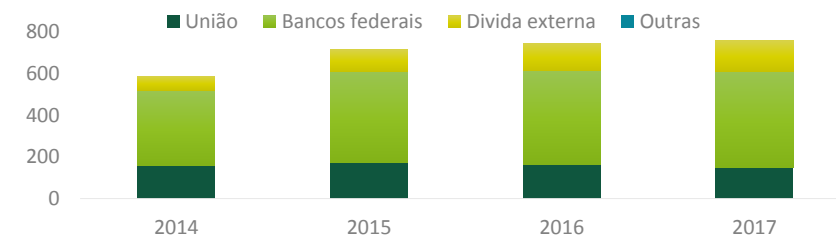
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.091	1.134	986	911
Bancos federais	2.311	2.169	2.292	2.190
Dívida externa	2.378	3.604	3.009	3.102
Outras	-	-	-	-
Dívida Financeira	5.780	6.907	6.287	6.203

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,31	0,48	0,41	0,32

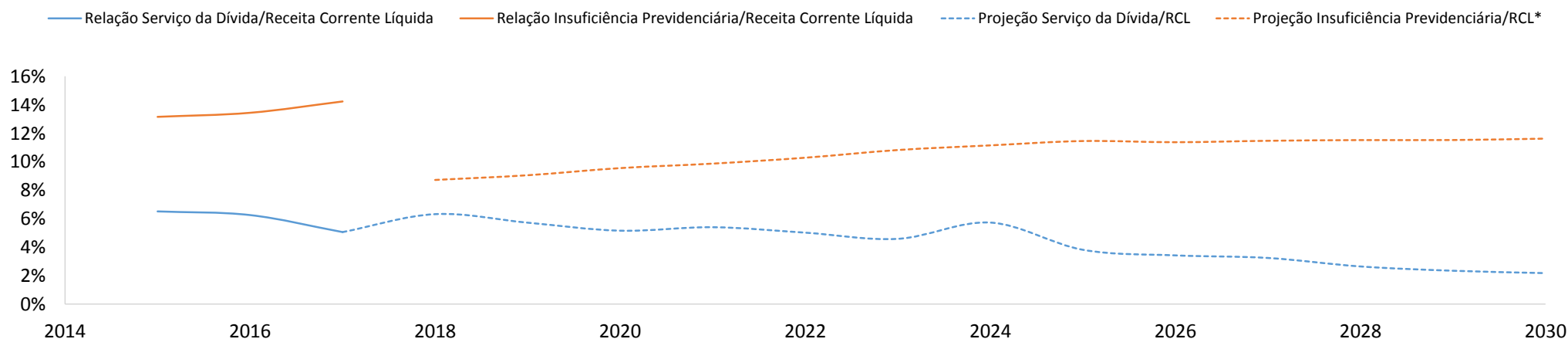
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	158	171	164	148
Bancos federais	364	439	451	465
Dívida externa	67	106	132	146
Outras	-	-	-	-
Soma	588	716	747	759

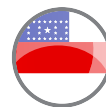
Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



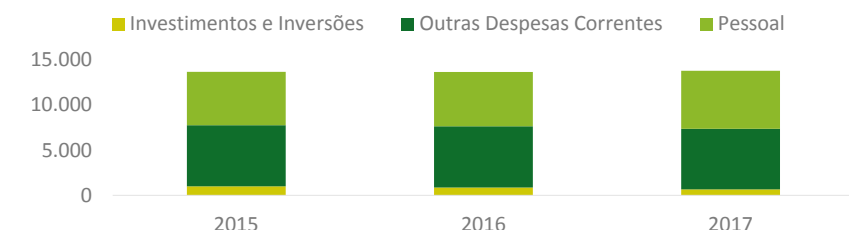
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	13.362	14.237	14.686	3,2%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.058	6.878	7.800	13,4%
ICMS	6.269	5.996	6.873	14,6%
Transferências Correntes	3.990	4.534	4.705	3,8%
Cota Parte do FPE	1.705	2.065	1.910	-7,5%
Demais Receitas Correntes	2.036	2.495	1.980	-20,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	278	330	200	-39,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	13.084	13.907	14.485	4,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	446	616	331	-46,3%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	207	435	205	-52,9%
Transferências de Capital	132	142	88	-38,0%
Outras Receitas de Capital	107	39	38	-2,7%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	240	181	126	-30,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	13.323	14.088	14.612	3,7%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	12.664	12.778	13.118	2,7%
Pessoal e Encargos Sociais	5.901	6.013	6.412	6,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	327	345	327	-5,0%
Outras Despesas Correntes	6.436	6.421	6.379	-0,7%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	12.337	12.434	12.791	2,9%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.387	1.268	1.090	-14,0%
Investimentos	947	767	633	-17,4%
Demais Inversões	52	99	26	-73,7%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	389	402	431	7,2%
Amortização da Dívida	389	402	431	7,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	998	866	659	-23,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	13.335	13.299	13.450	1,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-12	789	1.161	47,2%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

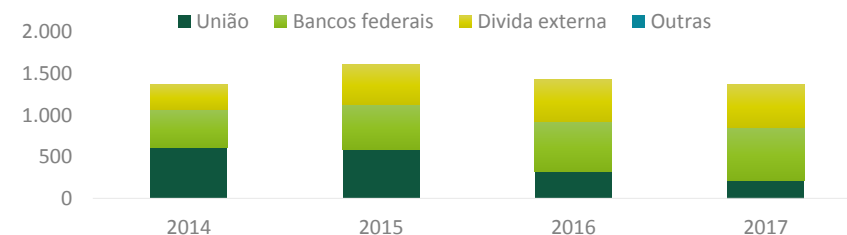
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	4.751	5.063	5.408	5.551
Bancos federais	3.114	4.141	4.312	4.914
Dívida externa	6.831	9.721	7.967	8.069
Outras	-	-	333	4.143
Dívida Financeira	14.697	18.925	18.019	22.678

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,40	0,59	0,56	0,58

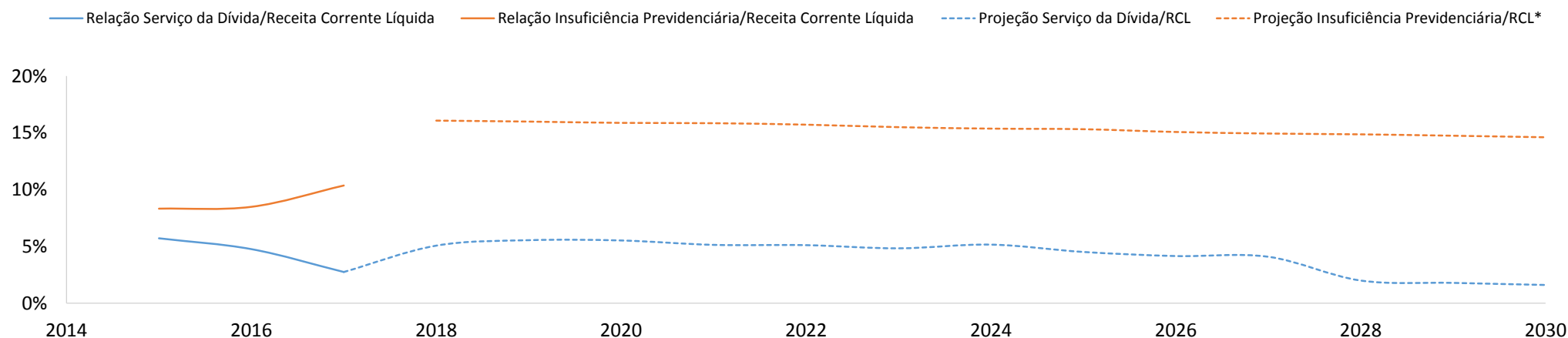
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	611	588	323	209
Bancos federais	452	542	605	646
Dívida externa	306	476	495	510
Outras	-	-	-	-
Soma	1.369	1.606	1.423	1.365

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



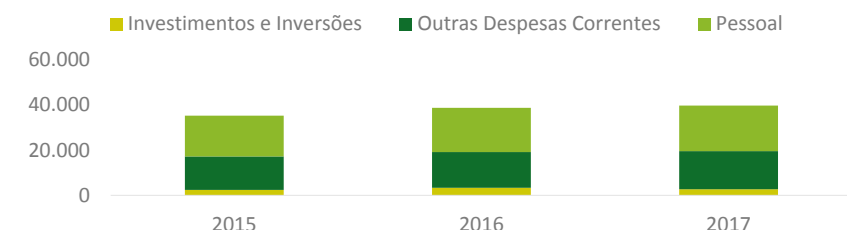
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	34.787	36.922	38.572	4,5%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.631	20.502	21.983	7,2%
ICMS	15.636	16.421	17.751	8,1%
Transferências Correntes	10.875	11.705	11.683	-0,2%
Cota Parte do FPE	5.742	6.486	6.233	-3,9%
Demais Receitas Correntes	3.367	3.963	4.322	9,1%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	914	752	585	-22,2%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	33.873	36.169	37.987	5,0%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	1.556	1.846	2.087	13,1%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	1.202	1.087	1.372	26,2%
Transferências de Capital	353	758	715	-5,7%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	353	758	715	-5,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	34.226	36.928	38.702	4,8%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	32.882	35.371	37.013	4,6%
Pessoal e Encargos Sociais	18.047	19.576	20.158	3,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	622	550	600	9,1%
Outras Despesas Correntes	14.213	15.245	16.254	6,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	32.260	34.821	36.412	4,6%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	3.521	4.240	3.539	-16,5%
Investimentos	2.285	3.201	2.499	-21,9%
Demais Inversões	101	157	190	20,6%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	1.135	881	850	-3,6%
Amortização da Dívida	955	788	712	-9,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	2.386	3.359	2.689	-19,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	34.646	38.180	39.101	2,4%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-420	-1.252	-399	68,1%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

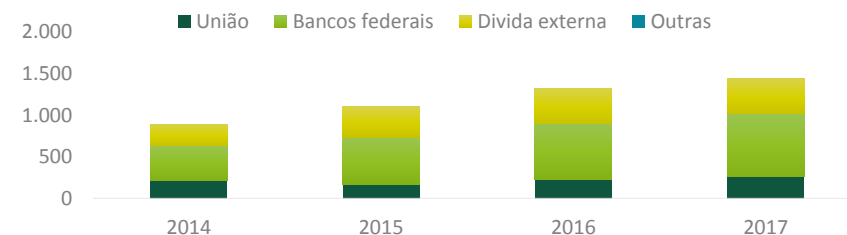
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.679	1.713	1.566	1.409
Bancos federais	3.525	3.929	3.760	4.554
Dívida externa	3.317	5.527	5.170	5.800
Outras	-	-	-	525
Dívida Financeira	8.520	11.169	10.496	12.287

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,42	0,63	0,44	0,46

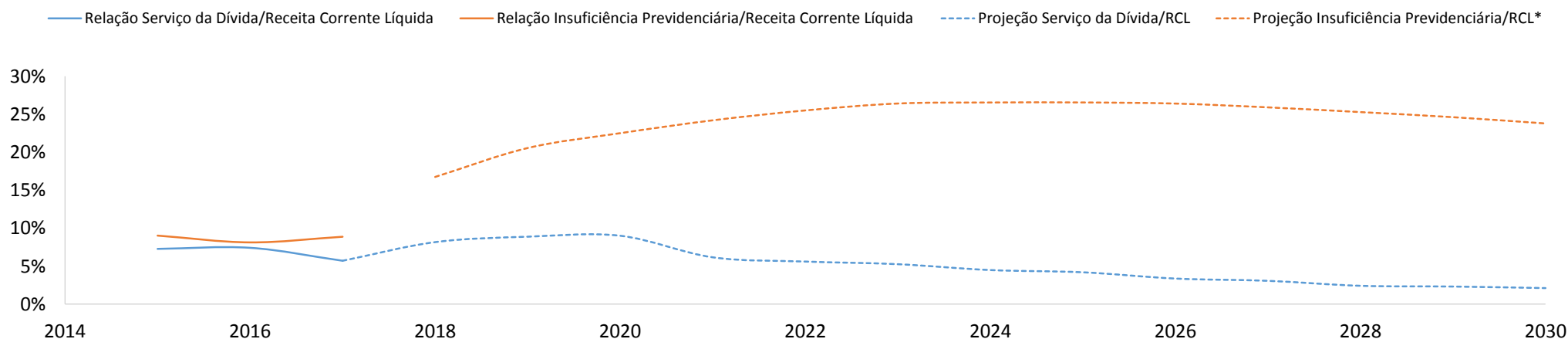
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	219	169	223	267
Bancos federais	417	567	681	747
Dívida externa	258	368	418	427
Outras	-	-	-	-
Soma	893	1.104	1.322	1.441

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

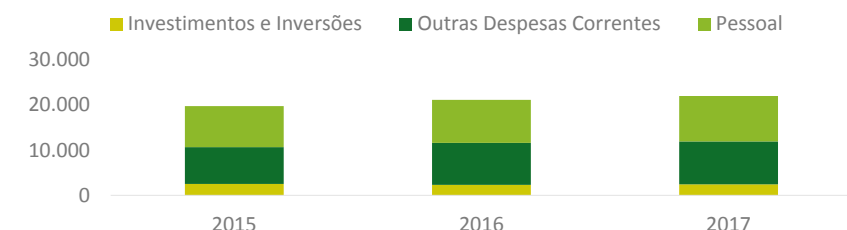
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	18.438	21.316	21.595	1,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.225	11.624	12.197	4,9%
ICMS	8.325	8.862	9.599	8,3%
Transferências Correntes	6.677	7.571	7.482	-1,2%
Cota Parte do FPE	4.483	5.076	4.867	-4,1%
Demais Receitas Correntes	1.183	1.746	1.562	-10,5%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	352	376	354	-5,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	18.086	20.940	21.241	1,4%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	1.929	1.752	2.539	44,9%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	1.544	1.114	2.068	85,6%
Transferências de Capital	374	639	471	-26,2%
Outras Receitas de Capital	11	0	1	2133,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	385	639	472	-26,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	18.471	21.579	21.713	0,6%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	17.217	18.786	19.515	3,9%
Pessoal e Encargos Sociais	9.089	9.501	10.027	5,5%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	415	446	452	1,3%
Outras Despesas Correntes	7.714	8.839	9.036	2,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	16.802	18.340	19.063	3,9%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	3.221	3.241	3.484	7,5%
Investimentos	2.407	2.164	2.295	6,1%
Demais Inversões	124	159	151	-5,3%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	689	919	1.038	13,1%
Amortização da Dívida	689	847	989	16,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	2.531	2.323	2.446	5,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	19.334	20.663	21.509	4,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-863	916	204	-77,8%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

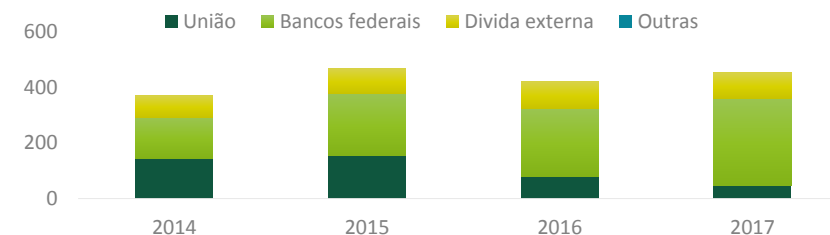
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.282	1.360	1.135	1.153
Bancos federais	1.358	1.845	1.736	2.145
Dívida externa	736	1.026	807	774
Outras	-	-	-	3.772
Dívida Financeira	3.376	4.231	3.678	7.843

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,21	0,25	0,30	0,34

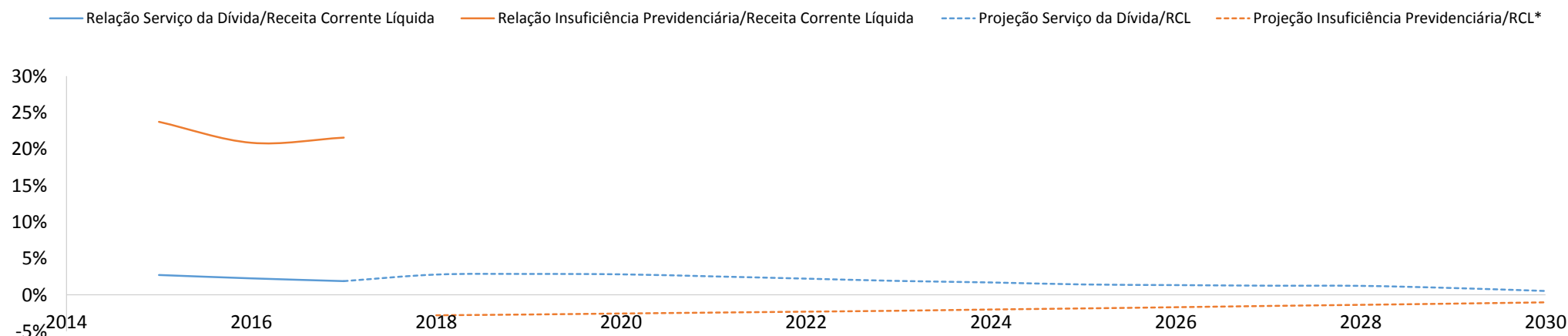
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	146	154	81	46
Bancos federais	147	223	243	314
Dívida externa	78	91	97	92
Outras	-	-	-	-
Soma	371	469	421	452

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



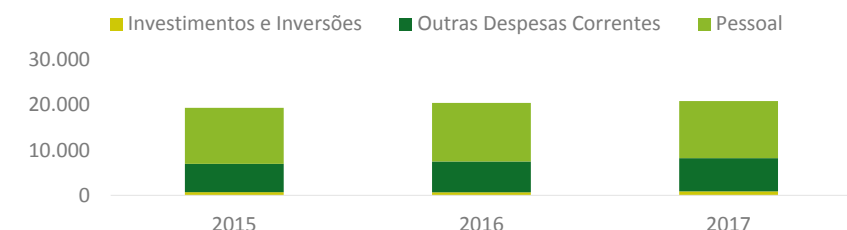
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	19.029	20.405	20.755	1,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.484	12.649	12.998	2,8%
ICMS	5.239	6.227	6.379	2,4%
Transferências Correntes	3.462	3.775	3.830	1,5%
Cota Parte do FPE	537	615	592	-3,8%
Demais Receitas Correntes	3.513	3.239	3.273	1,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	571	742	654	-11,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	18.458	19.663	20.101	2,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	745	577	902	56,3%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	632	255	561	119,8%
Transferências de Capital	58	149	74	-50,5%
Outras Receitas de Capital	54	173	267	54,7%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	112	322	341	5,9%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	18.571	19.985	20.441	2,3%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	18.643	19.789	19.993	1,0%
Pessoal e Encargos Sociais	12.381	12.980	12.635	-2,7%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	230	197	205	3,9%
Outras Despesas Correntes	6.032	6.611	7.153	8,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	18.413	19.591	19.788	1,0%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	948	907	1.124	24,0%
Investimentos	631	601	749	24,7%
Demais Inversões	73	69	127	82,7%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	245	237	248	4,9%
Amortização da Dívida	238	225	213	-5,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	704	670	876	30,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	19.117	20.262	20.664	2,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-547	-277	-223	19,5%

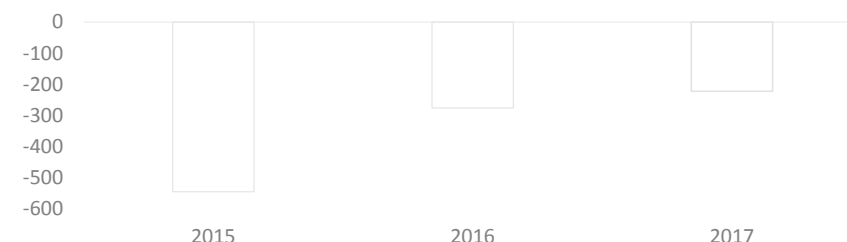
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

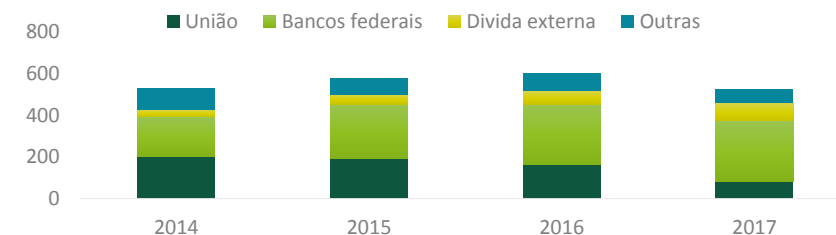
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	2.370	2.442	2.516	2.629
Bancos federais	2.533	2.817	2.979	2.922
Dívida externa	719	1.050	921	961
Outras	350	486	390	101
Dívida Financeira	5.972	6.795	6.807	6.613

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,27	0,31	0,26	0,17

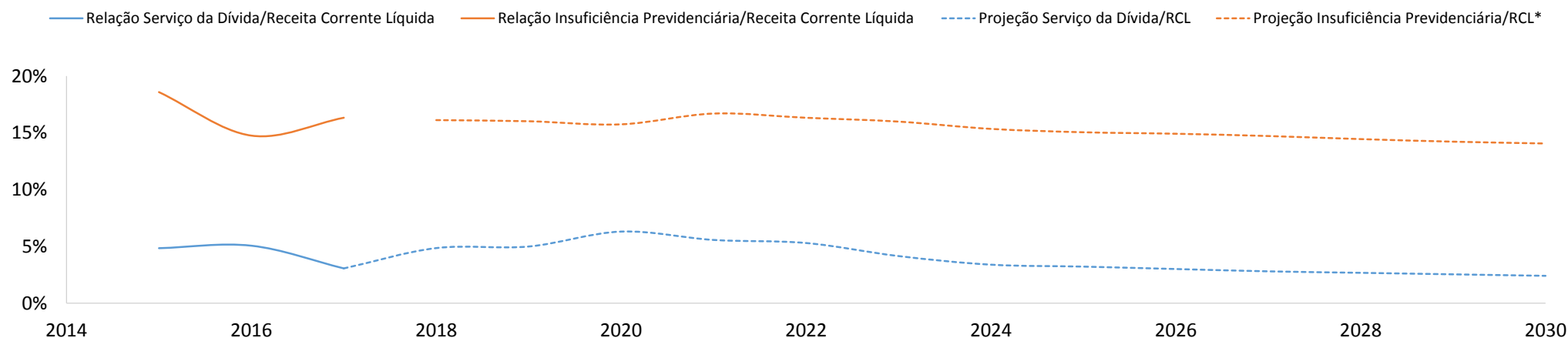
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	203	193	163	82
Bancos federais	191	261	291	292
Dívida externa	34	48	64	86
Outras	102	78	84	63
Soma	529	579	601	522

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

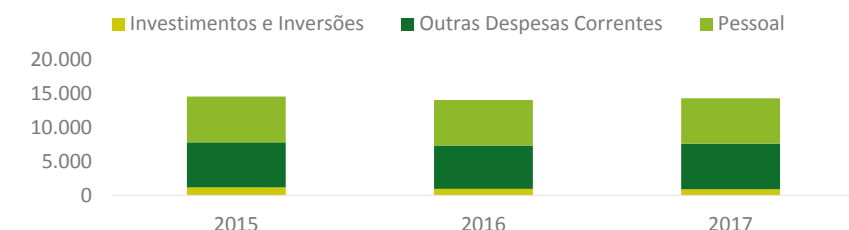
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	15.104	14.864	15.305	3,0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.283	8.943	9.416	5,3%
ICMS	7.656	7.313	7.686	5,1%
Transferências Correntes	4.227	4.200	4.342	3,4%
Cota Parte do FPE	917	1.095	1.026	-6,4%
Demais Receitas Correntes	1.018	977	886	-9,3%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	576	743	661	-11,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	14.528	14.121	14.645	3,7%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	469	361	194	-46,3%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	391	301	95	-68,5%
Transferências de Capital	27	17	64	267,9%
Outras Receitas de Capital	51	42	35	-16,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	78	60	99	66,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	14.606	14.180	14.744	4,0%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	13.388	13.120	13.420	2,3%
Pessoal e Encargos Sociais	6.753	6.726	6.697	-0,4%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	303	315	289	-8,2%
Outras Despesas Correntes	6.332	6.080	6.434	5,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	13.084	12.806	13.131	2,5%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.426	1.211	1.131	-6,6%
Investimentos	627	519	519	0,0%
Demais Inversões	546	429	378	-11,8%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	253	264	234	-11,2%
Amortização da Dívida	253	264	233	-11,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.173	947	897	-5,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	14.257	13.753	14.028	2,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	349	427	716	67,5%

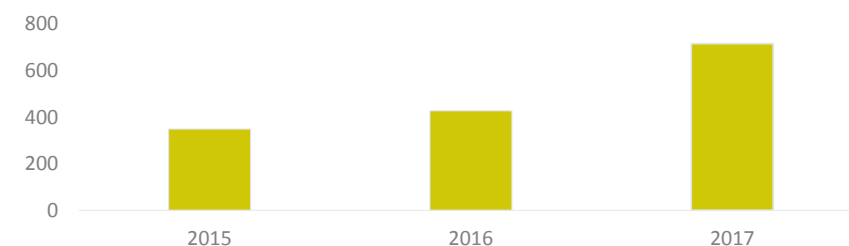
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

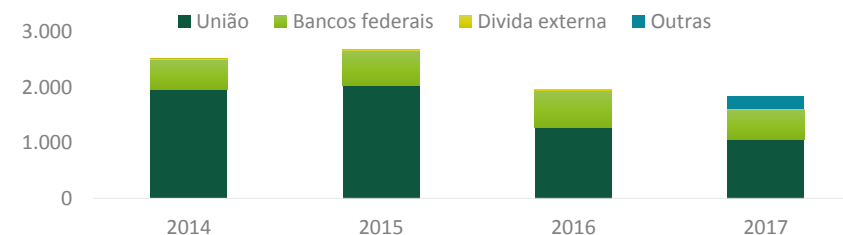
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	10.996	10.283	9.618	9.160
Bancos federais	6.549	7.560	9.263	6.137
Dívida externa	35	37	19	23
Outras	-	-	-	3.586
Dívida Financeira	17.580	17.880	18.899	18.906

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,90	0,99	0,94	0,92

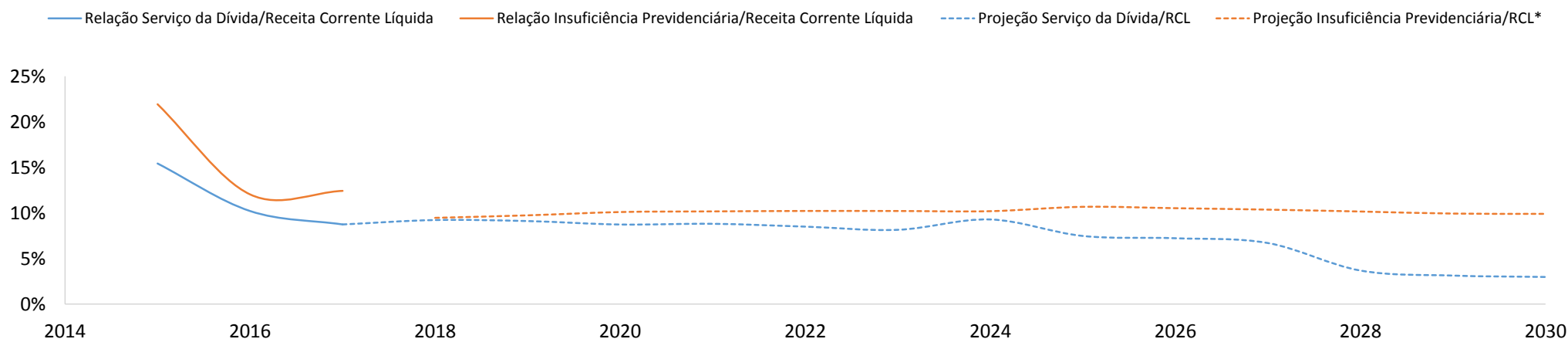
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.960	2.038	1.272	1.055
Bancos federais	537	621	673	552
Dívida externa	15	21	24	1
Outras	-	-	-	231
Soma	2.513	2.679	1.968	1.839

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



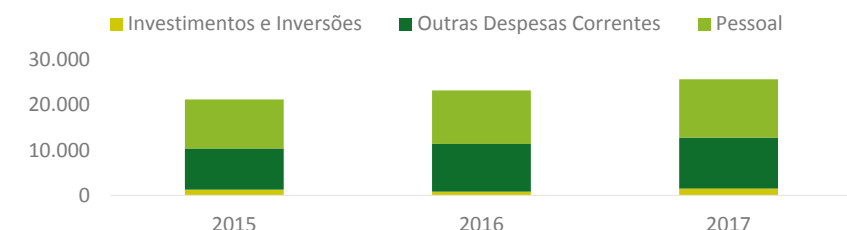
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	21.907	24.106	26.147	8,5%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.988	15.928	16.818	5,6%
ICMS	11.518	11.936	12.445	4,3%
Transferências Correntes	4.232	4.775	4.697	-1,6%
Cota Parte do FPE	1.737	1.988	1.899	-4,5%
Demais Receitas Correntes	2.483	3.161	4.451	40,8%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	205	243	180	-25,6%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	21.703	23.864	25.966	8,8%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	805	156	663	325,1%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	564	42	416	880,6%
Transferências de Capital	54	108	69	-35,9%
Outras Receitas de Capital	186	6	177	3109,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	240	113	247	117,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	21.943	23.977	26.213	9,3%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	19.941	22.372	24.185	8,1%
Pessoal e Encargos Sociais	10.823	11.825	12.891	9,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	1.009	927	970	4,6%
Outras Despesas Correntes	8.108	9.620	10.325	7,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	18.931	21.445	23.215	8,3%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	2.906	1.844	2.349	27,4%
Investimentos	1.174	782	1.310	67,6%
Demais Inversões	81	49	171	251,8%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	1.651	1.014	868	-14,4%
Amortização da Dívida	1.644	1.014	868	-14,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.255	830	1.481	78,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	20.186	22.275	24.696	10,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	1.757	1.702	1.517	-10,9%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

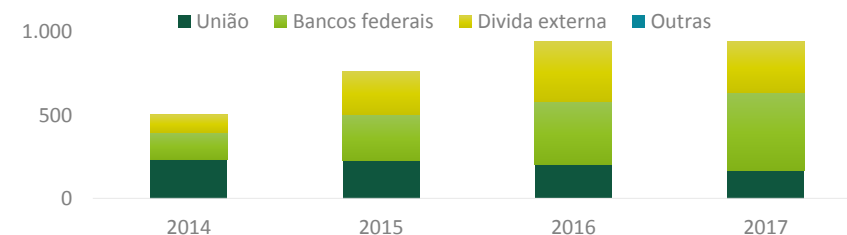
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.568	1.679	1.473	1.426
Bancos federais	1.797	2.207	2.573	2.777
Dívida externa	1.807	2.474	1.903	1.733
Outras	-	-	-	1.261
Dívida Financeira	5.172	6.361	5.949	7.198

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,46	0,60	0,42	0,51

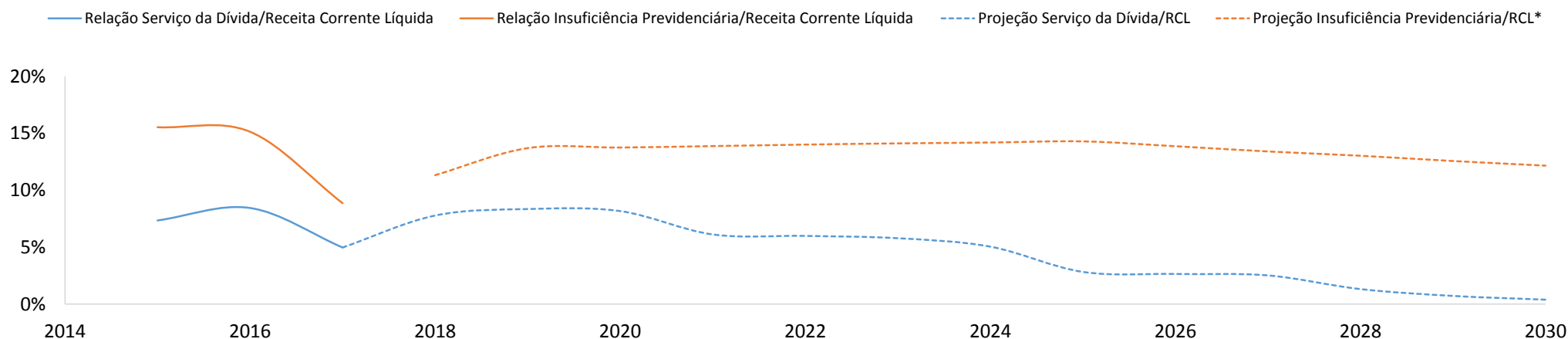
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	236	225	203	166
Bancos federais	162	278	380	472
Dívida externa	104	261	357	304
Outras	-	-	-	-
Soma	502	764	940	942

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



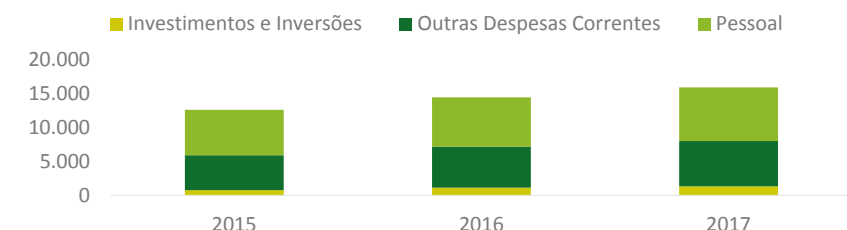
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	12.876	14.954	15.086	0,9%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.326	6.221	6.694	7,6%
ICMS	4.262	5.088	5.370	5,5%
Transferências Correntes	6.247	7.244	6.911	-4,6%
Cota Parte do FPE	4.411	5.029	4.802	-4,5%
Demais Receitas Correntes	965	1.143	1.160	1,5%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	339	347	321	-7,6%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	12.538	14.608	14.765	1,1%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	566	764	631	-17,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	543	563	453	-19,5%
Transferências de Capital	23	94	20	-78,8%
Outras Receitas de Capital	0	107	158	47,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	23	202	178	-11,8%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	12.561	14.809	14.943	0,9%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	11.842	13.325	14.595	9,5%
Pessoal e Encargos Sociais	6.698	7.270	7.915	8,9%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	346	391	378	-3,3%
Outras Despesas Correntes	4.798	5.664	6.302	11,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	11.496	12.934	14.217	9,9%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.185	1.678	1.890	12,6%
Investimentos	761	1.127	1.323	17,4%
Demais Inversões	1	0	3	-
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	423	551	564	2,4%
Amortização da Dívida	423	551	564	2,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	762	1.127	1.326	17,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	12.258	14.061	15.544	10,5%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	303	748	-601	-180,3%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

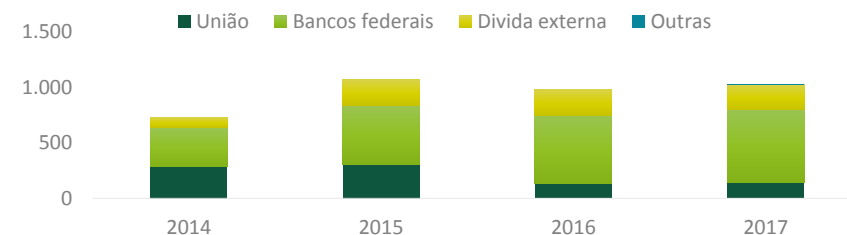
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	2.473	2.691	2.735	2.695
Bancos federais	2.778	2.724	2.745	2.510
Dívida externa	1.242	1.680	1.267	1.127
Outras	-	-	-	221
Dívida Financeira	6.493	7.095	6.746	6.553

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,42	0,45	0,41	0,30

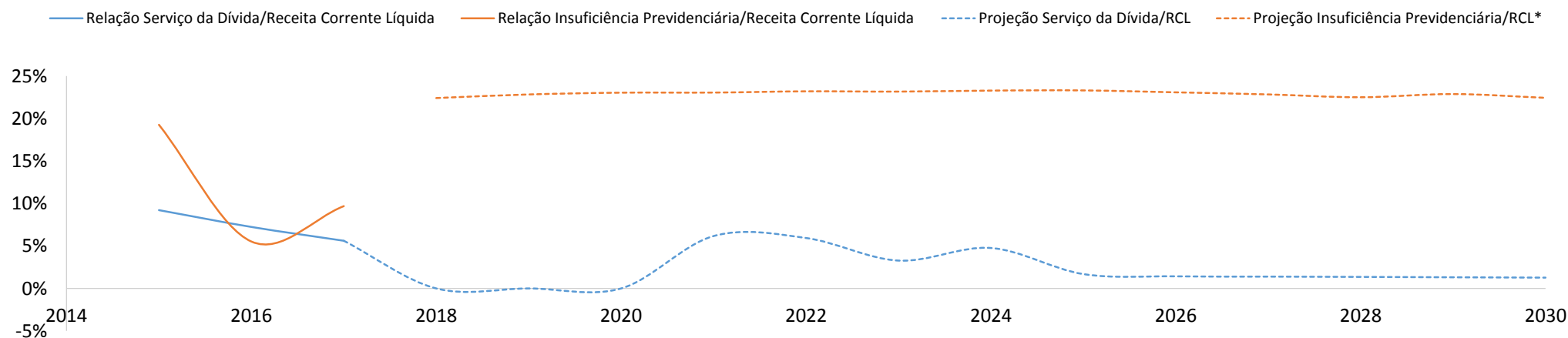
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	283	307	135	143
Bancos federais	356	533	614	659
Dívida externa	94	230	234	225
Outras	-	-	-	7
Soma	733	1.070	983	1.033

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



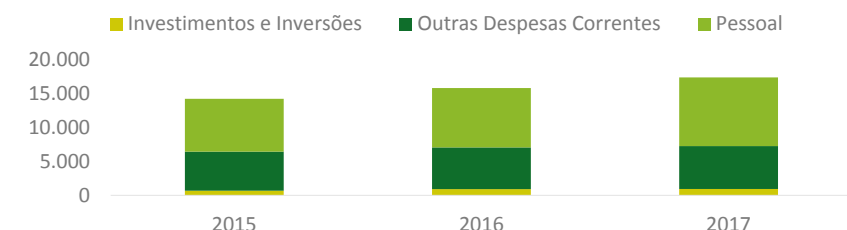
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	14.687	16.719	17.774	6,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.437	9.047	9.557	5,6%
ICMS	6.072	7.158	7.685	7,4%
Transferências Correntes	3.363	4.303	4.008	-6,8%
Cota Parte do FPE	1.277	1.592	1.537	-3,4%
Demais Receitas Correntes	3.630	3.022	3.988	32,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	258	347	220	-36,6%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	14.430	16.372	17.554	7,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	280	449	213	-52,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	250	370	172	-53,5%
Transferências de Capital	27	80	42	-47,6%
Outras Receitas de Capital	3	0	0	-100,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	30	80	42	-47,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	14.460	16.452	17.595	7,0%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	13.550	14.901	16.449	10,4%
Pessoal e Encargos Sociais	7.807	8.747	10.130	15,8%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	473	380	380	-0,1%
Outras Despesas Correntes	5.271	5.774	5.939	2,9%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	13.078	14.521	16.069	10,7%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.288	1.533	1.596	4,1%
Investimentos	680	923	937	1,6%
Demais Inversões	11	0	0	-
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	597	611	658	7,8%
Amortização da Dívida	597	609	653	7,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	691	923	937	1,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	13.768	15.443	17.007	10,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	692	1.008	589	-41,6%

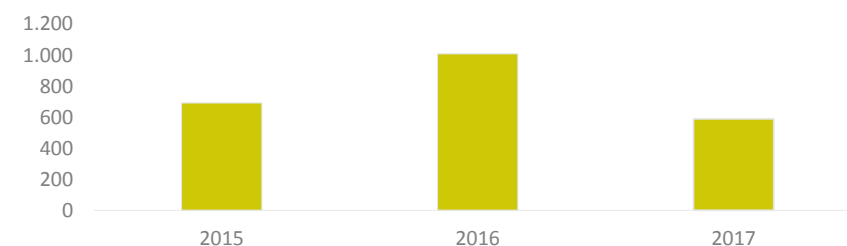
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

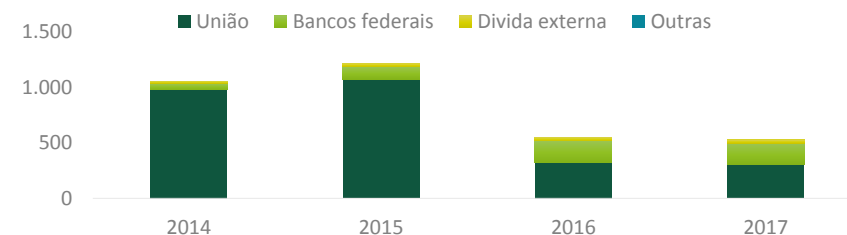
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	6.184	6.089	6.560	6.279
Bancos federais	1.088	1.089	975	861
Dívida externa	883	1.280	1.072	1.076
Outras	-	-	-	603
Dívida Financeira	8.156	8.457	8.607	8.819

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,98	0,94	0,78	0,76

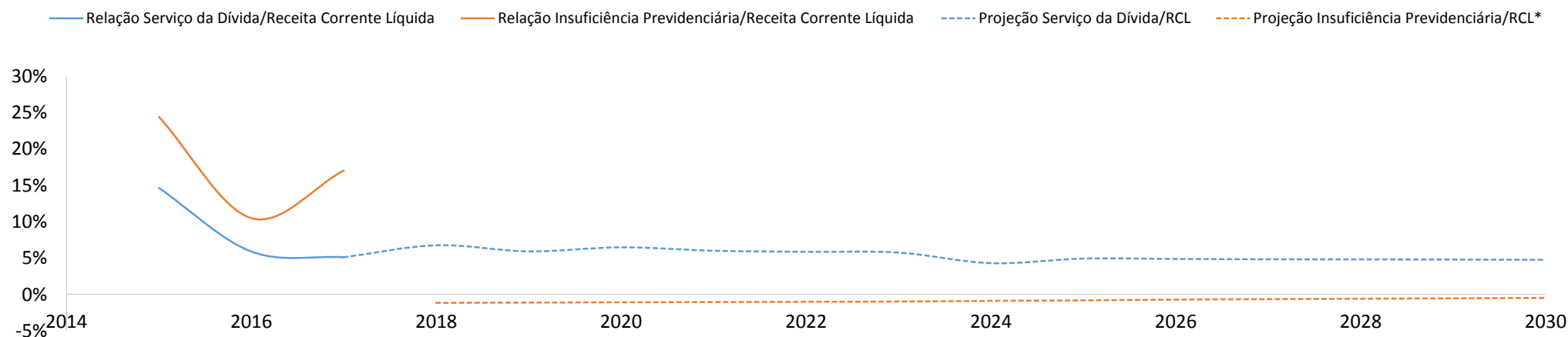
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	977	1.071	319	305
Bancos federais	61	119	201	191
Dívida externa	18	27	31	33
Outras	-	-	-	-
Soma	1.056	1.217	551	529

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



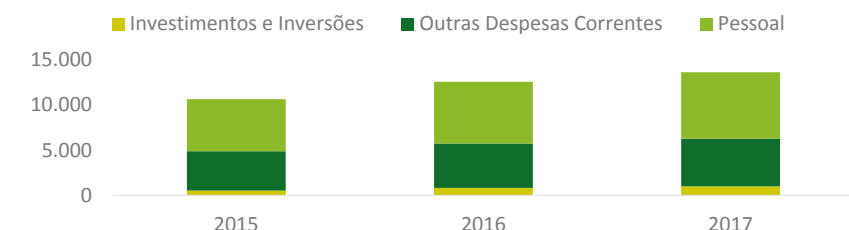
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	10.685	12.048	12.632	4,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.173	7.612	8.214	7,9%
ICMS	5.948	6.101	6.514	6,8%
Transferências Correntes	2.377	3.082	3.087	0,2%
Cota Parte do FPE	814	967	914	-5,5%
Demais Receitas Correntes	994	1.154	1.205	4,5%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	142	201	127	-37,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	10.543	11.848	12.505	5,6%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	1.995	622	749	20,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	47	17	7	-58,9%
Transferências de Capital	530	605	687	13,5%
Outras Receitas de Capital	1.418	0	56	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	1.948	605	743	22,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	12.491	12.453	13.248	6,4%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	10.119	11.733	12.623	7,6%
Pessoal e Encargos Sociais	5.771	6.825	7.347	7,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	275	145	214	48,0%
Outras Despesas Correntes	4.072	4.763	5.062	6,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	9.844	11.588	12.409	7,1%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.463	1.231	1.309	6,3%
Investimentos	521	816	994	21,8%
Demais Inversões	0	7	0	-100,0%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	943	408	315	-22,8%
Amortização da Dívida	942	407	315	-22,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	521	823	994	20,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	10.364	12.412	13.403	8,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	2.126	41	-155	-478,4%

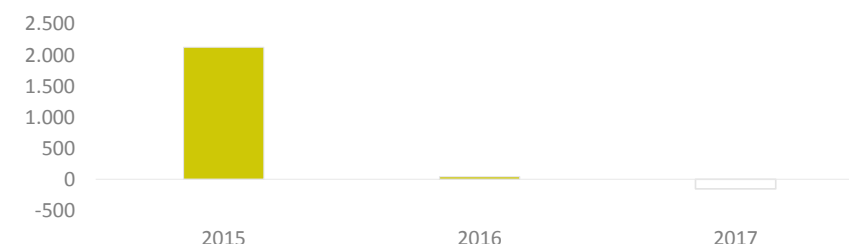
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





¹ Estado não apresentou informação sobre a disponibilidade de caixa de recursos não vinculados.

Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

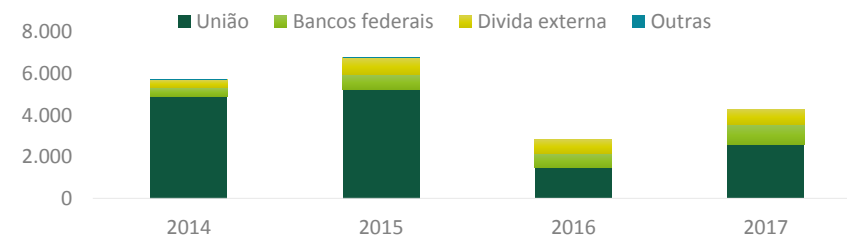
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	71.677	79.875	89.126	84.714
Bancos federais	7.157	9.408	9.111	8.925
Dívida externa	10.384	14.812	12.047	12.044
Outras	72	72	73	2.758
Dívida Financeira	89.289	104.167	110.356	108.441

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	1,79	1,99	2,03	1,86

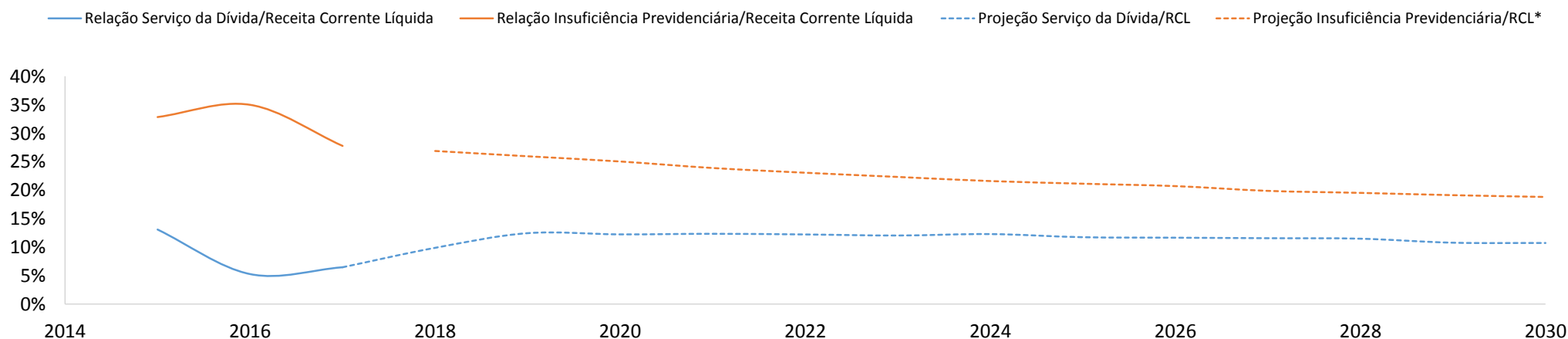
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	4.906	5.241	1.476	2.589
Bancos federais	424	715	703	979
Dívida externa	362	793	651	726
Outras	5	10	-	-
Soma	5.697	6.760	2.830	4.294

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

Situação Fiscal



Minas Gerais

Classificação da Situação Fiscal ¹



¹ Estado não apresentou informação sobre a disponibilidade de caixa de recursos não vinculados.

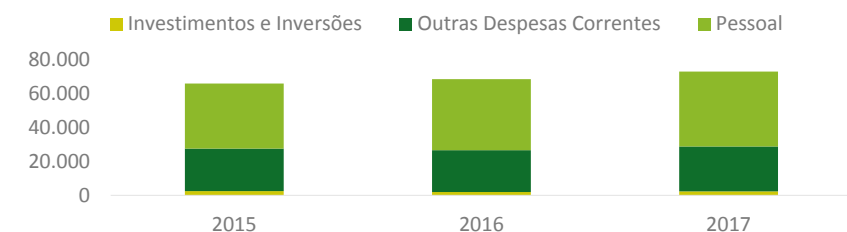
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	65.543	68.762	71.636	4,2%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	41.869	46.272	50.666	9,5%
ICMS	31.561	34.944	38.493	10,2%
Transferências Correntes	12.291	13.557	13.385	-1,3%
Cota Parte do FPE	2.722	3.121	2.967	-4,9%
Demais Receitas Correntes	10.571	8.301	7.177	-13,5%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	811	632	407	-35,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	64.731	68.130	71.228	4,5%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	641	1.898	601	-68,4%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	395	1.442	345	-76,1%
Transferências de Capital	245	394	255	-35,2%
Outras Receitas de Capital	1	62	0	-100,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	246	456	255	-44,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	64.977	68.586	71.484	4,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	63.449	66.635	70.681	6,1%
Pessoal e Encargos Sociais	38.357	41.890	44.152	5,4%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	2.684	1.719	2.107	22,6%
Outras Despesas Correntes	22.408	23.026	24.422	6,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	60.765	64.917	68.574	5,6%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	5.534	3.733	3.570	-4,4%
Investimentos	2.139	1.705	1.910	12,1%
Demais Inversões	344	210	415	97,2%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	3.051	1.818	1.246	-31,5%
Amortização da Dívida	3.011	1.805	1.234	-31,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	2.483	1.915	2.325	21,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	63.248	66.831	70.898	6,1%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	1.729	1.755	585	-66,6%

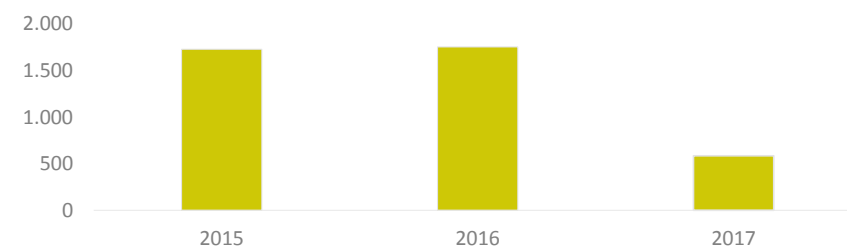
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

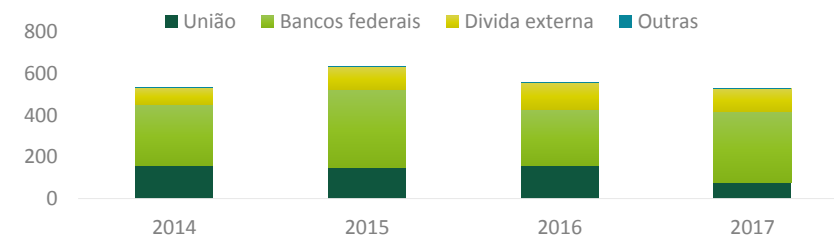
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.283	1.411	1.466	1.343
Bancos federais	1.736	1.635	1.519	1.625
Dívida externa	595	808	637	578
Outras	1	1	1	0
Dívida Financeira	3.615	3.855	3.623	3.546

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,10	0,12	0,09	0,06

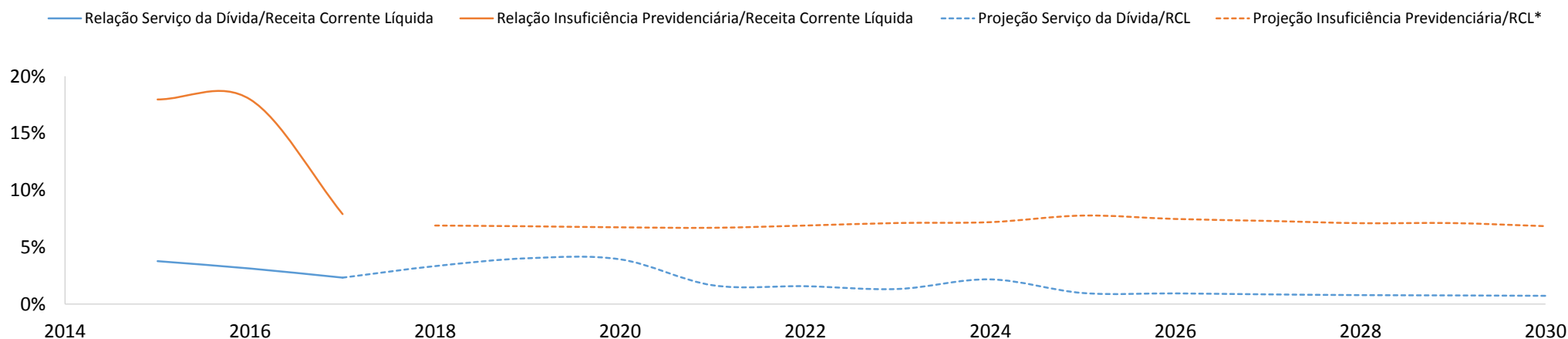
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	161	148	159	78
Bancos federais	290	374	271	340
Dívida externa	81	110	129	112
Outras	0	0	1	0
Soma	532	633	560	531

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



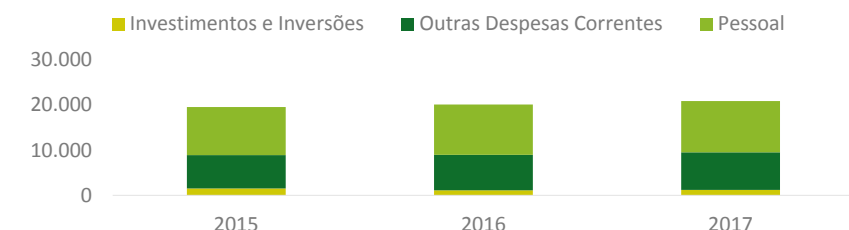
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	20.179	21.430	21.605	0,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.199	10.710	10.980	2,5%
ICMS	8.095	8.424	8.577	1,8%
Transferências Correntes	6.987	7.660	7.490	-2,2%
Cota Parte do FPE	3.683	4.288	4.082	-4,8%
Demais Receitas Correntes	2.485	2.206	2.370	7,4%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	507	853	766	-10,2%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	19.671	20.576	20.839	1,3%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	239	257	414	61,1%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	187	167	350	109,1%
Transferências de Capital	52	90	64	-28,3%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	52	90	64	-28,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	19.724	20.666	20.903	1,1%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	18.012	18.970	19.659	3,6%
Pessoal e Encargos Sociais	10.652	11.121	11.343	2,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	228	170	172	1,5%
Outras Despesas Correntes	7.133	7.679	8.144	6,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	17.785	18.800	19.487	3,7%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.944	1.507	1.557	3,3%
Investimentos	1.352	942	1.056	12,1%
Demais Inversões	181	170	130	-23,4%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	412	395	371	-6,2%
Amortização da Dívida	402	387	359	-7,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.533	1.112	1.186	6,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	19.317	19.912	20.673	3,8%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	406	754	230	-69,4%

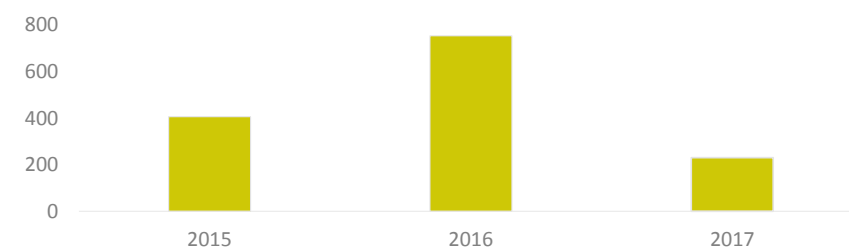
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

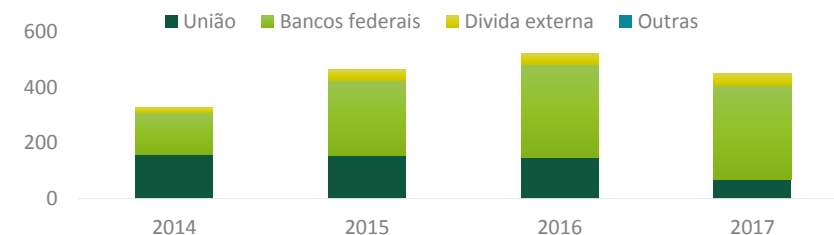
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.107	1.165	1.026	1.036
Bancos federais	1.326	1.532	1.448	1.273
Dívida externa	283	385	323	307
Outras	210	-	-	-
Dívida Financeira	2.926	3.083	2.797	2.616

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,37	0,41	0,30	0,29

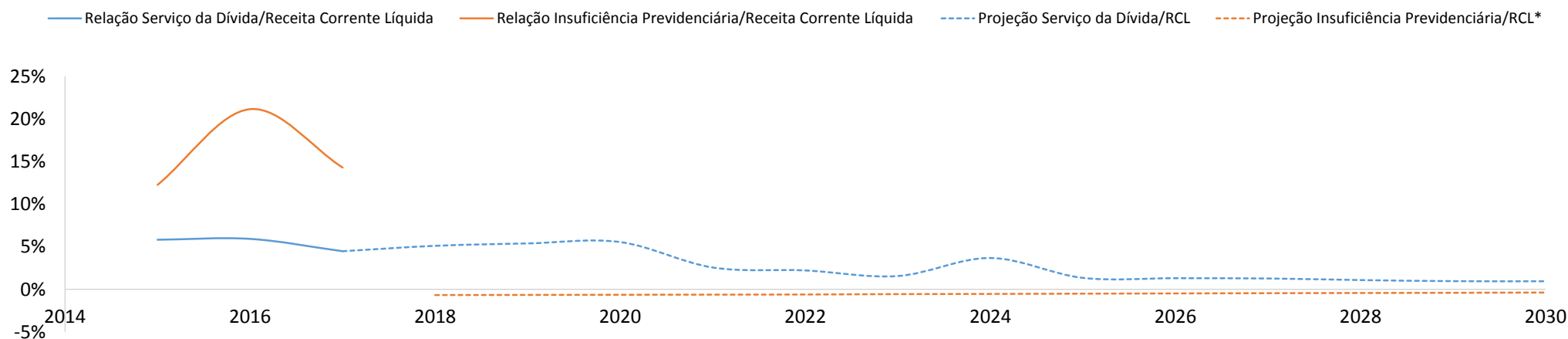
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	158	156	148	70
Bancos federais	153	271	333	338
Dívida externa	18	37	42	42
Outras	0	-	-	-
Soma	328	463	523	450

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
 Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

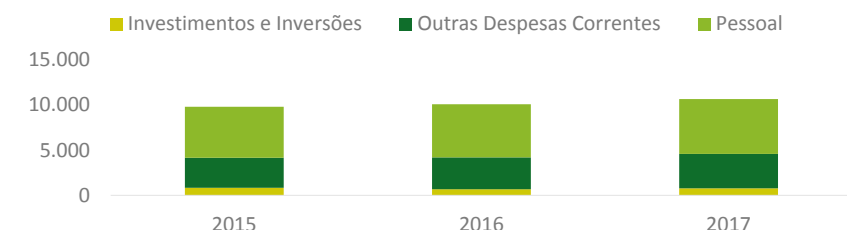
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	9.494	10.479	10.847	3,5%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.654	4.992	5.332	6,8%
ICMS	3.798	4.012	4.313	7,5%
Transferências Correntes	4.132	4.694	4.478	-4,6%
Cota Parte do FPE	2.926	3.322	3.177	-4,4%
Demais Receitas Correntes	544	622	873	40,3%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	164	172	164	-4,2%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	9.330	10.308	10.683	3,6%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	543	424	186	-56,0%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	378	144	60	-58,6%
Transferências de Capital	145	263	127	-51,9%
Outras Receitas de Capital	20	17	0	-100,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	165	280	127	-54,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	9.495	10.587	10.809	2,1%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	8.954	9.394	9.874	5,1%
Pessoal e Encargos Sociais	5.632	5.865	6.063	3,4%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	167	172	138	-19,8%
Outras Despesas Correntes	3.155	3.356	3.673	9,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	8.787	9.221	9.736	5,6%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.170	1.043	1.099	5,3%
Investimentos	787	668	706	5,8%
Demais Inversões	51	10	68	596,2%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	332	366	325	-11,2%
Amortização da Dívida	295	352	312	-11,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	838	677	774	14,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	9.625	9.899	10.510	6,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-130	689	299	-56,5%

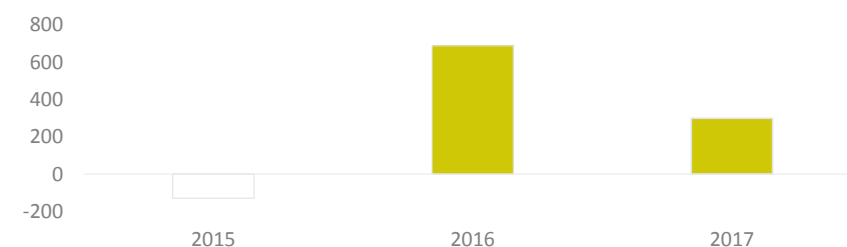
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

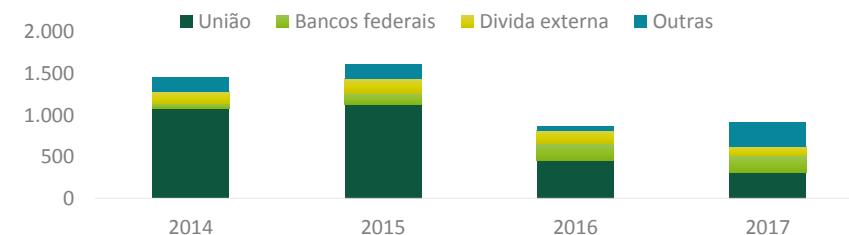
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	11.193	11.780	11.798	12.114
Bancos federais	1.277	1.378	1.306	1.222
Dívida externa	917	1.331	1.303	1.474
Outras	3.492	3.814	4.295	4.706
Dívida Financeira	16.879	18.304	18.702	19.517

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,58	0,49	0,39	0,29

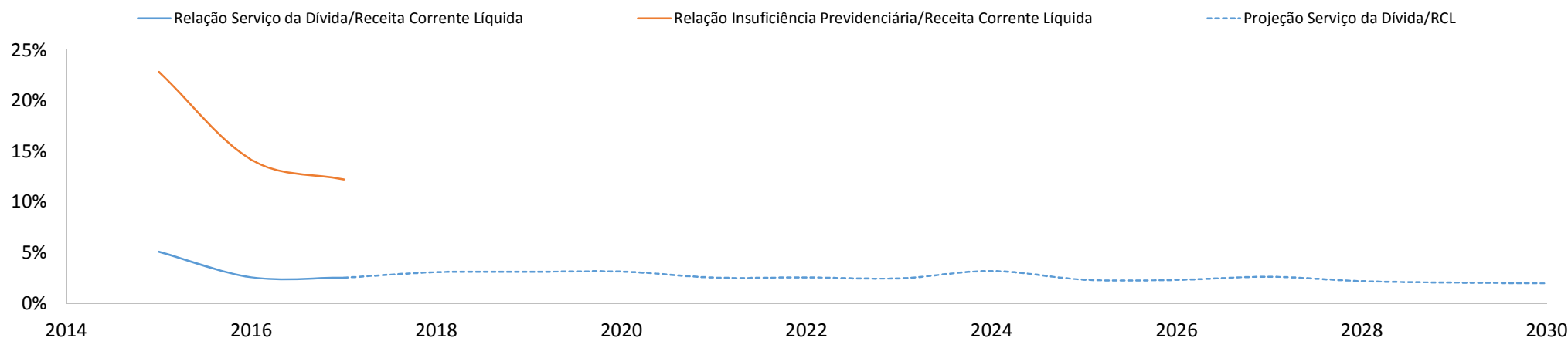
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.081	1.124	457	314
Bancos federais	61	138	208	195
Dívida externa	138	174	156	116
Outras	172	179	49	290
Soma	1.453	1.615	870	916

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida*



* O Estado, respaldado por uma ação judicial, não enviou as projeções dos fluxos atuariais do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)
Fontes: Serviço da Dívida - PAF

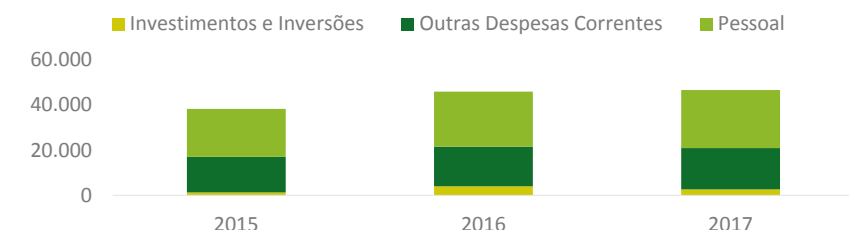
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	41.084	44.007	47.398	7,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.428	28.095	31.277	11,3%
ICMS	21.132	22.251	25.166	13,1%
Transferências Correntes	8.227	8.881	8.986	1,2%
Cota Parte do FPE	1.762	1.976	1.917	-3,0%
Demais Receitas Correntes	4.750	5.356	5.301	-1,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	1.679	1.675	1.834	9,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	39.405	42.332	45.564	7,6%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	511	2.483	1.491	-39,9%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	263	321	1.117	248,0%
Transferências de Capital	39	119	54	-54,6%
Outras Receitas de Capital	209	2.042	320	-84,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	248	2.162	374	-82,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	39.654	44.494	45.938	3,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	36.981	41.892	43.974	5,0%
Pessoal e Encargos Sociais	21.227	24.300	25.650	5,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	818	356	468	31,7%
Outras Despesas Correntes	14.936	17.237	17.855	3,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	36.164	41.537	43.506	4,7%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	2.225	4.648	3.044	-34,5%
Investimentos	1.180	1.785	2.353	31,8%
Demais Inversões	110	2.187	255	-88,3%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	935	675	436	-35,5%
Amortização da Dívida	935	675	436	-35,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.290	3.972	2.609	-34,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	37.453	45.509	46.115	1,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	2.200	-1.015	-176	82,6%

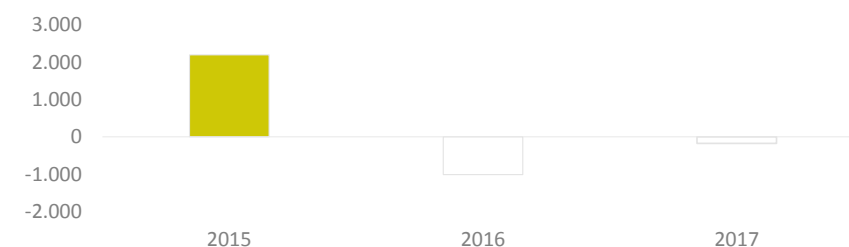
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

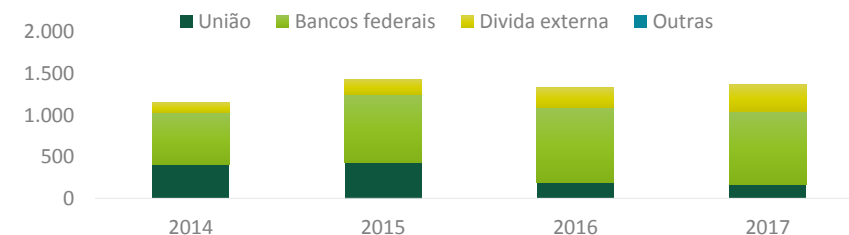
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	3.259	3.370	3.578	3.498
Bancos federais	5.079	4.960	4.574	4.204
Dívida externa	4.967	7.391	6.247	6.411
Outras	-	-	-	4.100
Dívida Financeira	13.305	15.721	14.399	18.213

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,58	0,62	0,61	0,61

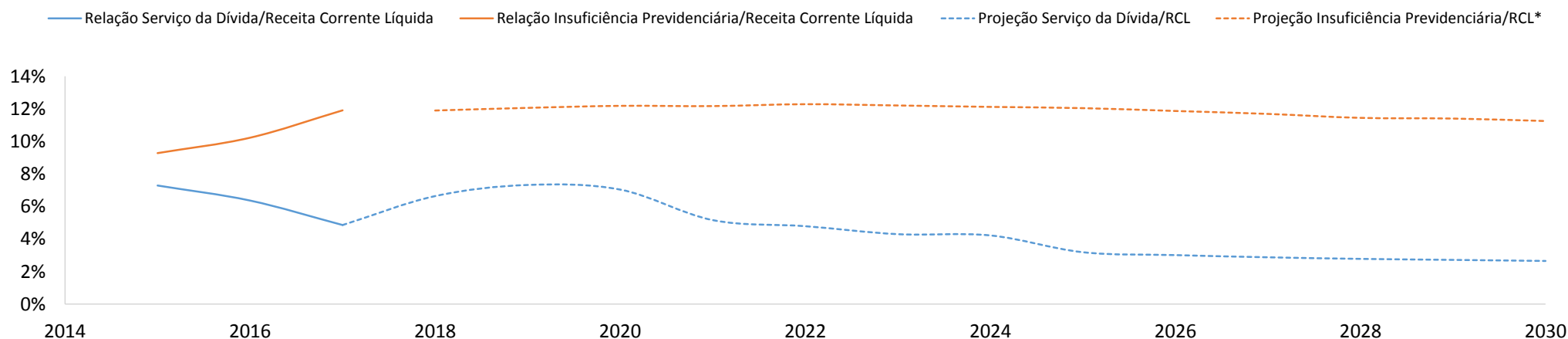
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	408	427	191	167
Bancos federais	624	822	896	879
Dívida externa	120	184	240	320
Outras	-	-	-	-
Soma	1.151	1.432	1.327	1.366

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



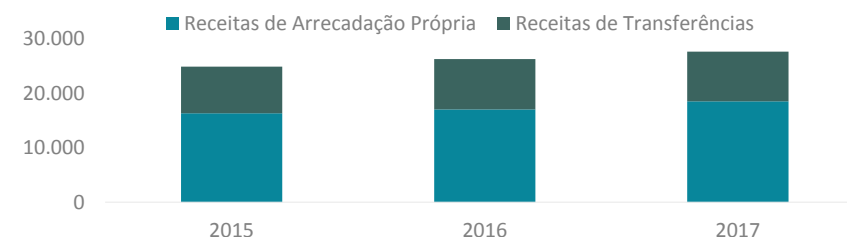
* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



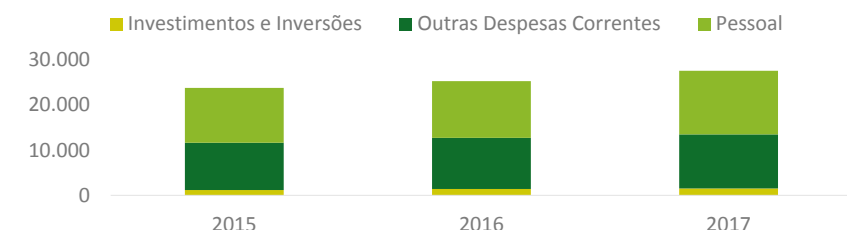
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	24.210	25.664	26.717	4,1%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.023	14.108	15.179	7,6%
ICMS	10.787	11.332	12.042	6,3%
Transferências Correntes	8.329	8.980	8.731	-2,8%
Cota Parte do FPE	4.216	4.730	4.572	-3,3%
Demais Receitas Correntes	2.529	2.191	2.509	14,5%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	328	385	297	-22,7%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	23.881	25.279	26.419	4,5%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	662	592	895	51,3%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	423	326	390	19,9%
Transferências de Capital	239	266	364	36,5%
Outras Receitas de Capital	0	0	142	440967,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	239	266	505	89,6%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	24.121	25.546	26.924	5,4%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	22.612	23.859	26.037	9,1%
Pessoal e Encargos Sociais	12.152	12.552	14.069	12,1%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	633	520	523	0,7%
Outras Despesas Correntes	9.827	10.787	11.445	6,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	21.979	23.339	25.514	9,3%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	1.967	2.212	2.352	6,4%
Investimentos	946	1.147	1.044	-8,9%
Demais Inversões	221	256	468	82,7%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	800	809	840	3,8%
Amortização da Dívida	799	807	838	3,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.167	1.403	1.512	7,8%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	23.146	24.742	27.026	9,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	975	804	-102	-112,7%

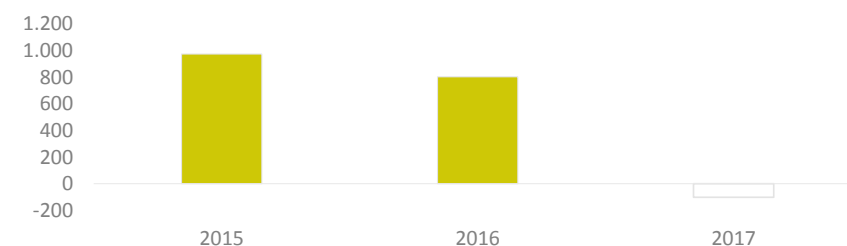
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

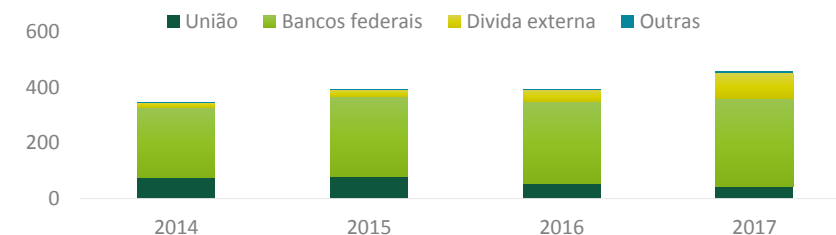
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	433	443	377	404
Bancos federais	1.647	2.038	1.656	1.874
Dívida externa	1.022	1.491	1.966	2.036
Outras	0	0	-	465
Dívida Financeira	3.103	3.972	3.999	4.778

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,61	0,57	0,45	0,41

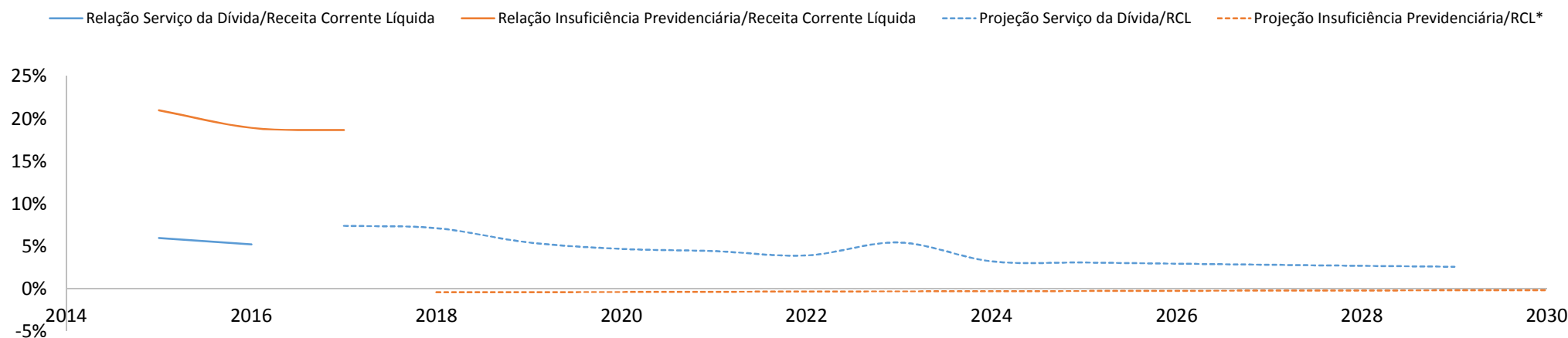
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	77	80	55	43
Bancos federais	252	286	294	317
Dívida externa	17	27	45	91
Outras	0	0	0	6
Soma	347	393	393	458

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



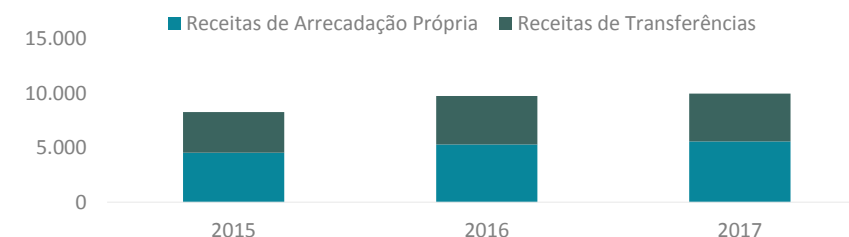
* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



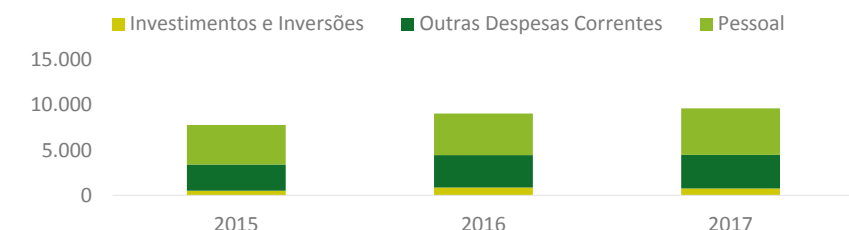
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	7.795	8.859	9.421	6,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.390	3.686	4.141	12,4%
ICMS	2.720	2.906	3.235	11,3%
Transferências Correntes	3.703	4.415	4.337	-1,8%
Cota Parte do FPE	2.641	3.018	2.877	-4,7%
Demais Receitas Correntes	608	617	849	37,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	94	141	93	-33,7%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	7.700	8.718	9.328	7,0%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	471	888	535	-39,7%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	409	856	491	-42,7%
Transferências de Capital	28	32	45	40,3%
Outras Receitas de Capital	33	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	61	32	45	40,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	7.762	8.750	9.372	7,1%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	7.268	8.192	8.857	8,1%
Pessoal e Encargos Sociais	4.375	4.611	5.141	11,5%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	136	156	159	1,7%
Outras Despesas Correntes	2.756	3.425	3.558	3,9%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	7.131	8.036	8.698	8,2%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	768	1.090	1.024	-6,1%
Investimentos	491	838	672	-19,8%
Demais Inversões	22	24	87	259,0%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	255	228	264	15,9%
Amortização da Dívida	255	228	264	15,9%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	513	862	760	-11,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	7.645	8.898	9.458	6,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	117	-149	-86	42,4%

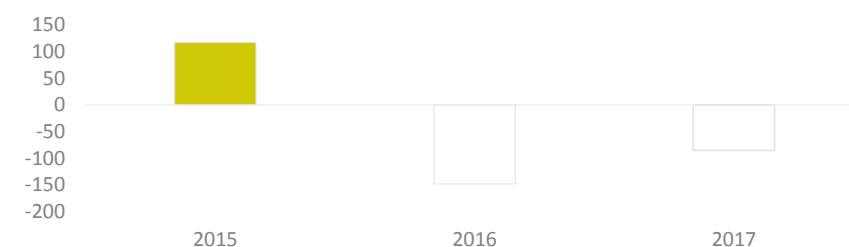
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

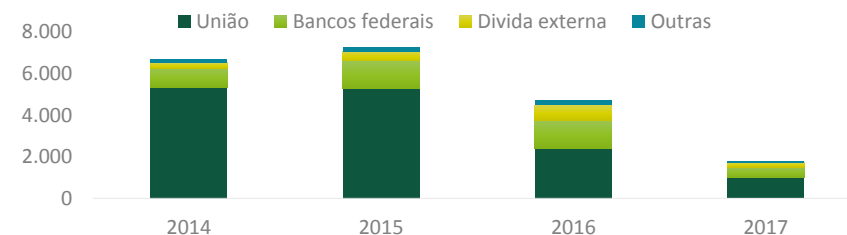
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	64.995	70.664	78.673	99.818
Bancos federais	14.104	21.035	19.762	19.337
Dívida externa	9.078	14.382	12.100	11.811
Outras	1.191	1.205	1.605	3.863
Dívida Financeira	89.367	107.287	112.140	134.829

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	1,78	1,98	2,34	2,70

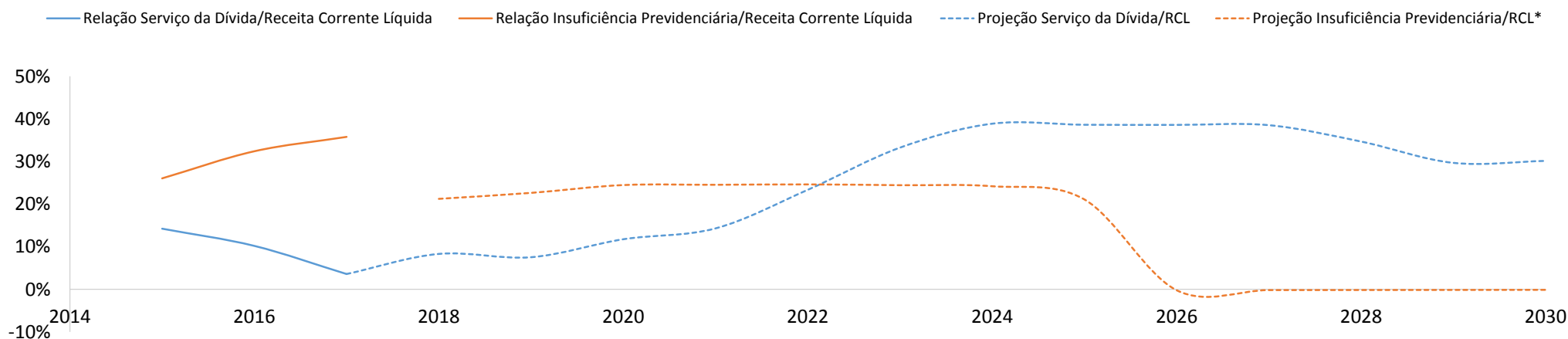
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	5.343	5.260	2.408	1.005
Bancos federais	918	1.351	1.340	495
Dívida externa	270	462	738	224
Outras	154	213	227	77
Soma	6.684	7.286	4.713	1.801

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



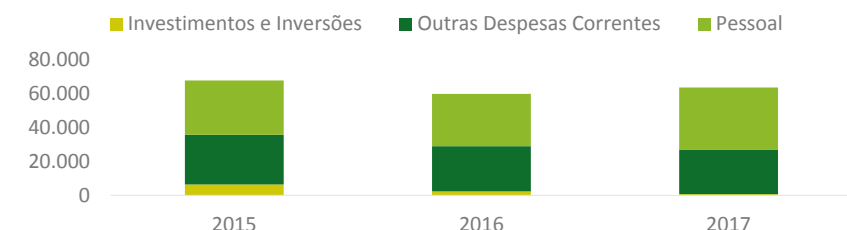
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	63.121	58.106	62.582	7,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.217	39.724	41.862	5,4%
ICMS	30.204	30.526	31.956	4,7%
Transferências Correntes	5.573	9.072	5.953	-34,4%
Cota Parte do FPE	934	1.189	1.060	-10,9%
Demais Receitas Correntes	18.489	8.680	14.410	66,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	842	629	357	-43,2%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	62.279	57.476	62.225	8,3%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	6.770	1.228	3.303	169,0%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	6.390	1.170	2.605	122,7%
Transferências de Capital	381	58	78	32,9%
Outras Receitas de Capital	0	0	620	9899366,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	381	58	698	1096,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	62.660	57.535	62.922	9,4%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	61.346	57.536	62.859	9,3%
Pessoal e Encargos Sociais	31.995	30.890	36.574	18,4%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	3.689	2.876	898	-68,8%
Outras Despesas Correntes	25.662	23.770	25.387	6,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	57.657	54.660	61.961	13,4%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	9.737	4.483	1.615	-64,0%
Investimentos	6.384	2.335	702	-70,0%
Demais Inversões	16	17	16	-8,5%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	3.336	2.131	898	-57,9%
Amortização da Dívida	3.311	2.121	895	-57,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	6.400	2.352	717	-69,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	64.057	57.011	62.678	9,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-1.398	523	245	-53,2%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

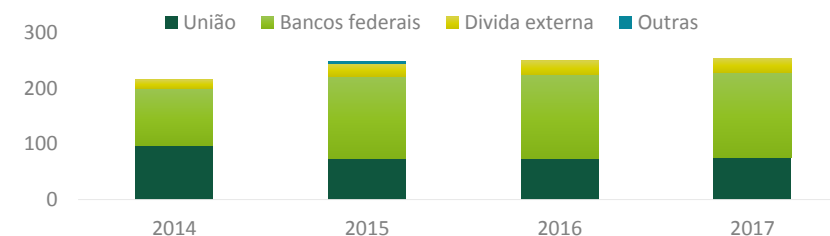
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	375	361	448	448
Bancos federais	918	881	932	860
Dívida externa	181	276	311	397
Outras	0	68	-	370
Dívida Financeira	1.475	1.586	1.691	2.074

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,16	0,09	0,03	0,13

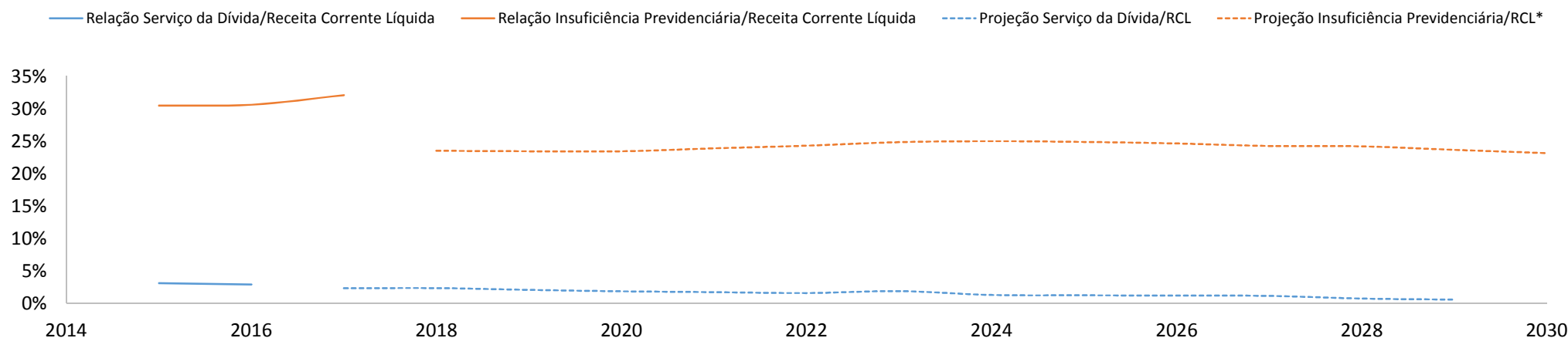
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	97	74	74	76
Bancos federais	104	148	151	154
Dívida externa	16	23	26	25
Outras	-	4	-	-
Soma	216	249	250	255

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



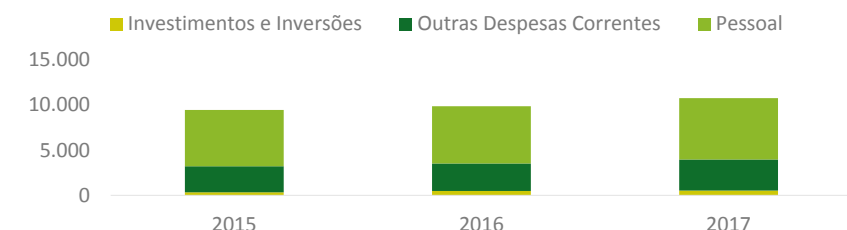
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	9.695	10.341	10.892	5,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.885	5.242	5.596	6,7%
ICMS	3.843	4.196	4.425	5,4%
Transferências Correntes	3.927	4.297	4.610	7,3%
Cota Parte do FPE	2.489	2.833	2.775	-2,0%
Demais Receitas Correntes	693	573	535	-6,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	189	230	151	-34,1%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	9.505	10.111	10.741	6,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	56	322	140	-56,5%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	37	250	104	-58,3%
Transferências de Capital	19	9	3	-60,6%
Outras Receitas de Capital	0	63	32	-48,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	19	72	36	-50,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	9.524	10.183	10.777	5,8%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	9.104	9.382	10.217	8,9%
Pessoal e Encargos Sociais	6.230	6.339	6.786	7,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	95	104	114	10,1%
Outras Despesas Correntes	2.779	2.939	3.317	12,9%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	9.009	9.278	10.103	8,9%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	856	843	959	13,8%
Investimentos	326	457	497	8,7%
Demais Inversões	13	18	33	79,5%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	517	367	429	16,9%
Amortização da Dívida	154	153	142	-7,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	339	475	530	11,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	9.348	9.753	10.633	9,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	176	430	144	-66,5%

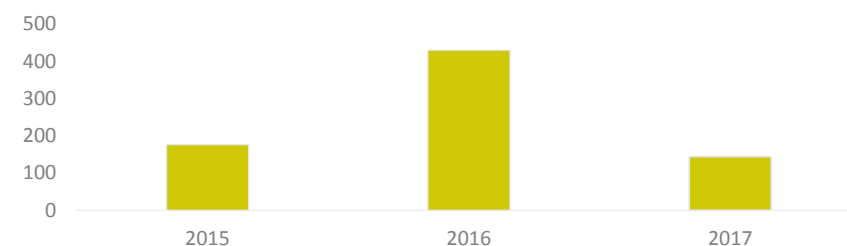
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

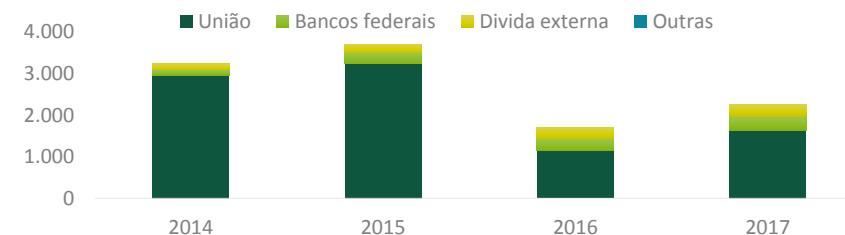
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	47.512	52.329	57.700	57.878
Bancos federais	1.801	1.679	1.636	1.529
Dívida externa	5.463	8.043	6.791	7.229
Outras	-	-	-	-
Dívida Financeira	54.776	62.051	66.127	66.637

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	2,09	2,27	2,13	2,19

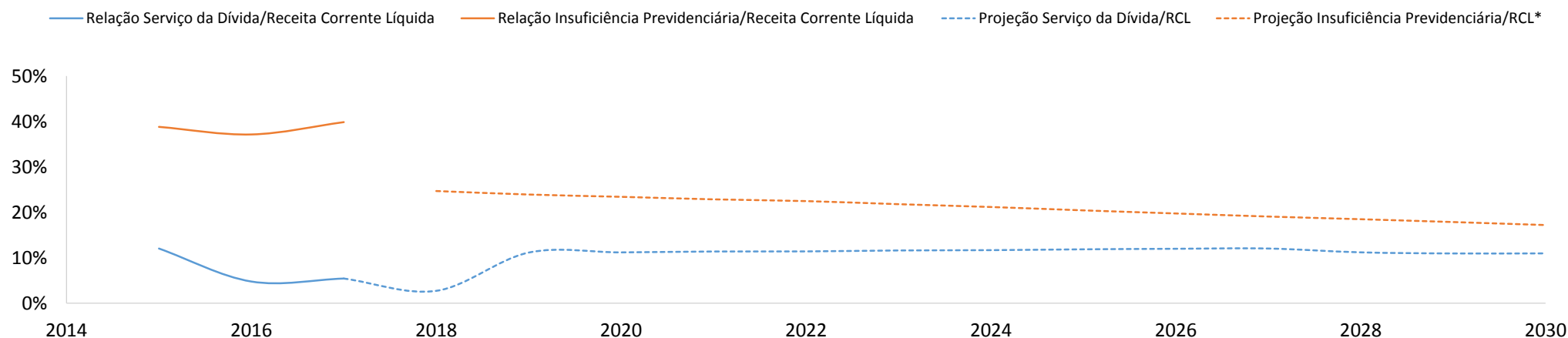
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	2.960	3.233	1.151	1.637
Bancos federais	134	270	285	334
Dívida externa	140	203	265	279
Outras	-	-	-	-
Soma	3.234	3.706	1.701	2.250

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



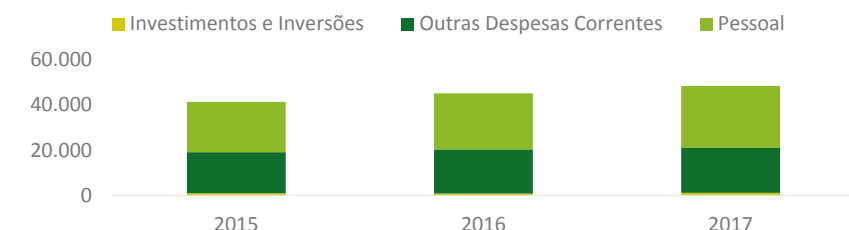
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	40.383	46.300	47.302	2,2%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.915	31.395	33.418	6,4%
ICMS	22.243	25.199	26.572	5,5%
Transferências Correntes	7.481	7.904	7.826	-1,0%
Cota Parte do FPE	1.439	1.579	1.534	-2,8%
Demais Receitas Correntes	4.850	6.738	5.805	-13,8%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	137	263	253	-3,8%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	40.246	46.036	47.049	2,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	439	561	793	41,2%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	400	466	704	51,1%
Transferências de Capital	39	94	88	-6,5%
Outras Receitas de Capital	0	1	0	-100,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	39	95	88	-7,5%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	40.285	46.132	47.137	2,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	40.405	44.317	47.350	6,8%
Pessoal e Encargos Sociais	22.291	24.823	27.454	10,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	1.538	730	525	-28,1%
Outras Despesas Correntes	16.576	18.764	19.371	3,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	38.867	43.587	46.825	7,4%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	2.896	2.095	1.810	-13,6%
Investimentos	840	766	827	7,9%
Demais Inversões	106	41	256	526,3%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	1.949	1.288	727	-43,5%
Amortização da Dívida	1.930	1.245	719	-42,3%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	947	807	1.083	34,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	39.813	44.394	47.908	7,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	472	1.738	-771	-144,3%

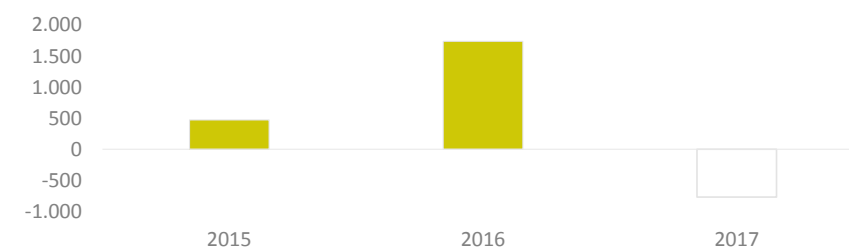
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

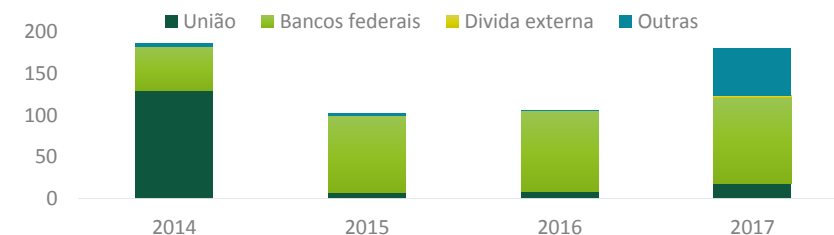
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.913	2.153	2.431	2.459
Bancos federais	493	471	524	494
Dívida externa	-	-	-	20
Outras	3	9	16	1.538
Dívida Financeira	2.408	2.632	2.971	4.511

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,62	0,61	0,50	0,48

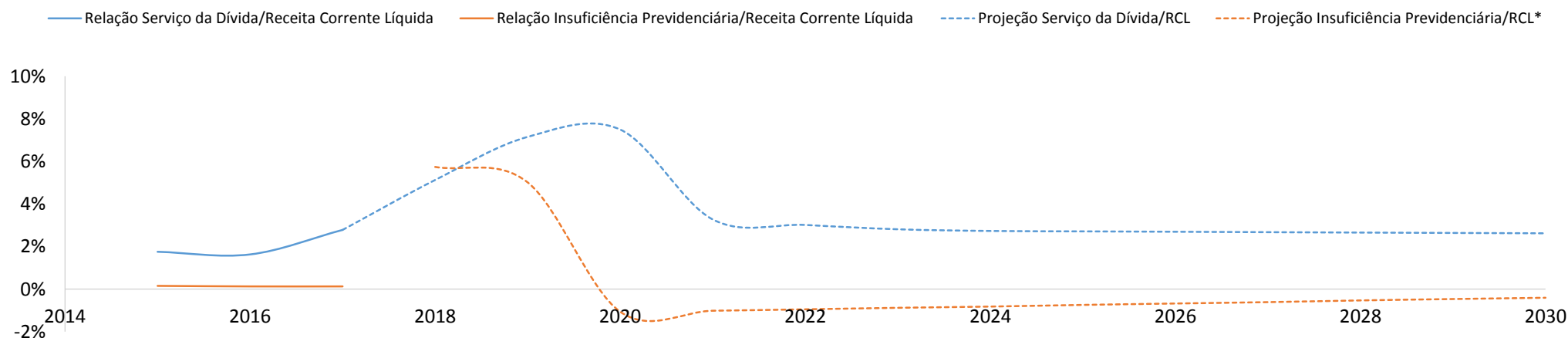
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	130	7	8	19
Bancos federais	54	92	97	103
Dívida externa	-	-	-	2
Outras	4	3	0	58
Soma	187	102	106	181

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV

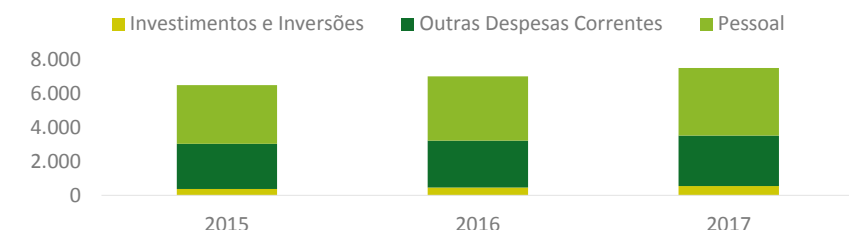
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	7.027	7.712	7.767	0,7%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.196	3.279	3.475	6,0%
ICMS	2.668	2.656	2.785	4,9%
Transferências Correntes	2.781	3.257	3.070	-5,7%
Cota Parte do FPE	1.720	2.028	1.897	-6,4%
Demais Receitas Correntes	755	798	900	12,8%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	295	379	322	-14,8%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	6.732	7.333	7.445	1,5%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	55	170	98	-42,1%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	33	117	34	-71,1%
Transferências de Capital	23	52	64	23,0%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	23	52	64	23,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	6.754	7.386	7.509	1,7%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	6.129	6.558	6.960	6,1%
Pessoal e Encargos Sociais	3.464	3.796	3.983	4,9%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	44	40	47	17,6%
Outras Despesas Correntes	2.621	2.723	2.931	7,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	6.085	6.518	6.914	6,1%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	495	590	687	16,3%
Investimentos	374	458	548	19,5%
Demais Inversões	0	6	3	-50,2%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	121	126	136	7,8%
Amortização da Dívida	116	123	134	8,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	374	464	551	18,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	6.459	6.982	7.464	6,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	295	403	45	-88,9%

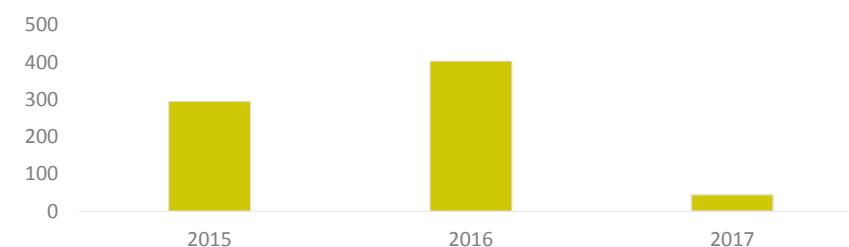
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

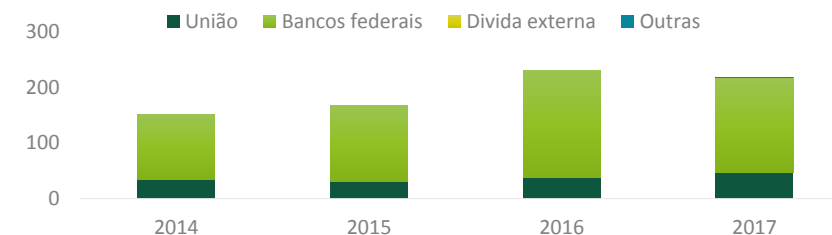
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	475	492	327	427
Bancos federais	1.317	1.273	1.217	1.146
Dívida externa	-	-	-	-
Outras	-	-	193	193
Dívida Financeira	1.792	1.765	1.736	1.766

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,18	0,12	0,35	0,41

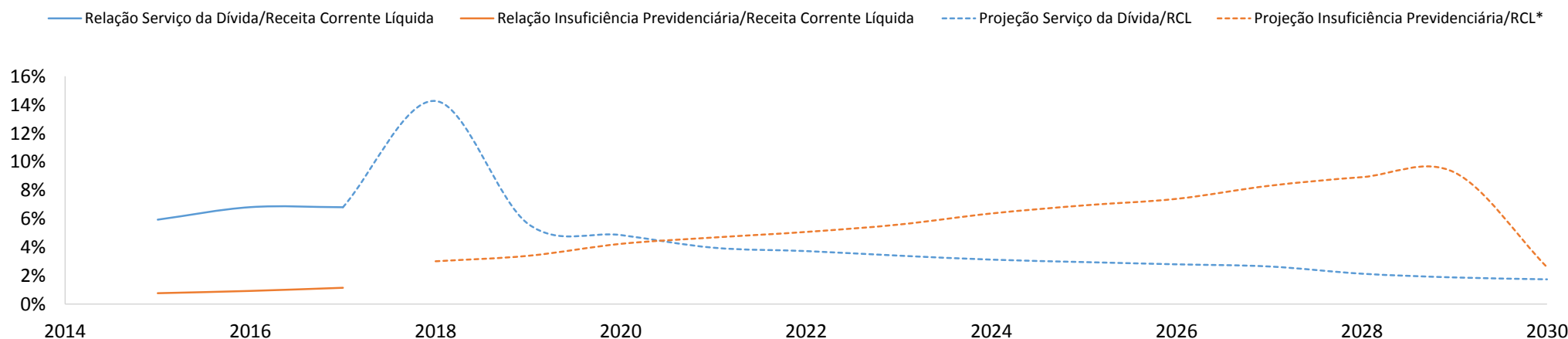
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	35	31	39	46
Bancos federais	116	137	191	171
Dívida externa	-	-	-	-
Outras	-	-	-	0
Soma	151	167	230	218

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



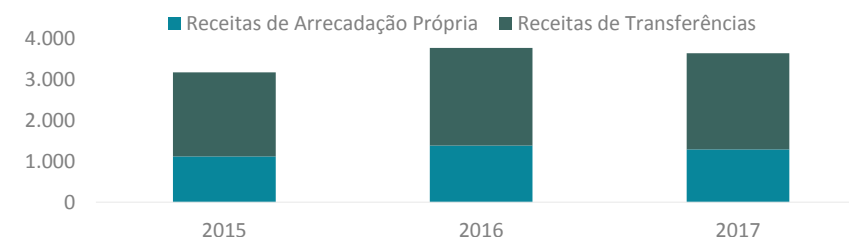
* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



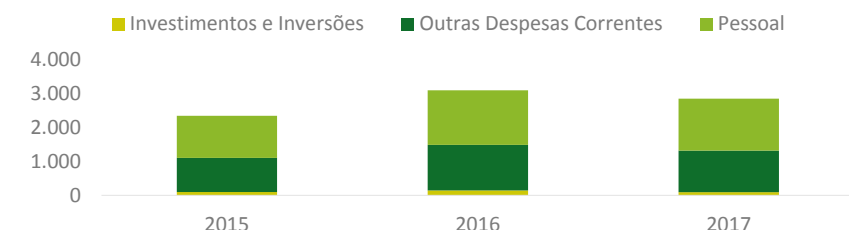
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	3.089	3.653	3.512	-3,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	714	805	858	6,6%
ICMS	546	602	657	9,1%
Transferências Correntes	1.971	2.269	2.222	-2,1%
Cota Parte do FPE	1.516	1.757	1.648	-6,2%
Demais Receitas Correntes	186	209	152	-27,2%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	219	369	279	-24,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	2.871	3.283	3.233	-1,5%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	85	122	133	8,4%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	1	2	2	44,1%
Transferências de Capital	84	121	130	8,0%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	84	121	130	8,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	2.955	3.404	3.363	-1,2%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	2.249	2.956	2.761	-6,6%
Pessoal e Encargos Sociais	1.243	1.610	1.534	-4,7%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	94	126	100	-20,9%
Outras Despesas Correntes	912	1.220	1.127	-7,6%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	2.155	2.830	2.661	-6,0%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	310	248	92	-62,8%
Investimentos	95	141	90	-35,9%
Demais Inversões	1	2	2	11,2%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	214	105	0	-100,0%
Amortização da Dívida	213	105	0	-100,0%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	96	143	92	-35,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	2.252	2.973	2.753	-7,4%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	703	431	610	41,5%

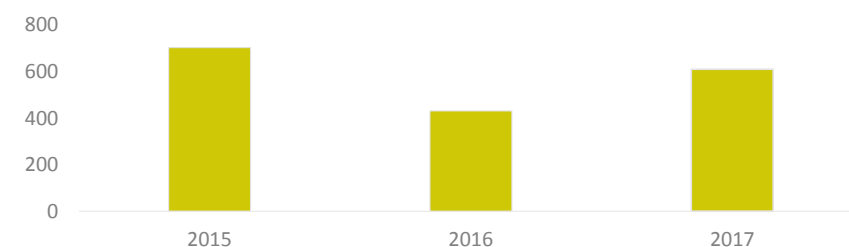
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





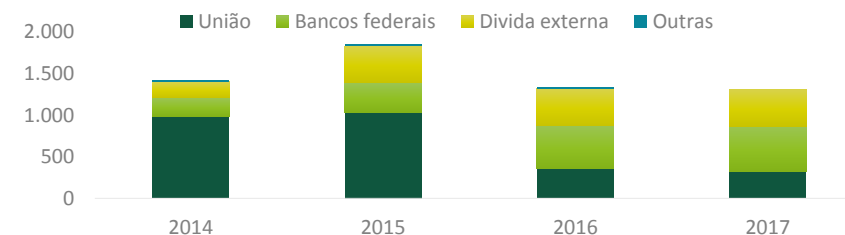
Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	9.265	9.729	10.574	11.010
Bancos federais	3.914	5.141	5.940	6.745
Dívida externa	2.737	3.941	3.190	3.165
Outras	40	28	338	-
Dívida Financeira	15.956	18.840	20.042	20.921

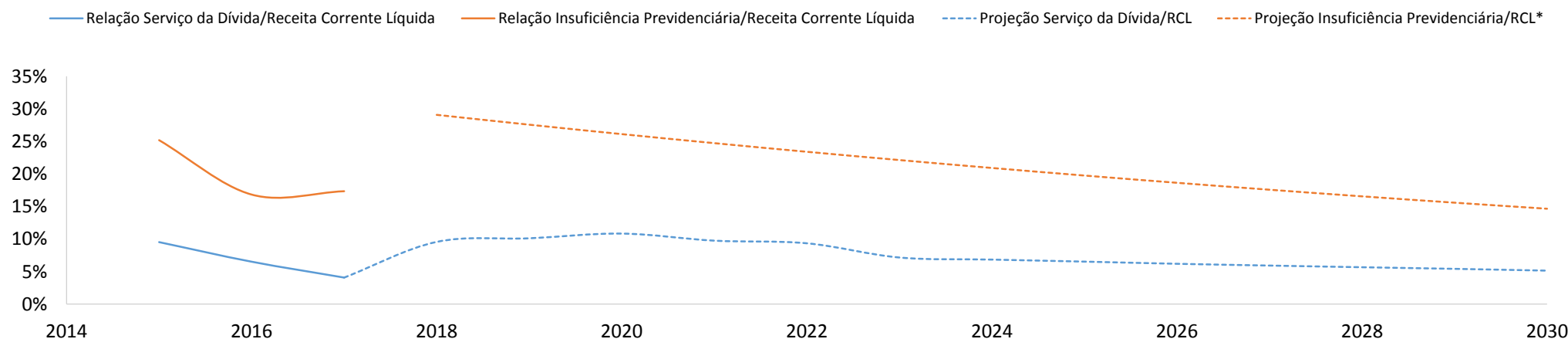
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	983	1.034	357	321
Bancos federais	223	353	513	539
Dívida externa	193	440	444	443
Outras	22	22	21	-
Soma	1.422	1.848	1.335	1.304

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



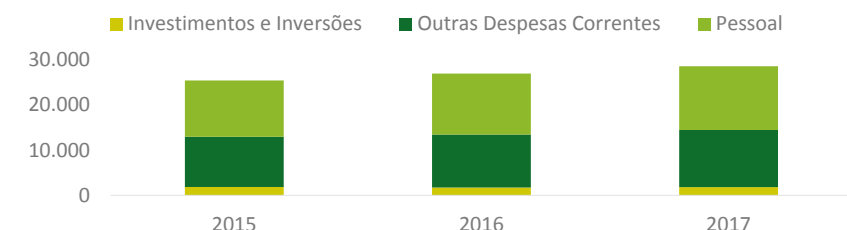
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	25.136	26.581	27.884	4,9%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.729	18.360	19.959	8,7%
ICMS	13.493	14.812	16.198	9,4%
Transferências Correntes	5.653	5.091	4.686	-8,0%
Cota Parte do FPE	782	912	851	-6,7%
Demais Receitas Correntes	2.034	2.249	2.609	16,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	720	881	630	-28,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	24.416	25.701	27.254	6,0%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	1.262	1.367	1.638	19,8%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	1.175	1.286	1.092	-15,1%
Transferências de Capital	50	57	36	-36,1%
Outras Receitas de Capital	37	24	509	2020,3%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	87	81	546	573,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	24.503	25.782	27.799	7,8%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	23.590	25.209	26.740	6,1%
Pessoal e Encargos Sociais	12.483	13.483	14.116	4,7%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	957	671	744	10,8%
Outras Despesas Correntes	10.150	11.054	11.881	7,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	22.633	24.537	25.996	5,9%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	2.679	2.363	2.365	0,1%
Investimentos	1.723	1.699	1.773	4,3%
Demais Inversões	111	42	55	30,5%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	845	621	538	-13,5%
Amortização da Dívida	835	611	525	-14,1%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	1.834	1.741	1.828	5,0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	24.467	26.279	27.824	5,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	36	-497	-25	95,0%

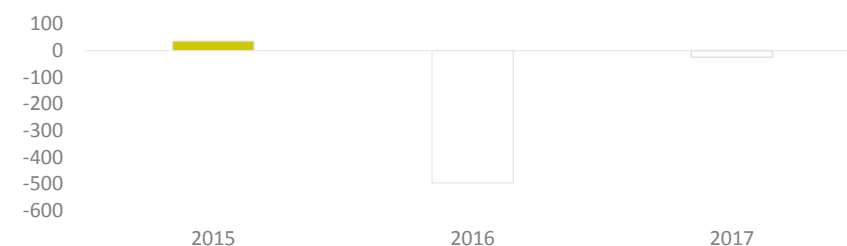
Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

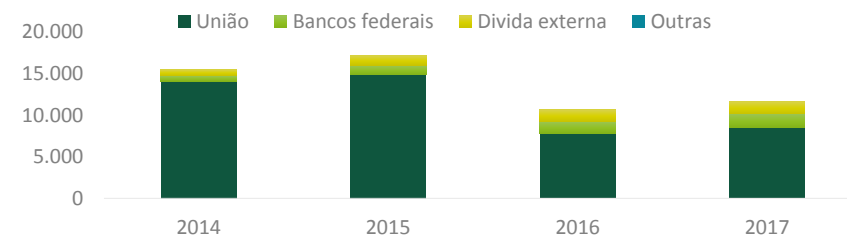
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	201.916	221.343	225.166	235.321
Bancos federais	9.889	14.475	15.249	16.331
Dívida externa	10.638	18.143	16.940	19.699
Outras	-	-	-	23.431
Dívida Financeira	222.443	253.961	257.355	294.782

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	1,48	1,68	1,75	1,71

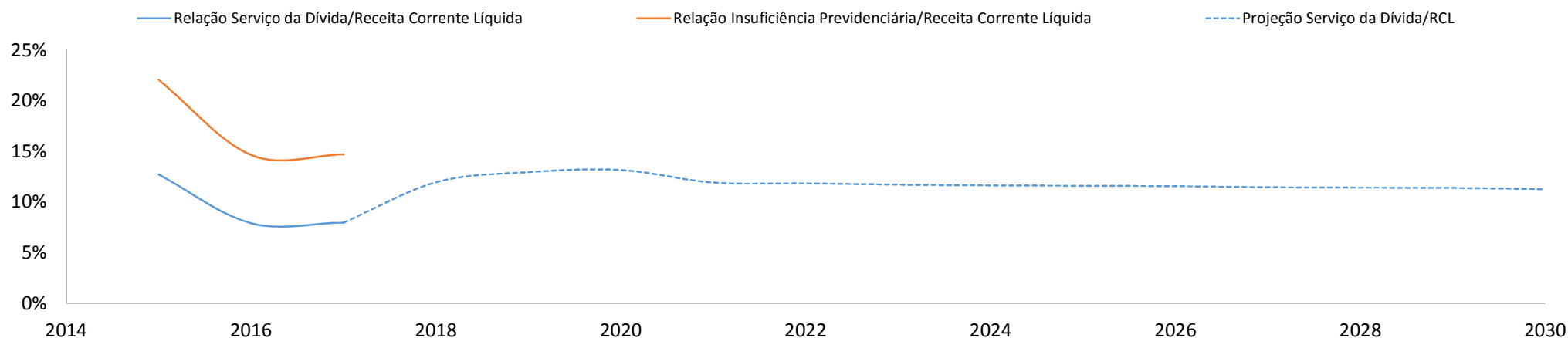
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	14.071	14.831	7.793	8.530
Bancos federais	703	1.187	1.475	1.655
Dívida externa	725	1.157	1.389	1.463
Outras	-	-	-	-
Soma	15.499	17.174	10.657	11.648

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida*

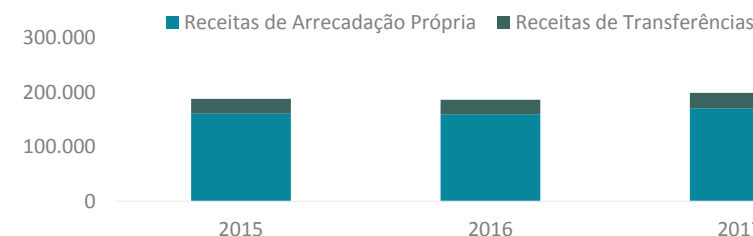


* O Estado, respaldado por uma ação judicial, não enviou as projeções dos fluxos atuariais do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA)
Fonte: Serviço da Dívida - PAF

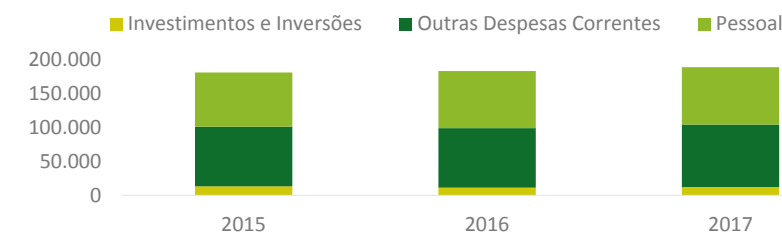
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	178.813	178.681	191.175	7,0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	129.077	130.129	136.612	5,0%
ICMS	102.852	102.930	107.733	4,7%
Transferências Correntes	26.840	26.187	27.849	6,3%
Cota Parte do FPE	611	551	668	21,1%
Demais Receitas Correntes	19.810	19.199	24.334	26,7%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	3.087	3.166	2.379	-24,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	175.726	175.515	188.796	7,6%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	8.842	7.404	7.446	0,6%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	7.175	5.142	4.773	-7,2%
Transferências de Capital	248	421	253	-39,9%
Outras Receitas de Capital	1.420	1.841	2.421	31,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	1.668	2.262	2.674	18,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	177.393	177.777	191.470	7,7%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	167.733	172.014	176.743	2,7%
Pessoal e Encargos Sociais	79.822	84.134	84.622	0,6%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	9.833	6.700	8.674	29,5%
Outras Despesas Correntes	78.079	81.180	83.447	2,8%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	157.901	165.314	168.069	1,7%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	20.614	15.441	16.087	4,2%
Investimentos	9.419	8.031	8.715	8,5%
Demais Inversões	3.955	3.237	3.622	11,9%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	7.241	4.173	3.750	-10,1%
Amortização da Dívida	7.151	4.043	3.620	-10,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	13.373	11.268	12.337	9,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	171.274	176.581	180.406	2,2%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	6.119	1.196	11.064	825,4%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

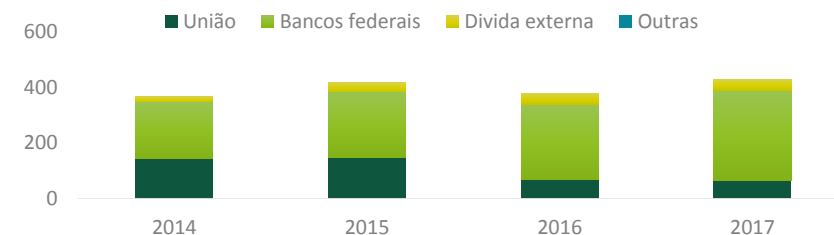
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	1.102	1.108	1.135	1.148
Bancos federais	1.271	1.302	1.185	1.075
Dívida externa	484	712	650	709
Outras	8	18	14	-
Dívida Financeira	2.866	3.140	2.983	2.932

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,57	0,69	0,60	0,58

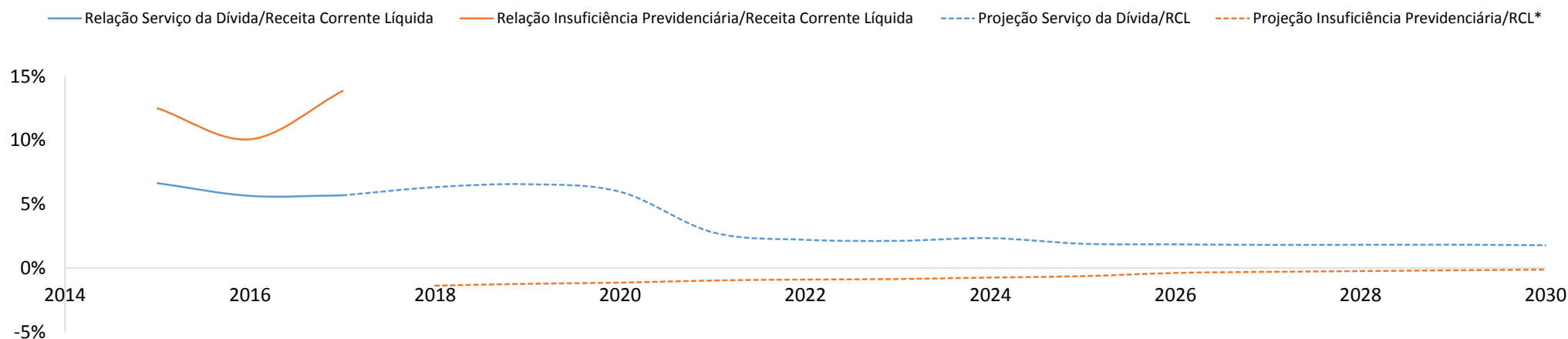
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	143	147	69	65
Bancos federais	205	237	271	324
Dívida externa	19	33	40	41
Outras	-	-	-	-
Soma	367	417	380	430

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



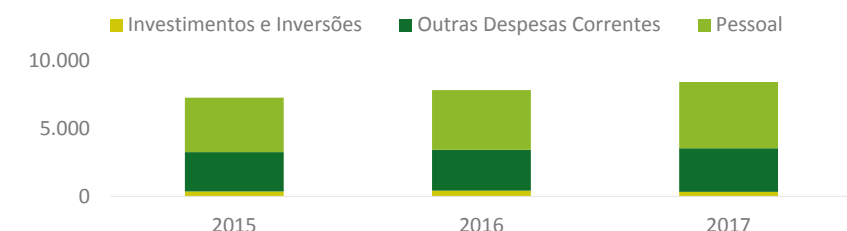
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	7.382	7.916	8.035	1,5%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.994	3.146	3.320	5,6%
ICMS	2.441	2.481	2.687	8,3%
Transferências Correntes	3.454	3.854	3.766	-2,3%
Cota Parte do FPE	2.539	2.860	2.756	-3,6%
Demais Receitas Correntes	804	761	845	11,0%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	130	155	104	-32,5%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	7.252	7.761	7.931	2,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	160	159	241	51,8%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	154	125	162	29,8%
Transferências de Capital	6	33	78	134,1%
Outras Receitas de Capital	1	0	1	70,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	6	34	79	133,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	7.258	7.795	8.010	2,8%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	6.919	7.421	8.095	9,1%
Pessoal e Encargos Sociais	4.020	4.397	4.881	11,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	174	153	159	3,4%
Outras Despesas Correntes	2.725	2.871	3.055	6,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	6.745	7.268	7.936	9,2%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	597	657	602	-8,4%
Investimentos	355	373	302	-19,1%
Demais Inversões	6	43	29	-31,1%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	236	241	271	12,2%
Amortização da Dívida	236	241	271	12,2%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	361	416	332	-20,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	7.106	7.684	8.268	7,6%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	152	111	-258	-332,7%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)





Montante de Endividamento (R\$ Milhões)

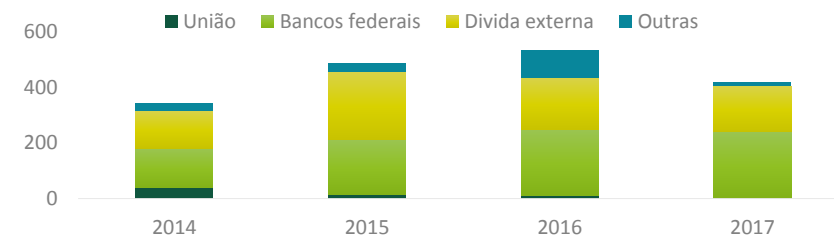
CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	100	63	57	635
Bancos federais	1.398	1.713	1.544	1.477
Dívida externa	788	1.125	946	1.005
Outras	3	137	285	280
Dívida Financeira	2.290	3.036	2.833	3.398

RELAÇÃO DCL/RCL	2014	2015	2016	2017
	0,33	0,40	0,33	0,38

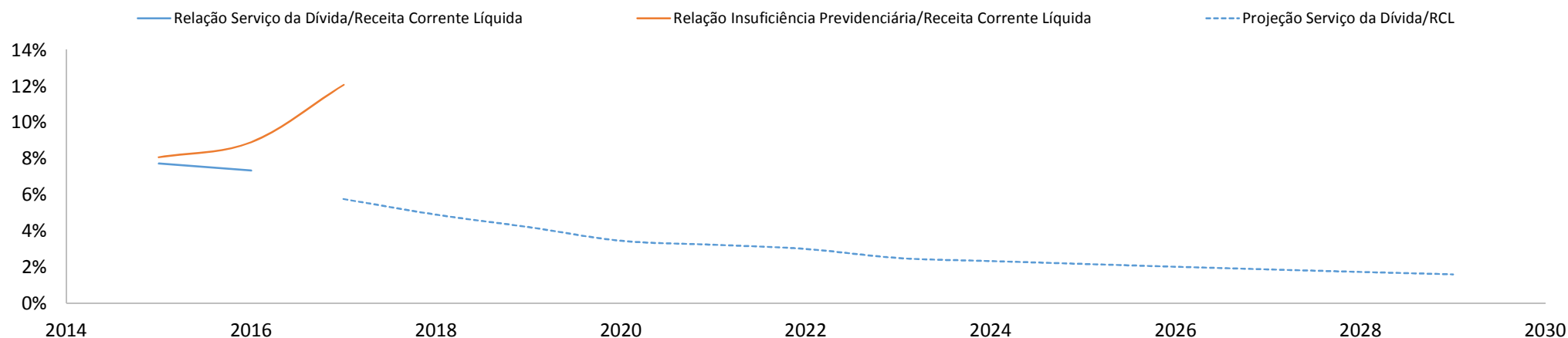
Serviço da Dívida (R\$ Milhões)

CREDOR	2014	2015	2016	2017
União	41	16	11	1
Bancos federais	141	197	238	241
Dívida externa	135	244	186	163
Outras	27	30	100	13
Soma	343	487	535	418

Serviço da Dívida - Perfil (R\$ Milhões)



Comprometimento da Receita Corrente Líquida



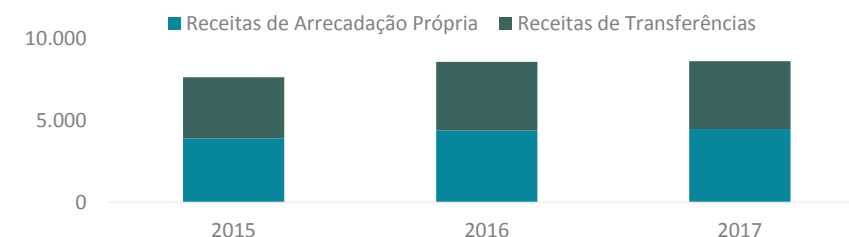
* As projeções da insuficiência previdenciária/RCL são apresentadas pelos próprios Entes à SPREV
Fontes: Serviço da Dívida - PAF, Insuficiência Previdenciária - SPREV



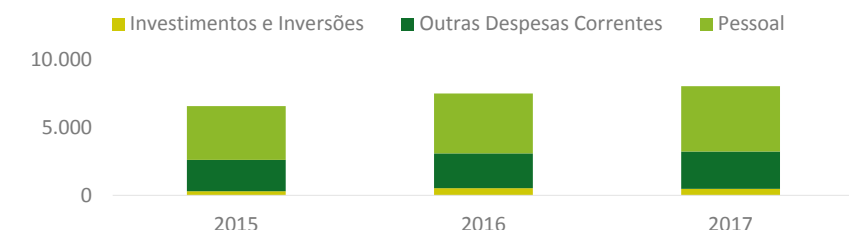
Situação Fiscal (R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	Variação 2016 - 2017
RECEITA CORRENTE (XVIII)	7.197	8.346	8.293	-0,6%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.397	2.727	2.978	9,2%
ICMS	1.729	1.950	2.108	8,1%
Transferências Correntes	3.729	4.185	4.087	-2,3%
Cota Parte do FPE	2.652	2.969	2.868	-3,4%
Demais Receitas Correntes	577	707	725	2,6%
Receitas Financeiras Correntes (XIX)	493	727	503	-30,8%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XX) = (XVIII - XIX)	6.703	7.619	7.790	2,2%
RECEITAS DE CAPITAL (XXI)	447	235	329	40,2%
Receitas Financeiras de Capital (XXII)	389	217	254	16,7%
Transferências de Capital	11	6	64	921,3%
Outras Receitas de Capital	47	11	12	4,9%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIII) = (XXI - XXII)	57	18	76	328,7%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I) = (XX + XXIII)	6.761	7.637	7.865	3,0%
DESPESAS CORRENTES (XXIV)	6.274	6.982	7.571	8,4%
Pessoal e Encargos Sociais	3.972	4.418	4.816	9,0%
Juros e Encargos da Dívida (XXV)	153	170	170	-0,5%
Outras Despesas Correntes	2.150	2.393	2.585	8,0%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XXVI) = (XXIV - XXV)	6.121	6.812	7.401	8,6%
DESPESA DE CAPITAL (XXVII)	606	826	747	-9,5%
Investimentos	298	529	479	-9,5%
Demais Inversões	9	0	0	-11,6%
Despesas Financeiras de Capital (XXVIII)	299	297	268	-9,7%
Amortização da Dívida	299	286	263	-8,0%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXIX) = (XXVII - XXVIII)	307	529	479	-9,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II) = (XXVI + XXIX)	6.428	7.341	7.880	7,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	333	296	-14	-104,9%

Receita Bruta (R\$ Milhões)



Despesas Não Financeiras (R\$ Milhões)



Resultado Primário (R\$ Milhões)



